

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Tema

ORDENAMENTO TURÍSTICO-SUSTENTÁVEL EM ÁREAS FRAGILIZADAS.

Caso de estudo: ilha de Santo Antão, Cabo Verde.

Candidato

Rui Noel Alves Vera-Cruz

Licenciado em Arquitectura

Orientador científico

Prof. Doutor Miguel Pires Amado

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental.

Lisboa

2007

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Miguel Pires Amado, do Departamento de Engenharia Civil, da FCT, pelo acompanhamento incansável prestado na elaboração do conteúdo programático e da elaboração própria tese e pelo acompanhamento profissional em Cabo Verde, continuado em Portugal na logística, cedência de manuais, livros de apoio e acompanhamento da tese.

Ao Prof. Doutor João Farinha, do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, FCT, pela prestação sempre útil sobre o ordenamento de infra-estruturas;

À Profª Doutora Maria do Rosário Partidário, do GOT, pela teoria leccionada sobre a Gestão de Recursos e de informação base sobre o turismo e a sustentabilidade.

Aos presidentes das câmaras municipais de Santo Antão, Eng. Orlando Delgado, Presidente da C. M. da Ribeira Grande, Dr. Américo Silva, Presidente da Associação de Municípios de Cabo Verde e da C. M. do Paul e ao Dr. Amadeu Cruz, Presidente da C. M. do Porto Novo pelos apoios prestados na obtenção de cartas, mapas e documentação sobre a ilha, acesso à Legislação existente sobre Políticas de Ordenamento do Território e facilidades nas diversas deslocações ao interior da ilha.

Ao Eng. Jorge Santos, ex-Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, pelo impulso inicial no acesso às necessidades da ilha e do país, abordando-se o tema em discussão do turismo sustentável.

À minha família por toda a paciência demonstrada ao longo do estudo e preparação da dissertação presente.

Resumo

O aumento da participação de destinos tidos como “exóticos” no segmento turístico gerou expectativas em muitas regiões do planeta, especialmente nas que apresentam maiores carências a nível económico.

A participação no circuito turístico sem precauções de sustentabilidade está na origem do avolumar de fragilidades nas restantes potencialidades naturais e sociais levando, mesmo, à adulteração da identidade local com prejuízo para os recursos aí existentes.

A consciencialização de resultados negativos para com o ambiente fez com que as classes envolvidas no sector do turismo concilhassem esforços na defesa das regiões, comunidades e causas ambientais, obrigando os intervenientes a melhorar as políticas de exploração turística e promovendo uma maior participação das gentes locais nos processos.

A adesão de Cabo Verde ao circuito turístico, caracterizada pela consciência da potencialidade dos seus valores naturais, humanos e tradicionais necessita, todavia, da implementação de políticas no contexto de um Ordenamento do sector do Turismo com vista a atingir resultados sustentáveis em apoio à frágil situação económica das suas regiões.

Neste contexto, a ilha de Santo Antão surge como região de grandes potencialidades, graças ao reconhecimento das suas qualidades. Tendo em consideração a procura crescente no sector, na ilha, pretende-se, com este estudo, contribuir para que o desenvolvimento económico da região se possa desenvolver com base na utilização dos seus recursos, não só pela melhoria das comunidades pelo aumento de emprego e rendimentos, mas também pelo reforço da vida comunitária, da melhoria do bem-estar e da integração social dos residentes e pelo desenvolvimento cultural de toda a ilha.

A procura de um turismo com preocupações ambientais conduz à solução dos “3 L’s”, “(Lore, Landscape and Leisure – Tradições, Paisagem e Repouso)”, situação em que Santo Antão é rica, a par dos tipos de turismo científico, de montanha e rural, também disponíveis.

Abstract

The increased evolution of exotic tourist destinies, similar places have joined the circuit, in the search for a consistent economic development for local communities. However, not always have those destinies benefit from that participation in the most satisfying way, forcing political organs to intervene through cautious measures in order to protect the natural resources, the first reason for their existence.

This tendency to disseminate tourist destinies soon created the general conviction that development was assured. Financial investments carried out by external elements freed local communities from the responsibility of developing the “business”, by reverting, in the same percentage, the value compensated by the enterprises.

The unrestrained consumption of local resources induced these destinies to unforeseen difficulties. This originated the taking of certain steps long required, thus consolidating the implementation of consequent and sustainable policies, that is, controlled by the actors, in a way that local resources, tourism business raw-material, remained as untouched as possible.

Cape Vert joining the circuit happened naturally, as well as the intention of the remaining islands of the archipelago. Santo Antão, also joined tourism exploitation, nevertheless its limitations which will have to be prevented or minimised in defence of its local resources,

The choice is basically centred in the intention of enhancing its local resources by minimising its weak points and maximising its strengths so that this island will play an important role in the sustainable tourism. It is proposed the 3'L solution for Tourism for this island, based mainly in the offer and local conditions.

The definition of Developing Areas of Integrated Tourism, by not including the island of Santo Antão seems a lost for the region, while a correct policy is not implemented.

Siglas e Notações.

ABNT	– ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
AIA	– AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL
AMSA	– ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO.
CLMC	– COLECTANEA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL CABOVERDIANA.
CMP	– CÂMARA MUNICIPAL DO PAÚL
CMPN	– CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO
CMRG	– CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE
CNUMAD	– CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
DL	– DECRETO LEI
EMC	– ESTRATÉGIA MUNDIAL DA CONSERVAÇÃO (UICN)
IHRA	– INTERNATIONAL HOTEL & RESTAURANT ASSOCIATION (IH&RA)
INATEL	– INSTITUTO NACIONAL PARA APROVEITAMENTO DOS TEMPOS LIVRES DOS TRABALHADORES
INT	– INSTITUTO NACIONAL DO TURISMO
IRF	– ISLANDS RESOURCES FOUNDATION
OCDE	– ORGANIZAÇÃO de COOPERAÇÃO e DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
OMT	– ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
ONG	– ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PAA	– PLANO DE ACÇÃO AMBIENTAL
PAM	– PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL
PDM	– PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
PDSA	– PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE SANTO ANTÃO
PIB	– PRODUTO INTERNO BRUTO
PNUMA	– PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
POT	– PLANO DE ORDENAMENTO TURISTICO.
PROT	– PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PMOT	– PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
RTP	– RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUESA
SWOT	– ANÁLISE SWOT, STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS
TIES	– THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY
UICN	– UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
UNESCO	– ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
WCED	– WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT
WWF	– FUNDO MUNDIAL PARA A VIDA SELVAGEM

WWI	– WORLD WATCH INSTITUTE
WTTC	– WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL
ZRPT	– ZONA DE RESERVA DE PROTECÇÃO TURISTICA.
ZDTI	– ZONA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO INTEGRADO

ÍNDICE

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Siglas e Notações	V
Índice	VII
Índice de figuras	X
Índice de Quadros	X
Índice de Mapas	XI

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 – Enquadramento do tema proposto	1
1.2 – Justificação pela escolha do tema	2
1.3 – A Indústria do Turismo e o seu Desenvolvimento	3
1.4 – Resumo do capítulo	5

CAPÍTULO II – ORDENAMENTO TURÍSTICO

2.1 – Definição do termo “Turismo”.	6
2.2 – A evolução da Actividade Turística.	7
2.3 – Tipos de turismo e de intervenções turísticas.	8
2.4 – Os conceitos de turismo <i>autóctone</i> e <i>estereotipado</i>	22
2.5 – Ciclo de vida do produto “Turismo”.	26
2.6 – Resumo do capítulo	31

CAPÍTULO III – SUSTENTABILIDADE

3.1 – Conceito de Sustentabilidade	33
3.1.1 – Definições	34
3.2 – Sustentabilidade no Turismo - Documentos, Iniciativas e Eventos	35
3.2.1 – Declaração de Estocolmo	37
3.2.2 – Estratégia Mundial da Conservação	38
3.2.3 – Princípios da Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.	38
3.2.4 – O relatório Brundtland	39
3.2.5 – A Cimeira do Rio, Cimeira da Terra	39
3.2.6 – Agenda 21, Agenda 21, Viagens e Turismo	40
3.2.7 – Protocolo de Quioto/Kyoto	41
3.2.8 – A Conferência Mundial de Turismo Sustentável, Carta de Lanzarote	41
3.2.9 – O Acordo de Mohonk	42
3.2.10 – Conferência de Joanesburgo, (ou Rio + 10)	43
3.2.11 – O Programa Green Globe 21	44

3.2.12 – O conceito do Destination Scorecard	45
3.2.13 – One Living Planet. Um Planeta Vivo.....	46
3.3 – Implementação da Sustentabilidade nas Regiões Fragilizadas.....	47
3.3.1 – Problemas de ambiente, perturbações, crescimento e estratégias.....	49
3.3.2 – Um caso em estudo - S. Tomé e Príncipe.....	50
3.4 – Resumo do capítulo.....	51

CAPÍTULO IV – TURISMO SUSTENTÁVEL.

4.1 – Introdução.....	53
4.1.1 – A Sustentabilidade	54
4.1.2 – O Turismo Sustentável.	56
4.2 – Turismo sustentável - Como intervir.....	59
4.2.1 – Definições gerais	59
4.2.2 – Noção de Capacidade de Carga	59
4.2.3 – Avaliação de Capacidade de Carga Turística	61
4.2.4 – Turismo Sustentável e Desenvolvimento	62
4.2.5 – Recursos Turísticos e Desenvolvimento.	62
4.3 – Resultados positivos de um turismo sustentável.....	63
4.3.1 – Intervir sustentavelmente.....	63
4.3.2 – Lazer, turismo e mercado de trabalho.	65
4.3.3 – Monitorização do desenvolvimento turístico.....	66
4.4 – Resumo do capítulo.....	68

CAPÍTULO V – CASOS DE SUCESSO DE PROCESSOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

5.1 – Exemplo de aplicação em Portugal.....	69
5.1.1 – Quinta do Lago, Algarve, resort	69
5.1.2 – Hotel Jardim Atlântico, ilha da Madeira	70
5.2 – Exemplos de intervenções no âmbito do Ordenamento Turístico.....	71
5.2.1 – Ilhas Baleares. O caso de Ibiza, Eivissa.....	71
5.2.2 – Regiões do Brasil. O caso de Bonito/MS.....	73
5.2.3 – O Arquipélago de Guadalupe e Martinica.....	74
5.3 – Novo conceito de turismo: o caso em Dubai, “The World”	75
5.4 – Resumo do capítulo.....	78

CAPÍTULO VI – ÁREAS FRAGILIZADAS E A SUA RELAÇÃO FACE À IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO

6.1 – Definição de Área fragilizadas ante o fenómeno do turismo.	80
6.1.1 – Directivas de um Ordenamento do Território no Sector Turístico.....	81
6.1.2 – Intervenção de índole política em Áreas fragilizadas	82
6.2 – Consequências de uma intervenção não ordenada no território.....	85

6.2.1 – Áreas Fragilizadas de índole insular.....	85
6.3 – Resumo do capítulo.....	87
 CAPÍTULO VII – A ILHA DE SANTO ANTÃO	
7.1 – Enquadramento ao caso de estudo.....	88
7.2 – A Descoberta do Arquipélago de Cabo Verde (e da Ilha de Santo Antão).....	89
7.3 – A colonização da ilha de Santo Antão.....	89
7.4 – Características físicas e geológicas da ilha.....	90
7.5 – Desenvolvimento populacional.....	91
7.6 – Registo de carências. Análise SWOT.	91
7.7 – Potencialidades face a investimentos	92
7.8 – Resumo do capítulo.....	93
 CAPÍTULO VIII – INTERVENÇÃO TURÍSTICA EM SANTO ANTÃO.	
8.1 – Evolução e situação actual do turismo em Santo Antão.....	95
8.2 – Regiões potencialmente turísticas.....	99
8.3 – Quadro Legislativo.....	99
8.3.1 – A Legislação para o sector turístico.....	99
8.3.2 – Resumo dos planos em vigor	99
8.4 – Áreas estruturantes para um turismo sustentável.....	102
8.4.1 – Ordenamento Turístico.	103
8.4.2 – Saneamento Básico.....	103
8.4.3 – Acessibilidades.	103
8.4.4 – O Espaço Público.	104
8.4.5 – A Cultura santantonense.	105
8.5 – Análise SWOT para as diversas regiões da ilha	106
8.5.1 – Análise de Potencialidades e Fragilidades	107
8.5.2 – Resumo da análise do quadro SWOT	109
8.5.3 – Resumo do capítulo.....	110
 CAPÍTULO IX – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO-SUSTENTÁVEL PARA A ILHA DE SANTO ANTÃO	
9 - Proposta de intervenção	111
9.1 – Objectivos	112
9.1.1 – Política a implementar	112
9.1.2 – Intervenções sócio-económicas	113
9.1.3 – Gestão e protecção de recursos.....	113
9.1.4 – Avaliação e controlo permanentes	113
9.2 – Formas de Implementação	114
9.2.1 – Implementação do turismo sustentável	115
9.2.2 – Inserção em Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado	115

9.2.3 – Implementação de Plano de Ordenamento para um Turismo Sustentável	116
9.2.4 – Plano de Ordenamento e Ocupação da Orla Costeira (POOOC)	117
9.2.5 – Apoio e incentivo fiscal a micro-empresas ligadas ao sector turístico.....	117
9.2.6 – Política no âmbito de participação das comunidades no turismo de habitação.....	117
9.2.7 – Minimização dos constrangimentos.....	118
9.2.8 – Educação e sensibilização ambiental.....	118
9.2.9 – Controlo na distribuição racional das unidades hoteleiras	119
9.2.10 – Planos de Ordenamento Turístico	119
9.2.11 – Tópicos propostos para um ordenamento turístico	120
9.2.12 – Mapas de apoio à proposta	125
9.2.13 – Heliporto / Aeródromo de Ponta do Sol.....	135
9.3 – Resumo do capítulo.....	135
CAPÍTULO X - CONCLUSÕES.....	136
10.1 – Limitações no estudo.....	138
10.2 – Recomendações para desenvolvimentos futuros	138
Bibliografia	140
INTERNET	145
REFERENCIAS LEGISLATIVAS.....	146
Anexos	147

Índice de Figuras

Figura 1 – Ciclo de vida do produto Turismo Sequência das fases de desenvolvimento sem medidas de rejuvenescimento	27
Figura 2 - Ciclo de vida do produto Turismo, Sequência do Ciclo de vida do produto Turismo, com rejuvenescimento	28
Figura 3 - Perspectiva parcial da Quinta do Lago	70
Figura 4 – Intervenção turística em Dubai, Emiratos Árabes	76
Figura 5 - Estrutura para um turismo sustentável	77
Figura 6 – Perspectiva a Nor-nordeste da ilha	88
Figura 7 – Vista da Cova, vulcão extinto	90
Figura 8 – Mar de Francês, também denominado de Mar de Inglês	94
Figura 9 – Santo Antão e os aglomerados mais importantes	98
Figura 10 – Aspecto cuidado de uma estrada de montanha de Santo Antão.	104
Figura 11 – Caminho pedonal para Ponta do Sol e praia de areia preta	105
Figura 12 – Vista do aglomerado de Fontainhas, na costa Norte	106
Figura 13 – Santo Antão: proposta de uso dos destinos turísticos	111
Figura 14 – Síntese da Proposta	114

Índice de Mapas

Mapa 1 – Mapa Geral de Cabo Verde	125
Mapa 2 – Mapa Geral da Ilha de Santo Antão.....	126
Mapa 3 – Mapa do Zonamento proposto com fins de utilização turística.....	127
Mapa 4 –Distribuição das Unidades do ramo da Hotelaria.....	128
Mapa 5 – Regiões passíveis de utilização em ciclo-vias	129
Mapa 6 – Ligação entre Porto Novo e a região Norte e Poente	130
Mapa 7 – Distribuição no ramo de hotelaria e restauração na costa Norte.....	131
Mapa 8 – Vales potencialmente indicados para intervenção turística	132
Mapa 9 –Praias localizadas na região Sul da ilha	133
Mapa 10 – A encosta Poente, rica em miradouros naturais	134

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo dos planos em vigor	100
Quadro 2 - Análise SWOT para o turismo em Santo Antão	107/109
Quadro 3 - Princípios directores para implantação de equipamentos turísticos	120
Quadro 4 - Quadro de Acções nas esferas políticas e empresariais.....	121
Quadro 5 - Estudo das infra-estruturas turísticas registadas e propostas de melhoria a indiciar ..	122
Quadro 6 - Participação das comunidades no desenvolvimento da sustentabilidade.....	122
Quadro 7 - Constrangimentos para um desenvolvimento turístico sustentável.	123
Quadro 8 - Aspectos a observar por uma manutenção sustentável para o turismo.....	123
Quadro 9 - Proposta para recepção e acompanhamento do turista	124

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Enquadramento do tema.

O “turismo” surge na segunda metade do século XVIII (*com a moda do Grand Tour*), de uso restringido aos filhos da aristocracia inglesa, para complemento dos estudos com a visita ao Continente Europeu, derivando do nome “Tour”, o termo “Touriste”, turista. A procura de uma definição objectiva originou o uso dos termos “turista”, “excursionista” “viajante” e “visitante”, conforme o tempo de duração ou finalidade das visitas (Cunha, 1997, p. 3). O seu crescimento mais significativo, como fenómeno social, que *“influencia o comportamento das pessoas e começa a alcançar uma dimensão económica sem precedentes (...)”* (Partidário, 1999, pág. 10, Cunha, 1997, p. XVI), é registado em meados do séc. XX. Com a evolução a prometer forte adesão social, o turismo promete tornar-se actividade de cada vez mais crescente interesse no futuro imediato, proporcionando interesses no mundo empresarial em locais de climas moderados e aprazíveis e vincando a aptidão como actividade económica de carácter comercial (Partidário, 1999, p.10 e 11).

A componente económica, testemunhada pela intensa actividade, depressa exige a procura de outros destinos para inserção na exploração do sector, destinos dispondo de recursos diferentes e desconhecidos, denominando-se de “exóticos” pela particularidade cultural e paisagística, em alternativa aos destinos anteriores onde já se evidenciava esgotamento e cansaço pela oferta imutável que, na procura de soluções apenas conduzia à massificação em que o carácter agressivo e comercial das intervenções era cada vez mais vincado, contribuindo para a perda de qualidade do ambiente, degradando os aspectos culturais e tradicionais e alterando o carácter social das comunidades locais.

A ausência de cuidados de índole sustentável nos lugares a intervir cuja responsabilidade era atribuída aos investidores, aliada a fragilidades no controlo das decisões políticas pelas autoridades locais, contribuía para o acentuar dos perigos das condições ambientais e sociais locais, já que a deficiente interiorização do conceito permitia continuadas agressões ao ambiente, avolumando impactes nos recursos naturais, em especial.

A inclusão de consciência ecológica nas actividades ligadas ao processo turístico e, por simpatia, a outras actividades a ele inerentes, permitia encarar com optimismo as intervenções futuras na defesa dos recursos naturais da região, fornecendo as ferramentas necessárias aos agentes locais para apoio e complemento nas decisões e às comunidades residentes da capacidade de encarar a sua região como lugar de futuro assegurado para a sua vivência e das gerações vindouras.

A introdução do *ambiente* como factor decisivo para as intervenções turísticas obrigou à criação e aplicação de regras para uma melhor utilização dos recursos, exigindo o equilíbrio

no seu uso em prol do ambiente e da comunidade do lugar, reforçando o desenvolvimento sustentável do sector turístico. Assim, é com normalidade que o termo “sustentável” é incluído nas intervenções, cedendo-se alguma da responsabilidade para as comunidades locais que detêm a sua quota-parte na decisão sobre o futuro da sua região, em benefício dos recursos próprios e garantindo a sua utilização a bem do desenvolvimento local.

O registo, pelas autoridades e pela classe empresarial, da evolução dos diferentes tipos e modelos de turismo em outros países permite um conhecimento sobre a evolução dos conceitos e intervenções, bem como a possibilidade pela decisão na escolha da solução para a sua região, integrando o desenvolvimento numa simbiose com o ecoturismo e a exploração turística pretendida.

O controlo dos recursos naturais, a manutenção e fortalecimento da cultura e das tradições locais, conflitos com culturas estranhas a condicionar o normal quotidiano, são motivos para a sensibilização ambiental dos membros da comunidade em termos ecológicos. A educação ambiental manifestada pelo residente espelha-se na atitude do turista, encorajando-o no seu comportamento e contribuindo, no mínimo, para a manutenção das condições verificadas aquando da sua chegada ao destino.

1.2 – Justificação pela escolha do tema.

O tema escolhido tem, por finalidade, analisar o momento actual numa região determinada e tentar contribuir, através da pesquisa de soluções sustentáveis da actividade do turismo, para a interligação entre aspectos considerados passíveis de modificar e melhorar o ambiente das actividades ligadas e condicionantes do sector do turismo, procurando melhorar a vida quotidiana de um lugar/região que se pretende equilibrado.

Por razões ligadas ao crescimento do território e da comunidade, a acção das autoridades locais para o estudo e melhoria do turismo merece alguma atenção, acentuando-se a necessidade de procura das melhores soluções políticas para um desempenho positivo.

Tendo em atenção as precariedades próprias de lugares periféricos, como é o caso das regiões insulares, a pesquisa teve como orientação de base exemplos de intervenções em regiões similares que auxiliaram o estudo de alternativas adaptadas à região da presente dissertação.

O tema escolhido, Ordenamento Turístico - Sustentável em Áreas Fragilizadas justifica uma análise de modo a permitir o conhecimento do que se faz, do que se pretende evitar e do que se deverá fazer.

Atendendo a que o termo “sustentabilidade” está presente em todos os discursos e intervenções políticas, comerciais e turísticas, torna-se necessário perceber quais os limites

da intervenção “sustentável” e qual o significado que os diferentes interlocutores pretendem na aplicação e uso do termo, para que melhor se possam definir as fronteiras de intervenção nos destinos em que não existe, ainda, actividade turística propensa a alterar as características da região. A definição de Desenvolvimento Sustentável foi tantas vezes redefinida (Butler, R. 1997) que o seu significado se tornou quase indefinível e insignificante.

A opção para a aplicação à ilha de Santo Antão, Cabo Verde, surge pela necessidade de garantir uma correcta implementação da actividade turística numa região que se afigura detentora de potencialidades e que se pode, ainda, considerar como inexplorada turisticamente, sujeita a impactes que, normalmente, acompanham intervenções semelhantes, caso as preocupações da sustentabilidade descritas em capítulo próprio, não sejam tidas em consideração.

1.3 – A indústria do turismo e o seu desenvolvimento:

O turismo está directamente ligado à ocupação de tempos de lazer e, com as oportunidades de investimento surgidas em sectores ligados à indústria da hotelaria, associaram-se ao seu crescimento e desenvolvimento interesses económicos e profissionais. Paralelamente, a utilização do suporte turístico cria a necessidade de empregos directos e indirectos, a níveis de alojamento, refeições, viagens e comércio, que não devem ser ignoradas.

A abertura de novos destinos permite um alargamento do mapa mundial de oferta turística e a possibilidade de um desenvolvimento a comunidades até então fora dos horizontes turísticos conhecidos. Este alargamento permite não só a criação de diferentes produtos turísticos, mas também o acesso a novas culturas e novos ambientes, possibilitando a sua inserção nos circuitos e a inerente participação no sector turístico mundial.

A indústria do turismo conta com alguns casos já implementados, contribuindo para soluções de relativo sucesso. Os locais escolhidos são aliciados com a promessa de apostas num futuro melhor para a comunidade local (fase isenta de turismo, Butler, 1980, citando Fuster, 1975), o que contribui para a participação de comunidades, entidades locais e operadores turísticos; porém, nem sempre são as comunidades e a região os grandes beneficiados pelas intervenções “economicistas” dos operadores, alterando a intervenção conforme tendências e oscilações do mercado, encaminhando invariavelmente o destino para uma fase de desenvolvimento negativo, identificado por Butler, 1980, (ao citar Fuster, 1975) como a fase de “Dissolução”, terminando fatalmente na morte do destino.

Percursos deste tipo têm reduzido as intervenções à tentativa de minimização de possibilidades de fracasso levando a uma repetição do modelo de aplicação da solução turística, penalizando os recursos locais e acabando por contribuir para o reforço na degradação dos mesmos, perda da identidade do lugar, alteração da imagem arquitectónica,

ausência de referências à comunidade e diminuição da qualidade de vida. Tem-se, como exemplo destas repetições ou cópias, o modelo turístico do tipo *estereotipado* (Partidário, 1999), intervenção com repetição de propostas de sucesso, variando os lugares mas mantendo um modelo com provas implementadas e aceites. Mais adiante será referido a oportunidade deste modelo e as razões positivas da sua aplicação.

O consumo desregrado dos recursos locais origina impactes negativos ao nível social, ambiental e económico, induzindo a um previsível esgotamento e tornando inevitável a quebra de toda a articulação entre as políticas aplicadas e as potencialidades do lugar. Ademais, as regiões isoladas estão vulneráveis a pressões e influências externas. Limitadas a um comércio local, a fracas comunicações e transportes, muitas vezes encontram-se expostas a agressões das agências e, mesmo, dos próprios governos (Butler, 1997)

Por outro lado, essas regiões, sem capacidade de intervenção activa no controlo dos seus recursos, apenas podem assistir à instalação, exploração e abandono, numa atitude passiva face à utilização irresponsável da sua riqueza, disponibilizada sem custos para o interventor. Esta atitude conduz a perdas na qualidade de vida, registando-se um acentuado declínio nas potencialidades da região, defraudando-se expectativas geradas na população.

A facilidade no acesso à informação contribuiu para difusão e assimilação de conhecimento sobre intervenções em destinos similares, orientando as autoridades no controlo do investimento para a sua região, permitindo-lhes a abordagem de aspectos mais condizentes para o envolvimento das comunidades locais, para as suas tradições, para beneficiar o seu património construído e todas as vertentes que pudessem garantir a sustentabilidade da região. Responsabilidades e exigências ambientais começam a fazer sentido e a registar-se, acentuando preocupações locais e melhorando a consciência no valor do lugar.

O uso desregrado do termo “Sustentabilidade” é praticado sem o devido cuidado, pautando-se, muitas vezes, por significados distintos, conforme já antes terá sido referido. O termo, orientando a preocupação para com as boas causas ambientais, leva o turista a aceitar a oferta do operador. Porém, o abuso pela utilização do termo pode induzir a uma deficiente oferta turística, apressando o fim dos destinos turísticos.

A gestão do ambiente nem sempre foi considerada prioritária. Empresários com poder económico, definem locais e modos de intervenção, investindo segundo os seus próprios interesses, perante a passividade das autoridades locais que com alguma ingenuidade, acompanham os investimentos, reflectindo-se o resultado na degradação dos recursos naturais. Estes factos, de crescentes preocupações, apenas originavam tímidos protestos, pouco ou nada contribuindo para mudanças de atitudes, com consequências notoriamente nefastas para a comunidade, para a região e para o ambiente.

As regras impostas pela necessidade de prolongar a vida útil do destino, permitindo a sustentabilidade, devem permitir ganhos económicos para o interventor, para o empresário operador e para a comunidade, justificando alguma ... “sustentabilidade”.

1.4 – Resumo do capítulo.

Graças ao envolvimento positivo dos membros da comunidade, autoridades e operadores, a melhoria das condições locais na actividade do turismo tem sido um facto real e positivo. O acesso ao conhecimento sobre as soluções de turismo mais amigas do ambiente e da comunidade onde se inserem, têm orientado os envolvidos para a necessidade da boa intervenção pela qualidade dos resultados, em proveito de todos os participantes.

Esta atitude permite o alargamento temporal da exploração, além de dotar as comunidades das ferramentas necessárias para o desenvolvimento harmonioso da sua região e para um crescimento equilibrado na vida económica e social.

As ferramentas utilizadas para a utilização correcta dos recursos do lugar são o suporte que cada elemento local deve possuir, quer seja o empresário, o residente ou o político. Ao empresário compete melhorar o conhecimento acerca dos melhores métodos de intervenção de modo a prolongar ao máximo o tempo de vida na exploração do seu produto; ao residente, pede-se inflexibilidade na exigência da aplicação das boas normas e práticas de intervenção, não só da parte dos operadores como das autoridades e classe política local e a sua inserção na participação activa da vida do lugar e às autoridades (e classe política) deve ser exigida a correcta e transparente definição de normas legais, associadas aos planos a aplicar, bem como a garantia da sua execução.

2 – O ORDENAMENTO TURÍSTICO

2.1 – Definição do termo “turismo”.

O turismo é a *“actividade de viajar, de conhecer lugares que não aquele onde se vive habitualmente”* (Dicionário Porto Editora, publicação on-line, 2006).

É, ainda, *“um movimento temporário de pessoas para fora do seu espaço habitual de trabalho e residência, das actividades tomadas durante a estadia e das facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”* (Matthiesin & Wall, 1982).

“O turismo constitui uma actividade gerada por um impulso natural do homem, bem como pela sua necessidade em conhecer o seu meio envolvente, a sua história e a sua civilização.” (in ACES 257/90, Turismo e Desenvolvimento Regional, 1994, p. 18).

Complementando esta definição o turismo é, ainda, *“a actividade que mais interesse tem gerado em grupos investidores para as mais variadas regiões do globo”*. Representando 1 em cada 12 postos de trabalho, mundialmente, é a única área económica onde os países em desenvolvimento, consistentemente, registam um “superávit” comercial (World Watch Institute), (www.wwium.org.br, p. 1/3).

A importância do turismo reflecte-se no tratamento personalizado de que tem sido alvo, constando das agendas internacionais em conferências, encontros e outras reuniões de participantes e entidades interessadas no sector.

A crescente procura de locais aprazíveis com fins adaptados a negócios, terapêutica, trabalho ou lazer, tem contribuído para o crescimento exponencial do sector, criando novos destinos dantes inadaptados aos modelos turísticos e possibilitando maiores gamas de investimentos. As estatísticas apontam para um crescimento do turismo, mesmo em regiões inóspitas, exemplificando-se na implementação de turismo de “Inverno” em regiões de clima desértico quente!

A exploração no sector do turismo baseia-se na utilização de vários modelos, que se adaptam a diferentes regiões, procurando a melhor participação no negócio, incluindo deslocações a lugares distantes com apoios de entidades conhecedoras dos locais. As intervenções devem procurar a melhoria dos lugares turísticos contando com a análise visual que o turista, mais cedo ou mais tarde, filtrará e julgará. É a procura de condições amigas do ambiente que movem muitas deslocações, razão que deve orientar os investimentos da parte de todos os intervenientes, incluindo o turista.

2.2 - A evolução da Actividade Turística.

A actividade do turismo ter-se-á iniciado no longínquo ano de 776 A. C., nas deslocações aos Jogos Olímpicos, na Grécia Antiga, prolongando-se com a expansão romana pela disponibilidade na utilização das vias terrestres construídas.

Romarias e peregrinações na Idade Média, registam deslocações de pessoas com o intuito de visita e conhecimento de lugares com significado normalmente de cariz religioso. Hábitos também próprios da Europa medieval, consistiam na educação dos filhos da aristocracia com o envio destes para o “estrangeiro”, países ou regiões da Europa, com fins lúdicos e de consolidação de conhecimentos, em períodos entre 2 e 3 anos (Partidário, 1999).

Nos princípios do século XX assiste-se ao surgimento de novo tipo de turismo, denominado turismo de elite, promovendo a ocupação dos tempos livres em zonas de clima ameno, localizadas na costa mediterrânica do sul da Europa. Todavia, este tipo de ocupação, sem carácter sazonal, era regalia intemporal de uso restrito a um reduzido sector da sociedade.

A introdução de regalias sociais na vida das relações laborais possibilita o início de uma nova era para o turismo, procurando-se uma continuidade do turismo de elite conhecido.

Com os destinos a atingirem elevados índices de ocupação, importa inovar, facto que origina o aparecimento de um novo mapa de destinos “turísticos”. Novos horizontes são requeridos e a presença de operadores turísticos torna-se obrigatória, tendo estes a oportunidade na diversificação de novas regiões como alternativa, promovendo-as sem observância pelas políticas de ordenamento territorial e ambiental dos locais.

Este processo de novas intervenções motivou aspectos positivos e negativos: aqueles, incidiriam na possibilidade de diversificação da oferta no conhecimento de lugares exóticos e distantes, promovendo a visita a novas paragens e publicitando regiões e lugares no circuito turístico. Os negativos, pela dispensa de interlocutores e autoridades locais nas decisões de certo impacte, mantendo-os na ignorância pelo grau pernicioso das suas intervenções, embora desresponsabilizando-se moralmente pelas ocorrências negativas pelo tipo de tratamento dos recursos naturais e ambientais, entretanto a se depauperarem.

Mas estas regiões, economicamente frágeis por questões ligadas à localização ou a tímidas decisões do poder local, facilmente cederiam ao aliciamento pela perspectiva de um pretenso desenvolvimento no seu tecido económico-social, tornando-se presas fáceis de uma exploração turística que pautaria pela desigualdade no reembolso do capital investido. A recuperação do capital faz parte da cadeia da sustentabilidade, pelo esforço no investimento que permite o posterior crescimento e desenvolvimento. Os recursos locais também devem ser considerados elementos base do investimento, devendo, por isso, ser contabilizados de acordo com a importância; são variáveis dificilmente substituíveis,

devendo ser contabilizados para uma mais equilibrada distribuição de benefícios, exigindo a sua inclusão na contabilidade do investimento.

Estima-se, segundo informação veiculada por bibliografia da área e por grupos económicos ligados ao sector, que o ano de 2025 venha a tornar-se um marco importante para o turismo, em que a actividade poderá atingir a maior implementação a nível mundial. Tal facto que pode ser já testemunhado por intervenções registadas em várias regiões, desde o médio e extremo oriente, onde intervenções fora do âmbito conhecido apontam para novos tipos de turismo. A Tailândia, a Índia, a China, entre outros, já aderiram ao sector, alterando modelos de intervenção e criando novos modelos e interesses, provando a nulidade pela inadequação de novos lugares, antes despidos de interesse exótico. A criação, de raiz, de espaços para fins turísticos, com intervenções a não interagir com o território existente, veio demonstrar a possibilidade de intervenção em áreas totalmente novas.

Esta escalada rumo ao crescimento e desenvolvimento no ramo do turismo deve canalizar a orientação dos responsáveis políticos e grupos económicos no sentido de optarem pelo investimento correcto no sector, contribuindo para uma atitude preventiva nas intervenções de base, nomeadamente no aspecto ambiental.

Essa preocupação tem vindo a ser apreendida e assimilada mas nem sempre a opção mais correcta se sobrepõe às intenções económicas dos agentes particulares, apesar da constante insistência na educação generalizada com o fito de beneficiar destinos nos aspectos humanos, auxiliando-os a melhorar os atractivos locais, reduzindo custos e minimizando os desperdícios.

2.3 – Tipos de turismo e de intervenções turísticas.

O turismo apresenta-se com diferentes denominações, conforme o tipo de região onde intervém (ex.: turismo de montanha, associado a uma região) e o modo de intervenção utilizado (ex.: turismo de massas, associado a um conceito).

A evolução do turismo, em termos meramente económicos, tem contribuído para a entrada de novos destinos e de novos tipos ou modelos de intervenção.

As potencialidades do turismo não terminam nas intervenções indicadas e isso fica provado nos novos tipos existentes no mercado, como o turismo médico, promovido em países orientais (Tailândia, Índia), com serviços de apoio e recuperação em espaços equiparados a estâncias balneares contíguas ao centro hospitalar, justificando a dinâmica que acompanha o segmento.

Como já referido, prevê-se um aumento exponencial do turismo até ao ano de 2025. Segundo estimativas enunciadas por profissionais do sector turístico, (nomeadamente a

empresa turística portuguesa SONAE) a aposta actual deve passar por uma diversificação do leque de ofertas orientados para sectores específicos da sociedade, apostando essencialmente no consumo de longa distância, facilitada pela qualidade e diversidade dos transportes.

A tendência actual insere sempre a vertente sustentável que, tendo como objectivo o ambiente, a comunidade e os recursos naturais locais, pretende um investimento na educação dos intervenientes locais e dos visitantes para um consumo correcto do produto e uma vivência equilibrada. Para isso, pretende-se uma investigação atenta nas potencialidades dos lugares a visitar nas vertentes humanas, sociais, tradicionais, económicas e outras, mas é conveniente não descurar a utilização abusiva do termo pela parte dos investidores menos escrupulosos que procuram, assim, cativar os visitantes menos atentos. Para colmatar estas acções, já é proposto que a procura de destinos seja acompanhado de uma pesquisa séria do programa fornecido pela agência promotora da viagem e com certificação de qualidade atribuída.

Antes de uma análise sobre as diferentes intervenções turísticas, far-se-á uma descrição breve de cada tipo de turismo, referenciado no circuito turístico mundial.

Existem identificados e abordados vários tipos de turismo, donde se realçam os seguintes, sem rigor temporal na ordem apresentada:

- ✓ Turismo de elite, incidindo no desfrute do lazer à beira-mar;
- ✓ Turismo de Praia, (3 S's, Sun, Sea, Sand), idêntico ao anterior e muito copiado;
- ✓ Turismo Rural, Turismo Agrícola e Agroturismo, com incidência em zonas propícias a contacto directo com a natureza;
- ✓ Turismo de Aventura, proporcionando percursos pedonais;
- ✓ Turismo de Montanha, interligado com o turismo de aventura;
- ✓ Turismo de Habitação, beneficiando a ocupação de segundas construções;
- ✓ Turismo Social, para utilização de camadas jovens;
- ✓ Turismo urbano, turismo orientado para exploração citadina;
- ✓ Turismo Cultural, ligado muitas vezes ao elemento “património”;
- ✓ Turismo “Eco-agro-turismo”, em interligação com o conceito de ecologia, em benefício do agroturismo;
- ✓ Turismo Pedagógico e Educacional, relacionados a aspectos didácticos;
- ✓ Turismo Médico, exemplo de intervenção ao nível da medicina com a vertente humanista como aspecto de relevo;

- ✓ Turismo científico, orientado para o estudo geológico de uma região de características ímpares;
- ✓ Turismo dos 3L's (Lore, Landscape and Leisure - Tradições, Paisagem e Lazer).

E outros dos quais se mencionam ainda o turismo de artes, o turismo religioso, o turismo desportivo, o turismo de negócios, muitas vezes não considerados como tipos de turismo mas como deslocações de grupos.

De cada tipo de intervenção far-se-á uma breve descrição.

Turismo de Elite

Este modelo representa um dos modelos precursores do segmento turístico.

A existência de níveis socialmente elevados a nível económico permitiu o desfrute de tempos livres a uma camada bem definida da sociedade, facto a que nos habituámos, muito devido a uma forte informação publicitária.

A utilização de locais “idílicos”, soalheiros e localizados à beira-mar para uma ocupação não sazonal, proporcionou investimentos na hotelaria com a consequente criação de empregos indirectos, o que terá originado o incremento do negócio do turismo, entretanto em desuso crescente pelas agressões ambientais registadas.

Já o termo “Turismo”, associado ao lazer e tempos livres, cimentou a ideia de liberdade e desconstracção social, induzindo a insustentabilidade das intervenções.

Turismo de Praia

Modelo mais seguido, copiado e difundido de todas as intervenções turísticas.

Conhecido pelo modelo dos três “esses”, ou 3 S's, das letras relativas às palavras inglesas para Sun, Sea e Sand, (Sol, Mar e Areia) foi o modelo de turismo que maior influência protagonizou no comércio do segmento e que mais repetições iria originar nas operações posteriores turísticas e comerciais.

Isento de grande necessidade de capital, a este modelo bastava a oferta da natureza e algum investimento imobiliário. A ausência de planeamento ou a deficiência na sua implementação possibilitou um percurso pleno de agressões ambientais sob diversas formas, (Construção maciça e em altura em zonas de praias), prejudicando gravemente a biodiversidade das regiões.

Estas intervenções permitiram uma repetição em grande escala, contribuindo para o desgaste das regiões e perdas irreversíveis dos recursos naturais locais.

A ténue atenção prestada aos efeitos negativos do modelo, juntamente com o posterior registo dos mesmos permitiu a sua aceitação pelas classes profissionais interferentes, onde se incluíam técnicos ambientalistas, cujo trabalho deve ser reconhecido, pelas melhorias nos habitats naturais e inclusão das comunidades no controlo dos recursos da sua região.

Turismo rural, turismo agrícola e agroturismo

“A procura turística aumenta a cada ano em espaços rurais, numa adaptação da procura à oferta autóctone (...); noutros, observa-se a transformação do território para responder a modelos estereotipados que ficam bem ou mal em qualquer lado.” Partidário, 2003, p. 1 a 4.

O turismo rural vem disponibilizando múltiplas oportunidades de utilização, expondo uma evolução crescente e enriquecendo os debates em redor do tema. A multiplicidade dessas oportunidades é um requisito preferencial, rico nos recursos culturais e naturais.

Já no Rio-92, a Conferencia Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento enfatizava a relação entre Sustentabilidade, Recursos e Economia, fortalecendo o papel dos recursos naturais (apelando à sua conservação e gestão) nos processos de desenvolvimento. Na Europa, os Espaços Rurais permitiam-se ser considerados locais de carácter único, em crescendo nas suas potencialidades.

O mundo rural, em virtude do êxodo verificado para as cidades, surge com uma maior disponibilidade de espaços, aspecto que tem permitido maior sedução da actividade, motivando um crescendo na sua procura, não só pela sua ligação ao espaço natural, mas também pela relação Boa qualidade - Baixa densidade, requisito tão procurado e exigido pelo turista actual.

Refira-se que, em Portugal, vão-se dando passos tímidos, embora seguros, no desenvolvimento deste tipo de actividade turística. Todavia, é pedida uma maior ênfase nas políticas de Desenvolvimento e Ordenamento do Território, a bem do desenvolvimento positivo do Programa de Turismo da Natureza, pois o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PCM, 2003) apresentava algumas omissões quanto a acções que pudessem executar objectivos ligados ao Ordenamento Turístico do Território, ao Investimento no Equilíbrio Ambiental, ao Aproveitamento dos Recursos Naturais do Turismo e ao Sistema de Auditoria Ambiental, repercutindo as fragilidades nos sectores ligados ao segmento do turismo.

O agroturismo é um turismo ecológico, ambientalmente saudável, baseando-se na utilização de recursos de uma empresa existente, intervindo através de uma unidade agrícola com capacidade e condições para receber o turista. O agroturismo representa uma possibilidade

de rentabilizar essa empresa pela utilização de recursos que ficariam por desenvolver na ausência dessa actividade.

Este modelo de turismo incide, basicamente, na capacidade demonstrada pela empresa investidora no acolhimento proporcionado ao turista.

O agroturismo cria e reforça relações entre o campo e as pessoas, melhorando os resultados turísticos da região em termos ambientais, culturais e históricos permitindo, ainda, maior diversidade de serviços de índole local, como refeições caseiras, alojamento em casa de agricultores ou em anexos reconvertidos. Estas instalações devem conservar o seu carácter rural, mantendo as comodidades a que os turistas estejam habituados (embora perdendo-se ligeiramente o carácter “agro”).

Um dos limites impostos e propostos para a utilização deste tipo de turismo é tentar evitar a entrada da empresa numa fase meramente economicista, pois a situação poderia desvirtuar o objectivo da intervenção.

Na aposta do modelo “agroturismo” devem ser privilegiados os aspectos qualitativos na vez dos quantitativos (este aspecto desvaloriza o tipo de turismo) e a dispensa de licenças, usando-se mão-de-obra da empresa. (A. Amato, Turismo de Montanha).

Turismo de aventura

Turismo orientado especificamente para regiões montanhosas, podendo, até, ser confundido com o turismo de montanha. Este tipo de turismo apoia-se na educação do turista em termos de segurança quanto a procedimentos e equipamentos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.) define o Turismo de Aventura como sendo “*O conjunto de actividades oferecidas comercialmente (...) que tenham ao mesmo tempo carácter recreativo e que envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos*”.

Este organismo prevê a utilização de condutores profissionalizados, capazes de assumir a condução de grupos de turistas e resolver situações inesperadas. Essas normas técnicas estabelecem regras, prevendo desde a escalada e resgate de acidentados, até a definição de competências e capacidades de habilidades dos intervenientes (Monitores e turistas).

Turismo de montanha

Em “*Uma política para as zonas de montanha*” (relator: A. Amato) (in ACES, Turismo e Desenvolvimento Regional, 1994, p. 20) o Comité Económico e Social afirma que o *turismo poderia e deveria representar uma parte essencial do desenvolvimento económico na*

região, referindo a necessidade de informação estatística sobre os utilizadores do tipo deste turismo, de modo a permitir uma utilização equilibrada do produto, em defesa do lugar.

Certas zonas de montanha já dispõem duma indústria bem implantada, enquanto em outras, ainda não exploradas, é de todo conveniente um inquérito preliminar, estatístico (sobre o número e qualidade dos turistas) de modo a se saber do tipo de actividades a desenvolver.

O parecer atrás mencionado sublinha a salvaguarda de um ambiente não degradado, essencial para o desenvolvimento do turismo sustentável. Essa salvaguarda inclui o restauro e a renovação dos centros históricos urbanos, aposta no desenvolvimento de zonas rurais importantes no passado, casas de quintas de arquitectura tradicional ou colonial e acções que possam beneficiar de fundos de apoio internacionais.

Medidas que possam ser tomadas como referências num parâmetro de planeamento devem incidir na prevenção de um turismo para que este não se torne anárquico; a intervenção maciça e pontual de indivíduos isolados e de grupos de proprietários sem coordenação das entidades locais poderá levar a uma fragmentação dos terrenos com a consequente destruição da paisagem, sem contribuição real para a economia local.

Todas as formas de turismo devem ter prioridade sobre qualquer plano de urbanização sem prejuízo para a economia local, a qual deverá beneficiar de um impulso sério quanto às actividades já referidas.

O turismo de montanha pode ser relacionado com outros modelos, referindo-se o turismo de aventura atrás descrito como turismo com actividade de montanhismo.

Turismo de habitação

O turismo de habitação baseia-se na oferta de um serviço de âmbito turístico, inicialmente baseado na recuperação do património para alojamento, rapidamente transformado em oferta turística em construções recuperadas (casas senhoriais, solares, palacetes, casas rústicas e de lavoura).

O turismo de habitação assenta numa estratégia que promove investimento na oferta de produtos representativos da região e na alta qualificação económica do visitante, proporcionando-lhe qualidade e particularidade no consumo dos produtos.

Apostando numa forma diferente de vivência diária, o turismo de habitação concede ao visitante o privilégio de viver o ambiente natural no campo, em ambiente calmo e acolhedor. A alta qualidade do serviço orienta o visitante a uma publicidade no exterior, promovendo a estadia para além de uma simples visita e extravasando o convite para além do pequeno círculo do turista.

Uma ligeira adaptação, conferindo à habitação características de conforto de níveis urbanos, deverá ser atentamente analisada, evitando-se a diferença que possa existir entre dois tipos diferenciados de conforto, o urbano e o rural.

Não se servindo apenas das características do “caseiro”, “típico”, “natural” e “tradicional”, a vertente do alto profissionalismo insere-se como elemento de índole imprescindível para um bom desenvolvimento deste modelo. Este profissionalismo funciona como elemento indispensável para o sustento sólido do produto, conferindo-lhe a actividade de Turismo Sustentável do tipo “turismo autóctone”, segundo as características mencionadas por Partidário, um mérito da comunidade local.

A ausência da sazonalidade é uma das grandes vantagens ao permitir uma ocupação ao longo de todo o ano, diminuindo os efeitos nefastos de alterações à capacidade de carga do local.

Grande benefício é o privilégio que a visita proporciona ao cliente no sentido deste se sentir parte de um grupo de eleitos no benefício de um produto raro e de alto valor *standing*.

Refira-se, ainda os produtos que interagem com este tipo de oferta, desde o artesanato, passando pela gastronomia, folclore, feiras romarias, desporto, caça e pesca, património cultural e ambiental, entre outros.

Turismo Social.

Com o aumento dos tempos livres e a consolidação dos direitos sociais, o turismo social é incrementado com a finalidade de oferecer acessibilidade com um cariz diferenciado do que se pode apelidar de um turismo humanista.

Este tipo de turismo pode ser considerado como a actividade turística organizada e proposta por associações e organismos sem fins lucrativos e cujo objectivo não é o de dar lucros à empresa mas sim proporcionar aos sócios e à população, trabalhadores, terceira idade e jovens, o acesso ao turismo.

A capacidade de orientar milhões de cidadãos para um tipo de turismo modelo, permite a massificação em zona turística, tornando viável um investimento em zonas consideradas de turismo a custo moderado. Este tipo de investimento (também do tipo estereotipado, segundo Partidário, 1999) permite a ocupação em diferentes épocas do ano, justificando a aposta certa no investimento e a garantia de um sucesso moderado.

No turismo social a vertente sustentável é contemplada na medida em que é a comunidade a grande beneficiada da sua aplicação sendo ao mesmo tempo a impulsionadora dos métodos a aplicar no lugar, surgindo até como a definidora/ orientadora dessas regras de aplicação. O turismo social pode ser apresentado por dois segmentos, um que se baseia no

controlo e orientação das regras de implantação pela comunidade, pelas entidades e técnicos locais, decidindo das competências, das regras e dos campos de aplicação dos rendimentos e outro que depende de um controlo externo inserido na comunidade geral, na figura dum organismo, normalmente sem fins lucrativos, como é o caso das associações, que investe com o fim de proporcionar estadias para grupos de fraca capacidade económica, sendo as camadas mais jovens, as da terceira idade e as mais desfavorecidas, as mais beneficiadas.

Em Portugal, a associação identificada pelo INATEL é a que investe nas camadas já referidas e aposta num turismo onde são abordados os aspectos culturais, ambientais, de arte, etc. prestando serviços nas áreas de turismo social, termalismo, organização dos tempos livres, cultura e desporto.

Outra faceta a considerar no turismo social é a que permite à comunidade hospedeira a selecção do tipo de visitante. Esta intervenção permite um maior controlo pela comunidade na exploração dos próprios recursos naturais, contrariando a considerada normal exploração turística. Um exemplo representativo é o da ONG italiana, “*Movimento Laici América Latina*” (MLAL) que, preocupada com a evolução do turismo de massas e do turismo de elite, apostou no turismo decidido pela comunidade e não pelo operador turístico. Uma frase transcrita e registada é: “*O turismo tradicional só deixa, para as comunidades, migalhas da riqueza que gera, e nós lhes damos a maior parte*”.

Este tipo de aposta no turismo preocupa-se essencialmente em recuperar o respeito que gentes e lugares merecem, terminando com a utilização dessas gentes como mera mercadoria e procurando a sua integração e interacção como interlocutores principais na exploração da indústria lucrativa que tem sido, em certa medida, para usufruto de alguns agentes e operadores, externos à comunidade. Já em apontamentos registados por Cruz, Francisca, in “Reflexões sobre a Sustentabilidade social (...) no Brasil” são referidos três pontos-chave para o sucesso deste tipo de sustentabilidade: 1- A Sustentabilidade deve primar pela aposta na ausência de miséria, permitindo que cada elemento da comunidade possa usufruir de um padrão de vida digno, 2- Cada indivíduo deve poder desenvolver e realizar o seu potencial humano e 3- Cada indivíduo deve ter um trabalho digno, sem o sentimento de ser vítima de exploração.

Na óptica da sustentabilidade, este tipo de intervenção turística é bastante positiva pois concede à comunidade hospedeira a possibilidade e capacidade de gerência da sua matéria-prima e dos seus recursos naturais.

É o turismo com rosto social em que se dá conta da escolha por diversos turistas que preferem o convívio com moradores dos Andes ou do Tibete, em lugar das ilhas Baleares, das piscinas do Caribe ou dos hotéis cinco-estrelas; são experiências que ampliam o

conceito do ecoturismo pelo encontro com a convivência respeitosa com o meio ambiente, com seres humanos de diferentes culturas, indígenas, camponeses e cooperativistas (Francesca Colombo, correspondente da IPS, www.terramerica.org)

Turismo Urbano

O turismo urbano teve um início por volta de 1980, contribuindo em muito a combinação do interesse pela revalorização de centros históricos, interesse pelo património e urbanismo, diversificação de práticas culturais e oportunidades de fazer compras. Os próprios destinos têm feito esforços no sentido de definição de estratégias a fim de ajustar as potencialidades locais ao visitante, melhorando os aspectos sociais, ambientais e económicos.

O conceito de turismo urbano não apresenta uma definição muito clara pelas particularidades das visitas. Estas, muitas vezes, encontram-se ligadas a participações em congressos, eventos culturais, lazer e visitas a familiares.

De qualquer modo é sempre um turismo específico, ligado ao visitante que, em geral, é oriundo também de espaços urbanos.

As zonas urbanas merecem uma especial atenção a qual visa aumentar a prosperidade económica, o emprego nas cidades e a melhoria do ambiente urbano. (*Comissão “Desenvolvimento Urbano e Sustentável na União Europeia: um quadro de acção”*). (<http://ec.europa.eu/enterprise/library/lib-tourism>)

Sendo a zona urbana procurada pelos seus encantos, é no centro histórico, núcleo principal da cidade, que a função turística se envolve mais com o lugar.

Em www.egi.na.pt/cursos_2004 são referidos dois tipos diferenciados de cidades, a cidade histórica e a cidade turística: esta, não possui características extraordinárias, apresentando-se como um modelo de grupos de “clusters” que ligam a actividade turística com a cidade; a cidade histórica beneficia da preferência da parte do turista, desenvolvendo-se de forma independente apesar de, muitas vezes, a maior parte do tempo de estadia seja passado na ... periferia.

O turismo urbano apresenta condições e motivos de visita que podem contribuir para uma perda de qualidade, o que terá originado acções conducentes a limitação de visitas, pela criação de tarifas, escalonamento horário de visitas ou controlo do estacionamento automóvel.

Estas acções respeitam a gestão dos fluxos turísticos nos aglomerados urbanos, utilizando-se métodos de controlo identificados como métodos de linha dura e métodos de linha leve. Aqueles, utilizados como exemplo, nas grutas de Lascaux, previam a interdição na visita. Outros métodos limitam a frequência ao restringir o número de visitantes, pagamentos

antecipados ou restrição da visita e limite no acesso aos parques de estacionamento. Da linha leve, o controlo pode ser gerido pelo controlo horário das visitas, o interagir com itinerários alternativos, a compensação à comunidade residente, a melhoria da capacidade das infra-estruturas, etc. Os núcleos urbanos tendem a sofrer mais desgaste pela forte pressão urbanística, pelo que acções complementares devem ser atenuadoras das agressões inconscientemente efectuadas.

Particularmente, o centro histórico de Veneza pensou a criação de uma carta de pagamento pré-pago, orientado para visita à cidade. Este sistema contribuiu para afastar os visitantes sem dinheiro, limitando a agressão ambiental. Em alternativa a esta carta, tão rigorosa, são previstas tarifas reduzidas para as horas mortas de visita, permitindo o acesso moderado de mais visitantes.

Para um turismo urbano de qualidade foi estudada e implementada a técnica de Gestão Integrada de Qualidade, em que um Organismo era definido como coordenador de serviços, delegando poderes em sectores responsáveis pela correcta implementação das directivas emanadas no sentido da sustentabilidade turística na cidade. Acesso a meios tecnológicos (pagamentos, consultas, serviços apoiados pela Internet, etc.) propicia comodidade aos visitantes, tornando não só a estadia mais confortável, como também beneficia o convívio residentes/visitantes e contribuindo para uma articulação muito facilitada entre os diferentes agentes intervenientes.

Turismo Cultural

O turismo, na sua vertente cultural, pretende beneficiar o lugar, privilegiando a procura e o consumo turístico com ganhos pela parte da comunidade.

É normalmente acompanhado pelo elemento “património”, sendo, este, parte integrante e inalterável da cultura do lugar. Assim, turismo cultural e património devem andar a par no investimento, procurando-se, sempre, evitar a desculturação da comunidade por quaisquer razões que se encontrem.

O turismo cultural exige, da parte do visitante, turista ou não, uma preocupação ambientalmente positiva e, se possível, uma sede em conhecer o lugar a explorar, evitando-se cair na tentativa fácil de absorver a informação debitada sem a exigência do conhecimento obrigatório da parte do relator.

Para o Turismo Cultural é essencial que a Identidade do lugar e a sua Memória sejam preservados ao máximo porque, segundo Urry e Rojek (1997), *“os turistas compõem um exército de semióticos, consumindo objectos, serviços e signos, com sensibilidade para perceber o mundo externo e grande habilidade para descodificar informações”*. A

inobservância deste conceito poderá colocar em risco a repetição da visita, prejudicando grandemente o lugar, já que o turismo cultural está menos sujeito a flutuações sazonais (Turismo e Desenvolvimento Regional, CES, 1990, p. 11).

Segundo Santana Talavera (1998), o património não se encontra dissociado do turismo cultural pelo significado da sua simbologia, que recria o potencial da sua significação identitária, mas Santana observa que o seu uso, apenas por motivos ligados à espectacularidade, pode ser minimizada pelo serviço em prol do mercado e não em prol da comunidade.

Barreto (2003) contradiz este sentimento ao abordar o que pode levar a um processo de deterioração: o descaso pode originar o desinteresse recuperativo.

Eco-Agro-Turismo

“O Eco-Agro-Turismo combina o turismo em acomodações sustentáveis com um cuidado pelo meio ambiente e o património social e cultural”.

Este é o modelo turístico que permite o usufruto das condições rurais ou campestres pelo turista ou simples visitante, ao mesmo tempo que permite o investimento nas acomodações por este requerido, geralmente de índole urbana ou modernista, facilitando o incremento dos recursos locais pelo residente na medida em que regista resultados positivos derivados do seu emprego, muitas vezes mal compreendido.

Segundo a menção ao turismo sustentável em meio rural, “Em regiões menos desenvolvidas, vulneráveis mas atractivas, é essencial integrar a protecção ambiental com actividades socialmente e economicamente benevolentes (...)” BeirAmbiente, in Actividades de Educação Ambiental” (www.beirambiente.pt).

O modelo Eco-Agro-Turismo permite a distribuição dos turistas por acomodações descentralizadas permitindo gerir diversos pontos de alojamento e distribuir equitativamente a riqueza gerada.

A maior vantagem reside no controlo centralizado da ocupação e distribuição das acomodações impedindo a ingerência negativa do turismo de massa por eventual operador exterior.

Este tipo de intervenção, por permitir um rendimento adicional às comunidades rurais, encoraja as famílias rurais pelo apoio na preservação da sua zona. A sua valiosa paisagem e o tipo de agricultura tendem a manter as características, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Turismo pedagógico e educacional.

O turismo pedagógico é relacionado a um aspecto didáctico, dirigido a um segmento da sociedade, normalmente da classe estudantil, em que se propõe conceder-lhe o contacto com elementos fora do seu ambiente familiar ou escolar. Pode ser definido como uma modalidade turística educacional composta por visitas técnicas no ambiente adstrito a uma determinada matéria, permitindo a interligação entre aulas interiores e exteriores à sala de aula e complementando a teoria à componente prática, estando ligada, de preferência, ao estudo do meio e congregando simultaneamente as vertentes do conhecimento e atitudes.

Ao aluno é possibilitada a oportunidade de lidar em autonomia para construção e reconstrução de símbolos próprios, para exercitar a sociabilidade, para desenvolver o espírito de responsabilidade e ter oportunidade de lidar com padrões morais diferentes.

O turismo pedagógico pode ser aplicado recorrendo a excursões, viagens ou visitas técnicas. A actividade decorre fora da sala de aula, mas tem o seu início e o seu fim dentro da sala.

Experiências efectuadas no Brasil e considerações feitas no decurso dessas experiências mostram que o aluno associa com mais facilidade esta matéria à teoria leccionada numa sala, em ambiente monótono, conseguindo tratar os conteúdos com mais eficiência.

Segundo apontamento em www.etur.com.br pelo associado Francisco Castro, em 16/05/2006, a actividade didáctico-pedagógica é toda aquela relacionada ao processo ensino-aprendizagem, tendo como principal objectivo estimular o educando a aprender um determinado tipo de conhecimento em diversas áreas. Basicamente, é o estudo do meio o que tem sido apontado como suporte importante para este tipo de turismo. Parece ser importante a concessão ao aluno de acesso ao processo que possa dar-lhe uma visão do mundo que o rodeia, permitindo-lhe integrar as diversas matérias leccionadas (história, geografia, arte, religião, vida social, etc.) como um todo. A finalidade actual deste ensino centraliza-se no enriquecimento curricular, na valorização extra-escolar e na experiência que consolide a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais.

O processo do turismo pedagógico exige a envolvimento de, pelo menos, dois perfis, o educando (aluno) e o educador (professor), por estar ligado ao processo de assimilação de conhecimento que funciona pelo menos com estes dois elementos. As demais áreas, embora não referidas com ênfase, também não são desconsideradas.

Segundo referido no mesmo site e do mesmo autor, “*O turismo pedagógico é importante porque proporciona ao indivíduo sentimentos de conservação, manutenção e valorização dos bens patrimoniais, culturais e ambientais*”. Isto porque a informação processada em ambiente exterior permite uma melhor apreensão da matéria que lhe esteja associada, conclusão mencionada e facilmente compreensível.

Turismo Médico

As intervenções cirúrgicas apresentam uma factura bastante elevada nos sistemas de saúde e nas companhias de seguros, nos países ocidentais. A emigração, sendo uma necessidade para os povos periféricos, conduz à procura da melhoria de vida de todas as camadas sociais, incluindo as classes de habilitações superiores.

As últimas décadas do século XX foram testemunhas do investimento de profissionais oriundos de países do terceiro mundo para aperfeiçoamento técnico em hospitais existentes em países ocidentais.

Este investimento permite o retorno, aos países de origem, dos profissionais emigrados, fortalecendo o tecido profissional local.

Economicamente e com maior capacidade de investimento em equipamento moderno pelas unidades hospitalares, os centros de saúde munem-se de equipamento moderno fiável, a ser investido com confiança na área da saúde.

A preocupação quanto ao custo pretendido para o serviço de saúde pública origina uma aposta na alta qualidade da mão-de-obra que, aliada a uma baixa exigência salarial, permite a consolidação de uma política económica acessível à população. Esta atitude agressiva é publicitada nos países ocidentais, na procura de uma consolidação das receitas. A oferta de serviços paralelos nas questões ligadas às recuperações pós operatórias permitem que se possa considerar um novo tipo de turismo, o denominado turismo médico.

O turismo médico consiste na oferta de um serviço hospitalar com a recuperação a ser acompanhada em local com características de estância balnear, tudo isto a preços convidativos.

É uma aposta da parte dos governos locais que, além do seu apoio, contam ainda com o dos profissionais que demonstram, desta forma, o seu sentido humanitário num segmento bastante necessitado.

O aspecto económico mostrou-se importante e consistiu na construção de uma edificação da classe de 5 estrelas, a preços reduzidos em comparação com os hábitos dos países ocidentais: 10 a 20%! A mão-de-obra é suportada por elementos licenciados, nos campos da medicina e da enfermagem, garantindo assistência profissionalizada pós-operatória em espaço contíguo, confundindo-se, este, com as actuais estâncias turísticas tanto espalhadas pelos lugares denominados de exóticos.

Este novo tipo de turismo pretende investir numa área totalmente invulgar, oferecendo, ao mesmo tempo, uma estadia não só aos clientes como aos acompanhantes e promovendo qualidades da comunidade local.

Além da Índia, foi referida a Tailândia como o outro país a desenvolver este tipo de turismo. É provável que se desenvolvam em muitos outros países, contrariando a forte vertente economicista presente na medicina mundial.

O programa que serviu de base a este apontamento foi exibido no programa na RTP-1, “60 minutos”, em 29 de Abril de 2006.

Turismo dos 3L’s.

Este tipo de intervenção (Lore, Landscape and Leisure – Tradições, Paisagem e Repouso), (Cunha, L. 1997, p. 74) apresenta-se como alternativa ao turismo dos 3S’s (Sun, Sand and Sea), orientado para um turismo exigido por uma fatia específica de visitantes com preocupações pela qualidade do lugar, pelo valor ambiental das regiões a visitar, sem a prioridade pelo consumo do sol, do mar e da areia. É um tipo de turismo que incentiva uma visita de qualidade onde o conforto é essencial e os serviços de apoio devem promover um bem-estar idêntico ao que o visitante se habituou.

Ecoturismo

O “Ecoturismo” não é considerado um tipo de turismo mas sim um conceito. Assim, não pode ser identificado na listagem anterior, mas sim de acordo com os conceitos de turismo sustentável e de turismo de massas; segundo Partidário, 2003, deve ser considerado como conceito base de todos os tipos de turismo antes referidos.

A primeira definição formal terá sido creditada, em 1987, a Ceballos-Lascuráin, sendo a seguinte:

“Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas, com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais – passadas e presentes – nestas áreas encontradas”, (www.ecobrasil.com.br).

A definição parece pecar pela eliminação de áreas menos conservadas e algo perturbadas. Estas parecem ser as que mais necessitam de apoio, razão suficiente para inseri-las num circuito ecológico, contribuindo para a melhoria das condições fragilizadas.

Ainda outra definição, esta proferida por Martha Honey, directora da TIES:

“Ecoturismo envolve viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacte e (usualmente) em grupos pequenos. O Ecoturismo incentiva a educação do viajante, recursos para a conservação, direcciona benefícios para o desenvolvimento económico e fortalecimento político das comunidades

locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos”.(*Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?*, Martha Honey, Island Press. 1999).

Esta segunda afirmação parece consolidar a afirmação de que as viagens de índole ecoturísticas são apenas as que envolvem áreas fragilizadas, tornando ineficientes as intenções ligadas ao ecoturismo para áreas fora deste âmbito.

O termo “ecoturismo” ou “ecotourism”, terá surgido de uma contracção dos termos “ecological tourism”, relacionando-se com o primeiro princípio do turismo sustentável, “a minimização dos impactes ambientais”, e não se considerando a sua origem pouco clara, especula-se que terá sido Hetzer, W. Links (“*Environment, tourism, culture*”, Julho de 1965), (www.ecobrasil.com.br), quem primeiro terá utilizado o termo, enunciando quatro princípios, identificados de seguida:

- 1 – Respeito pelas culturas locais;
- 2 – Minimização de impactes ambientais;
- 3 – Maximização na satisfação do cliente;
- 4 – Maximização dos benefícios para a comunidade.

As intervenções actuais baseiam-se na manutenção destes quatro princípios que se assumem como pilares de orientação da aposta sustentável. Os princípios ainda se mantêm actualizados, apesar da constante evolução na definição do termo “Turismo Sustentável”, mantendo-a longe da definição final. O significado do termo tem seguido uma evolução adaptada a novos condicionantes, o que tem contribuído para uma actualização do significado de “sustentável”.

2.4 – Os conceitos de turismo autóctone e turismo estereotipado.

O turismo tem influenciado o desenvolvimento de regiões com consequências positivas e negativas para a região e para a comunidade local. Estas consequências originaram conceitos que defendem intervenções em benefício das comunidades defendendo uma mais correcta distribuição de riqueza e utilizando a experiência antes adquirida em situações similares.

Estes conceitos realçam a importância dos modelos de turismo com a finalidade de benefício à comunidade residente e ao investidor, pretendendo que cada um dos interlocutores tire vantagem da intervenção. Estes modelos de turismo, mencionados e definidos por Partidário, 1999, são o modelo autóctone e o modelo estereotipado, de que faremos uma breve interpretação.

“O modelo autóctone é aquele que promove uma oferta distinta, com base na utilização dos recursos existentes, investindo nas particularidades que os distinguem e que os podem destacar como produtos únicos.” (Partidário, 2003, p. 5, In Actas do I Encontro de Turismo de Espaços Rurais), permitindo o aproveitamento do investimento que parece favorecer os produtos locais, beneficiando não só o seu consumo nas actividades ligadas directa ou indirectamente às comunidades como na contribuição para a criação de emprego e rendimento à população residente, entre outros benefícios. Em princípio seria o modelo ideal para a aposta de um destino turístico visto assentar na promoção dos produtos da região.

Mas este modelo necessita de um “lugar” para a sua implementação, estando dependente da utilização de recursos próprios. Partidário propõe a sua identificação como primeiro passo de intervenção, seguindo-se estudos das potencialidades locais para investimento nos produtos que os possam valorizar. Este desenvolvimento contínuo e consequente permite a exploração de modo integrado dos produtos em cadeias de valor, devendo-se tirar partido das vantagens da multiplicidade e diversidade dos mercados existentes e do ciclo de vida do produto para investimento.

Os turistas pagam para ver a utilização da tecnologia arcaica na produção de um produto local. Com esta atitude, estar-se-á a contribuir para a auto-estima dos elementos da comunidade, valorizando os seus recursos, aumentando os rendimentos pecuniários dos residentes e patrocinando qualidade e continuidade na economia local.

Mas o modelo autóctone pode ser confrontado com barreiras intransponíveis se depender demasiado da comunicação com o exterior, ou se pretender crescer isoladamente, evitando apoios publicitários de actores que detêm poderes para dissolução ou estagnação do destino.

O estudo antecipado das capacidades do local para o desenvolvimento autóctone, deverá basear-se num modelo generalizado, com experiências positivas e passíveis de serem repetidas sem o perigo de eminente descalabro, conhecido como modelo estereotipado (Partidário, 1999), o qual pode intervir como arranque para o turismo da região.

Este arranque pode ser necessário, mesmo para a implementação do turismo “*autóctone*”, pretendendo-se monitorizações constantes de modo a controlar o crescimento ou desenvolvimento sustentável do lugar. Assim, também baseado nestas monitorizações, o modelo estereotipado pode passar a ser considerado como boa solução turística do destino, munindo-se das ferramentas do modelo autóctone.

Estereotipado tem origem em estereotipar: “fixar, estampar”. Deriva, ainda, da palavra grega “*estéreo*”, cujo significado, ao exprimir a ideia de relevo e solidez, empresta ao termo “*estereotipado*” a ideia de consistência. O modelo empregue pode induzir a ideia de uma intervenção com base na consistência necessária para um bom desenvolvimento do local e

da comunidade no uso de modelos com provas dadas. Na psicologia, o termo estereótipo tem o significado de opinião pré-concebida e comum, que se impõe aos membros de uma colectividade. O termo “*estereotipado*” condiz, deste modo, com o modelo turístico “estereotipado”.

“(...) o modelo estereotipado é o que importa e vende de modo menos original, mais padronizado por modelos tipificados por uma procura que garante vendas, onde o sítio ou o local não são o produto, mas apenas a infra-estrutura”. Partidário, 2003, p. 7, In Actas do I Encontro de Turismo de Espaços Rurais).

O recurso ao modelo autóctone permite o investimento nas particularidades que distinguem os valores locais mas, se o modelo autóctone apresenta aspectos bastante positivos, quando aplicado com moderação e responsabilidade, também o estereotipado apresenta os seus argumentos válidos.

Vejamos o que refere Baptista, 2003, p. 92: o tipo de turismo denominado de “estereotipado” apresenta aspectos positivos quando a presença de um símbolo familiar (Hotel de marca internacional) assegura ao turista a sensação psicológica de protecção e conforto em ambiente “hostil”, desconhecido; a proposta da viagem, ao ser apresentada pelo operador turístico, entidade experimentada, contribui para a sua aceitação ao diminuir a sua quota-parte de responsabilidade na opção de escolha do destino e no risco do investimento, pela acreditação na fórmula utilizada, tida como testada, registada e aprovada por demais utilizadores.

Este modelo baseia-se na repetição de uma solução experimentada e competitiva de um tipo de intervenção turística, em que a finalidade da visita acaba por ser a distração, o descanso e o alívio de stress, passando os elementos locais para opções secundárias (por exemplo: as excursões aos lugares tidos como “importantes”, numa óptica de puro relaxe); a utilização do espaço interior do hotel servindo de palco a exibições de folclore local, nada contribuindo para o real conhecimento das capacidades e potencialidades do lugar mas sim para uma imagem desvirtuada, desviando atenções, convencendo o turista de que foi essa a sua opção de “conhecer o lugar”.

Com ofertas semelhantes disponibilizadas pelo grupo operador, o turista busca diferentes lugares exóticos, mantendo o mesmo tipo de utilização. Esta procura de variedade é baseada na curiosidade motivada pela busca de diferenças realçadas pelo marketing publicitário, em que a intervenção mantém-se na órbita conhecida do turista, sem grandes diferenças de serviço, convencendo-o de que vai ao encontro de uma oferta diferente, de ambientes alternativos e diferentes, novas arquitecturas e formas alternativas de intervenção. Porém, apenas se altera o suporte da intervenção! (O destino ou região).

As qualidades sustentáveis num turismo do tipo estereotipado apenas se observam se este se adaptar ao lugar para o seu desenvolvimento e o da comunidade, apostando na distribuição da riqueza à comunidade local, na formação profissional, no emprego e nas boas condições de manutenção dos recursos oferecidos pela natureza.

Qualquer intervenção que siga estes parâmetros pode ser considerada sustentável, desde que a finalidade seja do interesse local - financeiro, económico, ambiental e social. A manutenção das condições dos recursos naturais do lugar ou região é do interesse de todos os grupos, residentes ou exteriores, sendo para estes últimos a manutenção a longo prazo de um produto de rendimento assegurado no tempo com uma intervenção saudável e amiga do ambiente e do residente, tornando-o sempre bem-vindo à região e, para os grupos locais, a certeza de uma opção que possibilitará um equilíbrio da sua região como das condições básicas da sua qualidade e modo de vida e das possibilidades das gerações seguintes poderem usufruir de benefícios idênticos.

O turismo baseado no modelo estereotipado, se não observar os interesses endógenos, contribui para impactes negativos no ambiente e nas comunidades locais, criando alternâncias na sua participação, com incisões na economia, contribuindo para o desencanto, conduzindo à desistência na luta por uma melhor qualidade de vida, fomentando o desinteresse pela participação, o abandono e promovendo a emigração.

Estes conceitos, sendo analisados na óptica da sua implementação em turismo de âmbito insular, permitem uma atenta análise das consequências. O isolamento inerente à condição “insular” tem convidado a um tipo de intervenção tipificada que se tem registado em todos os destinos espalhados pelo globo e identificado pelo modelo estereotipado, característico de “copiar e colar”, por vezes com resultados positivos. O aspecto negativo deste tipo de intervenção é servir-se do facilitismo proporcionado pela localização “marginal” do lugar, permitindo atitudes agressivas para os recursos locais, ao ambiente, à comunidade e à economia, sem consequências de maior para os seus autores, a não ser a perda a médio prazo do bem.

O modelo estereotipado, baseando-se em intervenções efectuadas e com resultados registados, pode canalizar o modo de intervir de maneira a beneficiar mais a comunidade ou o interventor. Dependendo da intenção final, assim o modelo pode ser considerado ou não no âmbito da sustentabilidade.

Por sua vez, o modelo autóctone beneficia a comunidade local pelo investimento efectuado com objectivo no crescimento económico dos residentes, valorizando a criação dos produtos turísticos de origem endógena e intrínseca como valor único a investir, observando o desenvolvimento salutar da população.

2.5 - Ciclo de vida do produto “Turismo”.

Não existe definição exacta quanto ao tempo de duração de um destino turístico, dependendo este da atitude dos actores no local, do grau de intervenção na utilização dos recursos e da aceitação pelos turistas das soluções adoptadas.

Qualquer que seja a sua duração, o produto poder-se-á desenvolver indefinidamente, identificando-se, assim, o ciclo de vida que se pode definir como o tempo estimado de utilização do produto desde a introdução no circuito, com todas as expectativas geradas, até ao final, normalmente devido à saturação por sobre-utilização dos recursos naturais, de modo desregrado. O ciclo de vida do produto pode não terminar se houver uma monitorização séria e contínua, pautada por ajustes positivos aquando da existência de intervenções negativas pontuais. Intervenções negativas prolongadas ou insistentes só poderão produzir a asfixia, levando ao completo declínio e à morte ou dissolução do produto. É de referir que as intervenções pontuais, mesmo monitorizadas, são sinal de fraco ordenamento turístico, pela constante alteração do quadro representativo da situação existente, tendo-se como exemplo as Cataratas de Niagara. (Batista, 2003, p. 89).

Este ciclo de vida do produto encontra-se ligado não só ao agente operador mas também a motivos casuais que possam contribuir para a sua introdução no mercado. Hoje, a publicitação de destinos através de folhetos e outros canais informativos, permite o conhecimento de operadores e empresários passíveis de intervir em qualquer lugar do mundo e é esta oportunidade de participação que os vários candidatos procuram, na busca de uma melhoria no seu modo de vida.

O ciclo inicia-se, muitas vezes, numa fase neutra, muitas vezes derivada de uma visita casual de mera observação. A importância desta pode conduzir a um interesse na região, orientando esforços para a intervenção. É uma fase inicial que acalenta sonhos, suporta estudos, ideias e perspectivas de um desenvolvimento futuro.

O ciclo de vida do produto “Turismo”, não apresenta uma interpretação conceptual (Batista, 2003, p. 88), podendo ser representado pelo modelo desenvolvido por Butler (1980), de acordo com os seguintes patamares de desenvolvimento (fig 1)

A necessidade de recuperar do investimento turístico originou a implementação de medidas intermédias, no sentido de criação da possibilidade em recuperar das intervenções menos correctas, ao se iniciarem ou se verificarem vestígios de declínio.

Estas medidas são introduzidas após a fase de estagnação, primeiro sinal de alarme. Estas medidas permitem retornar ao início de nova fase de Desenvolvimento, conforme representado na figura 2.

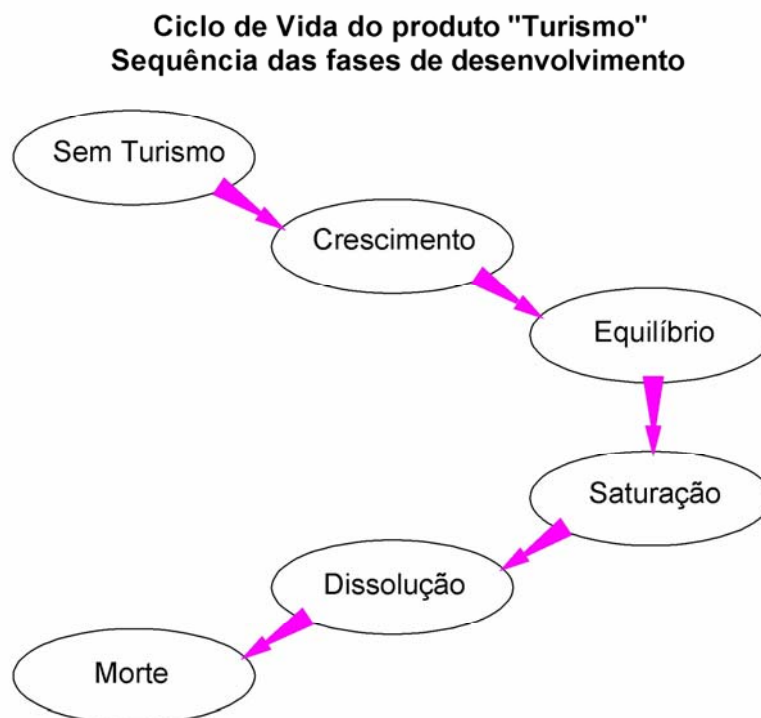


Fig. 1 – Sequência das fases de desenvolvimento sem medidas de rejuvenescimento.

A sequência atrás referida pode-se ver melhorada pela da figura 2, Sequência do ciclo de vida do produto Turismo, com rejuvenescimento. Este, pode seguir os dois percursos indicados e pode, ainda, desenvolver-se para outro patamar, o da Renovação (Cunha, L. 1997, p. 157), quando se dá uma renovação total de todos os elementos que o constituem.

Após a fase de estagnação ou de saturação, o declínio é evitado pela renovação de alguns elementos constituintes. Esta opção deve ser convenientemente monitorizada se a renovação total se apresentar com dificuldades inultrapassáveis.

A recuperação registada na figura 2 evita a queda no declínio da 2ª fase, caminho certo para a irreversibilidade do fim do destino. A monitorização pode prevenir a fase de Estagnação, evitando-se as fases seguintes de declínio.

As definições registadas indicam análises similares do estudo dos diferentes patamares, desenvolvendo o ciclo de vida do produto turístico, nomeando as várias fases por que passam as intervenções turísticas, independentemente do tipo de intervenção registada.

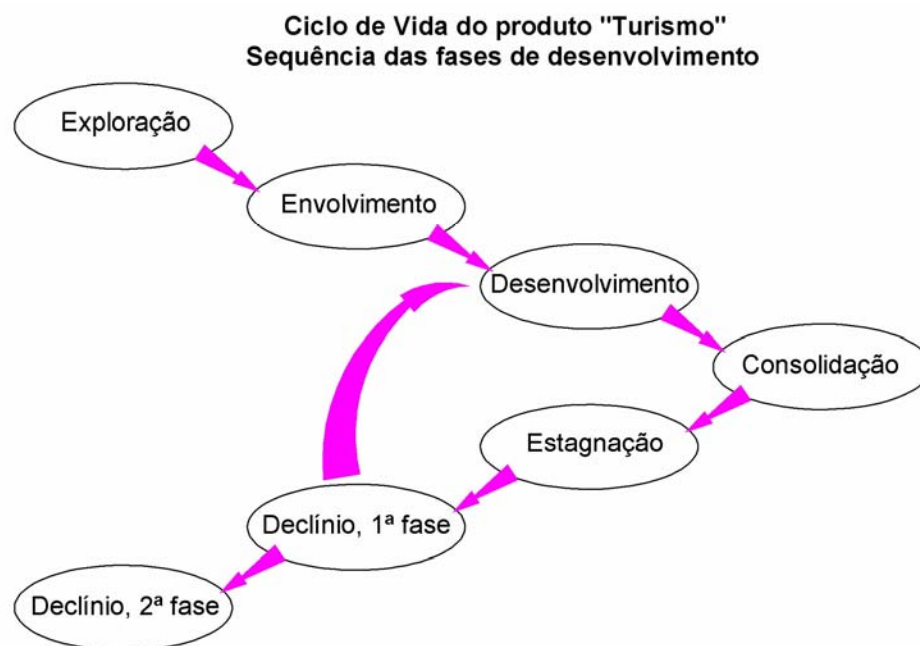


Fig. 2 – Sequência do Ciclo de vida do produto Turismo, com rejuvenescimento.

São referidas pela sequência similar que parece acontecer com naturalidade, mesmo na ausência de uma monitorização. Em qualquer das considerações, a ruptura final parece surgir com a quebra das opções sustentáveis do lugar, quando ignoradas pelos intervenientes. No modelo indicado na primeira sequência, é concedida uma segunda oportunidade de recuperação pela implementação de medidas de rejuvenescimento (Batista, 2003, p. 95) estando previstos dois níveis de declínio, resultando o segundo declínio do produto da deficiente monitorização, ou de desinteresse, causando-lhe o seu fim. A necessidade da segunda oportunidade obriga a uma maior atenção, e a uma cuidada monitorização.

A grande expansão imobiliária que acompanha o turismo de massas, do tipo *estereotipado*, muito comum na orla costeira de países mediterrânicos, é um exemplo do desenvolvimento em fases registadas. Durante largos anos considerados como exemplo a seguir de uma correcta aplicação turística e amplamente aplicados em destinos exóticos, com graves perdas para os recursos e comunidades locais destes destinos, essa grande expansão imobiliária é responsabilizada pelo universo ligado ao “Turismo Sustentável” como o causador de desastres ecológicos. Todavia, registre-se que, mesmo com resultados negativos, nem assim intervenções idênticas são abandonadas, antes pelo contrário.

Registe-se o aumento de intervenções contra o ambiente, apesar de todos os avisos registados pelo mundo fora. Não obstante as entidades ligadas ao sector público resistam ao investimento selvagem interposto por empresários exteriores, estes vão contrariando as

normas existentes e contribuindo para o desequilíbrio ambiental. O resultado a longo prazo estará intimamente ligado ao final do “ciclo de vida”.

O ciclo de vida do produto “turismo” tem uma relação estreita com a “capacidade de carga da região”, podendo-se considerar uma interdependência estreita entre estes dois elementos, uma vez que ao correcto consumo do produto e ao desenrolar positivo ou sustentado do mesmo está uma correcta utilização dos recursos, sem sobrecarregar nenhum deles.

A capacidade de carga pode ser a medida de qual o limite máximo suportável de impacte que pode vir a sofrer determinado recurso. Esta definição peca por escassa se a variável “*tempo de duração do recurso*” for introduzida no conceito. Muitas vezes, segundo “*Batista, 2003, pág 87*”, o conjunto de diversos recursos conduz a um resultado que é o somatório das várias capacidades de carga, baseado na medição de todos os impactes. Porém, Batista refere que a questão temporal pode interferir no registo do impacte de determinado recurso muito tempo após a intervenção porque o recurso em causa, no conjunto dos contabilizados, não emerge imediatamente, vindo, mais tarde, a revelar-se como tendo sofrido das inserções negativas. Assim, a capacidade de carga não pode ser definida por apenas um “item”, mas sim pelo conjunto de diversos “itens” particulares do destino. Aparecem, então, as outras capacidades de carga associadas tais como sociais, patrimoniais, culturais, históricas, entre outros, que exigem a sua inclusão no cálculo final de impactes ambientais.

No início da exploração turística e quando ainda está patente a primeira fase, de Exploração ou Sem Turismo, a capacidade de carga é a normal para o lugar, se considerarmos como normal a vivência diária e o equilíbrio entre o produzido e o consumido, sem desgaste ambiental, onde o equilíbrio entre a natureza e a humanidade se encontra satisfeita plenamente. À medida que se avança pelos outros patamares, iniciam-se deteriorações das diferentes variáveis, sociais, físicas e outras, pela alteração no consumo dos recursos locais, geradoras da Capacidade de Carga.

A Organização Mundial do Turismo, em 2002, redigiu uma definição para Capacidade de Carga que relaciona a utilização de todas as variáveis ecológicas para um máximo uso sem causar efeitos negativos sobre os recursos biológicos e sem reduzir a satisfação dos visitantes (...). Na definição encontram-se englobadas preocupações não só para com a sociedade receptora, mas também para com a economia e a cultura local.

A capacidade de carga deve ser monitorizada em todas as suas variantes e não deve ser considerado como suficiente o controlo ou monitorização de apenas uma delas. A monitorização da capacidade de carga que aborde apenas os recursos naturais, ignorando o aspecto temporal (o meio ambiente sofre alterações conforme a estação ou a época do ano)

ou mesmo o aspecto de relacionamento residentes / visitantes (influências externas devido às diferenças sociais, económicas e culturais) resolve uma parte do conflito, podendo ajudar à deterioração de todo o ecossistema pelo seu aparecimento tardio na envolvente. É que “quanto maior o desenvolvimento das atracções, maior a probabilidade delas ultrapassarem a capacidade de carga” (Faccioli, Andrade e Prado, 2006).

No contexto turístico, a qualidade da experiência e o perfil do visitante, interligados com o elemento “meio ambiente físico” são factores essenciais para o desenvolvimento “eco”, visto o perfil daquele poder actuar positivamente como elemento benéfico para a boa solução do ecoturismo local.

São utilizados além destes dois elementos referidos, também a frequência da visita, o tempo de permanência, o desgaste físico/biológico e a assiduidade da visita. A frequência da visita é importante pelo conhecimento de todo o percurso e pela avaliação do tipo de crescimento registado; o tempo de permanência, justificando o grau de aceitação por um elemento externo; o desgaste físico/biológico, por ser justificativo de aceitação de sacrifícios em prol da visita e a assiduidade da visita porque esta é sinal do bom trabalho desenvolvido na região.

Reconhecendo que o simples crescimento não se pode identificar com a sustentabilidade é, a maior parte das vezes, o crescimento sem controlo que proporciona um desenvolvimento económico de consequências várias, positivas e negativas: há ganhos económicos equitativamente mal distribuídos, promovendo desequilíbrios económicos para os intervenientes locais no processo: os empresários e a comunidade.

Neste patamar, é possível assistir-se à fase de Desenvolvimento, ou de Crescimento, podendo mesmo a solução chegar a ser considerada óptima e passível de seguimento noutros locais ou modelos de turismo.

A monitorização deve orientar o processo mesmo antes de se atingirem graus avançados de desenvolvimento, prevendo-se que um destino, se afastado dos centros de decisão e longe das regiões de nível económico satisfatório, inevitavelmente se irá preocupar em envolver-se sem atender a perigos que se afiguram muito distantes e desconhecidos para a comunidade, quer sejam órgãos do poder, ou outros.

Considerando a fase monitorizada, quer o desenvolvimento quer o crescimento devem assistir a uma moderação, com introdução dos interesses da comunidade em todos os pormenores de uso ou exploração dos seus recursos naturais, procurando um equilíbrio ambiental que se mostrará benéfico com o desenrolar dos anos. Não é o crescimento nem o desenvolvimento acelerados que concedem melhorias à comunidade, mas sim o crescimento e o desenvolvimento moderado, consolidado e equilibrado.

O desenvolvimento e a consolidação do modelo turístico, em situação de equilíbrio estável, permitem à comunidade a harmonia social e uma utilização regrada dos seus recursos naturais, amenizando desequilíbrios sociais e concedendo vantagens de todo o tipo e a todos os intervenientes (Partidário, 1999, “Critérios para um Turismo ambientalmente sustentável”, p. 18).

As fases de Estagnação e de Saturação são fases que indiciam falhas no modelo empregue. Qualquer destas referências significa o início de um abandono do destino, devendo os interessados promover programas de rejuvenescimento (Batista, 2003, p. 95) no sentido de reversão das agressões ou dos negativismos. A comunidade deve poder intervir nos Planos e Projectos existentes de modo a evitar o abandono da parte do visitante. Na explanação das primeiras fases prevê-se o fim do destino quando nenhuma intervenção positiva intercede em favor do lugar. A dissolução e morte do destino podem terminar a aventura e condenar todo o processo interventivo. De novo sem turismo? De novo a recomeçar do zero? Pode ser um mal terminal e dificilmente o destino recuperará de novo. Ao se manterem as atitudes negativas, as medidas já não surtirão efeitos positivos e apenas resta o abandono puro e simples. É isto que se quer evitar em qualquer região turística.

2.6 – Resumo do capítulo.

O Ordenamento do Território, englobando o Turismo, é uma resposta ao crescimento exponencial da indústria turística que, consumindo os recursos disponibilizados pela região onde se desenvolve, tende a se dispersar na oferta, ignora as necessidades reais e os interesses mais prementes das populações que deles devem beneficiar.

Com um investimento cada vez mais forte do sector empresarial, preocupado em demasia com resultados económicos, é com alguma preocupação que o sector ambientalista assiste a transformações no uso do solo, as quais, muitas vezes, sustentam agressões que, com o tempo, se mostram irreversíveis.

A evolução da actividade turística vem permitindo algum desenvolvimento e o crescimento de novas regiões e comunidades, proporcionando a sua candidatura aos novos mercados do sector, mesmo não se confirmando o positivismo dessa participação: pretende-se que seja sólida e consistente na aplicação dos requisitos necessários para a defesa do ambiente e das comunidades locais.

A preocupação relativa ao conceito de turismo ecológico contribui para um discurso em termos ligados ao ambiente, muitas vezes aproveitado pelo sector publicitário, pervertendo o real significado do termo da ecologia, obrigando a um maior cuidado na utilização do termo “turismo ecológico” ou “eco-turismo”.

Partidário, 1999, confere ao termo “Turismo Autóctone” uma ligação forte perante a comunidade e o lugar. Procurando justificar esse termo, pode-se pensar que todas e quaisquer intervenções a partir do exterior devem ser evitadas; não se devem colocar objecções à introdução do outro modelo, o de turismo estereotipado, desde que as preocupações na orientação dos benefícios sejam a canalização para ganhos a todos os intervenientes, empresários, turistas, comerciantes, políticos e residentes, principalmente estes últimos.

Outro conceito que se insere é o tempo em que o produto deve ser utilizado, identificado como ciclo de vida do produto, que descreve as fases por que passa um produto ou destino, do início ao final da utilização do produto e do destino.

Este tempo de utilização deve ser monitorizado, evitando-se, deste modo, a perda das qualidades essenciais do lugar. A inobservância desta monitorização pode contribuir para a perda do destino pela desagregação dos recursos naturais.

A participação no circuito turístico deve ser ponderada, atendendo à sua capacidade de suportar agressões actuais e vindouras, evitando-se súbitos crescimentos sem consolidação de patamares anteriores de desenvolvimento.

3 - SUSTENTABILIDADE

3.1 – Conceito de Sustentabilidade.

A Sustentabilidade baseia-se na intervenção processual, passível de capacitar a utilização dos recursos naturais pelas gerações actuais, de modo a que os mesmos se mantenham em condições de serem também usufruídos pelas gerações vindouras. A sustentabilidade requer a utilização dos bens locais para usufruto da comunidade, permitindo que esta continue a disponibilizar a todos os visitantes e demais intervenientes a possibilidade de utilizar os recursos, naturais e singulares, promovendo o desenvolvimento das capacidades económicas, sociais e ambientais da comunidade para um crescimento contínuo.

A definição de sustentável relaciona-se directamente com a preservação dos recursos naturais. O sustentável tem, como base de aceitação e aplicação, a correcta educação ambiental prestada no processo de formação mas exige contrapartidas no âmbito da co-responsabilização sócio-ambiental de quem beneficia dessa educação.

A sustentabilidade turística não exige o corte de relações com o segmento empresarial, antes pelo contrário. Em “Critérios para um turismo sustentável.” 1999, Partidário refere a necessidade de inclusão do agente económico na intervenção sustentável, contribuindo, com a sua participação, para o desenvolvimento e crescimento do destino turístico. A inclusão do operador exterior implica a aceitação das regras inerentes à sustentabilidade, beneficiando os condicionalismos desejados pela comunidade e pelos agentes locais, nacionais e internacionais na manutenção das características singulares da região.

Também Batista, 2003, menciona como necessária a rentabilização do investimento sem descuidar a componente sustentável, em análise do turismo na faceta de intervenção “estereotipada”, modelo e solução amplamente tratados por Partidário.

A sustentabilidade, segundo Slader, 1990, em “*critérios de decisão para um desenvolvimento sustentável*”, deve servir de elo de ligação para aplicação da trilogia Social – Economia – Ambiente, com o objectivo de procurar o equilíbrio justo na sua implementação. Para um resultado considerado sustentável, a política a aplicar na utilização de recursos, ou resultante da utilização destes, deve contribuir para uma solução que resulte da interligação entre uma correcta produção de bens e serviços (eficiência na Economia), na estabilização de qualidade de vida (equidade de condições mínimas na inclusão da vida social) e num desenvolvimento das boas condições de conservação da natureza, investindo-se correctamente na biodiversidade.

A sensibilização ambiental deve ser possibilitada ao empresário local, bem como a todos os elementos da comunidade, para que as boas práticas sustentáveis sirvam de investimento saudável para o lugar de intervenção, para uns e de vivência diária, para os últimos.

Em 1987, com o relatório “O Nosso Futuro Comum” surge a definição seguinte: *“Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”*. A definição insiste na necessidade das gerações actuais terem tanta importância como a das gerações futuras!

Esta dificuldade na satisfação das necessidades das gerações, ainda hoje não satisfeita, foi corroborada na Conferência do Rio, 1992, inserindo-se a protecção do ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento (princípio n.º 4).

A sustentabilidade é um processo que, após a sua introdução, positiva, consegue manter um padrão de qualidade dos recursos naturais, apresentando autonomia de manutenção das condições locais e focalizando, nas relações natureza/sociedade, concentrações ou centralidades que possam contribuir para a sua degradação. A finalidade da sustentabilidade é permitir autonomia no controlo de todos os recursos naturais pelas comunidades locais.

3.1.1 - Definições.

- Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento relaciona-se muitas das vezes com a sustentabilidade, de modo idêntico ao crescimento, pelo modo como interage com ela. Pelo menos no seu início, o desenvolvimento pode ser confrontado com o crescimento, pois tem a característica singular de conseguir manter a capacidade de sustentabilidade, mesmo que cesse o crescimento.

- Crescimento. O crescimento, intimamente interligado com o conceito de sustentabilidade não deve ser encarado como factor que a assegure, pois o seu carácter apresenta-se basicamente em moldes de quantidade. Complementando o desenvolvimento, cria essa ilusão, mas a sua conexão com a sustentabilidade deve ser ponderada para não ser fomentada ou empolada essa ilusão, muito utilizada para uma justificação superficial, assumida sem seriedade.

- Capacidade de Carga. A OMT - Organização Mundial do Turismo, em 2001, definiu a capacidade de carga como *“o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre os seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local”*.

- Indicador. Os indicadores são elementos utilizados como auxílio na monitorização, tendo por finalidade a optimização das decisões. Os indicadores permitem definir o que fazer (objecto da acção), para que fazer (objectivos) e como fazer (metodologia). O apoio aos indicadores pode ser efectuado tanto no campo quantitativo como qualitativo das propriedades e características de uma realidade, abarcando aspectos de organização, processos e serviços, entre outros.

Sustentabilidade – Capacidade de algo que se pode sustentar, suportar.

Estes conceitos têm por finalidade apoiar os interventores dos produtos ligados ao turismo de acordo com a normalização de actividades no âmbito da sustentabilidade, pretendendo-se promover um conjunto de regras em prol do turismo e de outras actividades como serviços, comércio, artesanato, entre outras.

3.2. – A Sustentabilidade no Turismo. Documentos, Iniciativas, Eventos.

Tem-se, como uma das primeiras menções à sustentabilidade, datada de 1865, vaga e timidamente, a questão relativa ao ambiente, embora só no século XX se dê a evolução do conceito no verdadeiro sentido da palavra, bem como a criação dos ícones e dos mecanismos considerados úteis à sua implementação na sociedade (*in* <http://resistir.info>)

(Ainda na segunda metade do século XIX, William Jevons, pioneiro do pensamento económico neoclássico foi também precursor da corrente da economia ecológica e energética. Em The Coal Question, 1865, abordou a importância da energia primária para o desenvolvimento económico e a sustentação do poder político, associando a sustentabilidade do império britânico à disponibilidade não constrangida de carvão mineral).

Na conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, mais conhecida pela Cimeira da Terra (Conferência do Rio-92), a inclusão de preocupações sustentáveis (sociais e ambientais e onde foi aprovada o documento “Agenda 21 Global”) fez parte do programa de acção, embora sem poderes que diminuíssem os atentados ao ambiente. Desta conferência foi agendada uma seguinte, denominada de Rio+10, em Joanesburgo, África da Sul, onde seriam negociadas acções pretensamente mais eficazes, pela Cúpula Mundial, encorajando os participantes no sentido de união no desenvolvimento de iniciativas em benefício do meio ambiente e das comunidades locais, com a intenção de se minimizarem os impactes negativos do turismo e no turismo.

Apesar destas aprovações e do encorajamento à aplicação do documento, foi necessário reafirmar os princípios do programa, sinal de que as indicações eram parcialmente ignoradas.

Em Novembro de 2000, a localidade de Mohonk, nos Estados Unidos, é palco de um evento onde o reconhecimento de problemas existentes no turismo mundial origina a criação de componentes e indicadores para programas ligados à certificação de turismo, ajustando-os aos locais com características próprias e criando programas de Ecoturismo e de Turismo Sustentável.

A definição de Ecoturismo saída deste evento é a de um *“Turismo Sustentável em áreas naturais que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais.*

Segundo definido no mesmo acordo, que ficou conhecido por “Acordo de Mohonk”, o “Turismo Sustentável” é *“o que busca minimizar os impactes ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios económicos para as comunidades locais e destinos, incluindo-se regiões e países”.*

Em 1995, na conferência de Lanzarote, no quadro da Conferência Mundial de Turismo Sustentável, fica registada a preocupação na criação de regras e normas ligadas à sustentabilidade no turismo com a Carta para um Turismo Sustentável. Esta Carta organizava-se em 18 princípios, orientados para a defesa do ambiente e da vertente sustentável tendo sido relevantes para a definição de áreas de acção de definição de sistemas de procedimentos de modo a que, no centro do processo de decisão, pudesse constar o desenvolvimento sustentável.

Muitas outras iniciativas foram aparecendo, sempre com preocupações centralizadas no tema da Sustentabilidade e na procura de soluções que pudessem orientar os intervenientes ligados ao turismo. Uma dessas iniciativas, o Certificado Green Globe 21 International Ecotourism Standard, baseando-se nos princípios definidos na Agenda 21 propõe-se a apoiar programas e empresas na área turística que demonstrem interesse e preocupações no âmbito da sustentabilidade.

Desde o início das intervenções que, tendo por base a preocupação ambiental, os discursos se centralizam na protecção dos recursos para benefício das gerações vindouras. Porém, é em 1972, com a Declaração de Estocolmo, que aparece a menção referente às comunidades actuais, em que o discurso procura não só a protecção às gerações vindouras como também às comunidades locais no tempo actual, evitando-se a perda de referências às gerações futuras. O percurso histórico, social e patrimonial só se justifica com o conhecimento do passado.

3.2.1 – Declaração de Estocolmo.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972, *“atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano”*.

Desta declaração o homem foi proclamado responsável pelos actos resultando nas alterações do meio ambiente. Assim, o Homem deve investir com igual determinação na sua preservação.

Grande responsabilidade imputada ao subdesenvolvimento é causa para os problemas ambientais dos países do terceiro mundo. Na impossibilidade de resolução desses problemas, pelas dificuldades conhecidas, aos países em desenvolvimento é pedido, ou exigido, um esforço no sentido de melhoria das condições humanas, sociais e económicas, para redução das causas dos problemas, não só na cooperação internacional como na responsabilidade das instituições e comunidades.

É nesta conferência que é introduzida, na agenda política internacional, a vertente ambiental como condicionadora do modelo tradicional de crescimento económico e do uso dos recursos naturais

A declaração de Estocolmo é composta por 26 princípios, dos quais serão focalizados alguns, a título de exemplo das preocupações de índole humanísticas presentes na reunião:

Princípio 1: “(...) Cabe ao Homem o dever solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações actuais e vindouras. (...).

Princípio 2: “Os recursos naturais do Globo (...) devem ser salvaguardados no interesse das gerações presentes e futuras (...).

Princípio 3: “Deve-se manter, (...) a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípio 4: O homem tem a responsabilidade (...) de preservar e administrar judiciosamente o património da flora e da fauna silvestres e seu habitat (...).

Princípio 19: É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, (...);

Princípio 21: Os estados têm o direito de explorar os seus próprios recursos (...)

Princípio 22: Os Estados devem cooperar (...) no que se refere a responsabilidades e indemnizações às vítimas da poluição (...) que as actividades realizadas (...) causem às zonas fora de sua jurisdição.

Princípio 26: É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares (...) Os Estados devem-se esforçar para chegar a um acordo (...) sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas

3.2.2 – Estratégia Mundial da Conservação, UICN.

Constituíram marcos importantes desses processos, entre outros:

A publicação do documento "A Estratégia Mundial para a Conservação" (Nova York, 1980), apresenta-se de extrema importância pela introdução, pela primeira vez, do conceito de "desenvolvimento sustentável".

O documento explora, basicamente, as interfaces entre conservação de espécies e ecossistemas e entre manutenção da vida no planeta e a preservação da diversidade biológica.

Elaborado sob o patrocínio e supervisão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF).

3.2.3 – Princípios da Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (I.C.C.,)

A Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável apresenta 16 princípios que são, na sua maioria, aplicados na sustentabilidade turística na medida em que aborda questões e aspectos que devem ser aproveitados para um desenvolvimento regado em qualquer tipo de turismo.

Esta Carta apresenta um princípio básico (**A Prioridade Empresarial**) do turismo, que é a possibilidade de rentabilização pela parte do investidor; a defesa intransigente do ambiente é salutar para a vivência da comunidade, mas os aspectos económicos não deixam de actuar como um trampolim para a melhoria da qualidade de vida e este é um aspecto que não pode ser negado às populações residentes. A informação cada vez mais apelativa para as comodidades do dia a dia não dá lugar à indiferença para as comunidades regionais dos vários pontos do globo. Portanto, se são mostrados aos povos longínquos os benefícios do modo de vida quotidiano nos países mais desenvolvidos, também a oportunidade desses benefícios no seu ambiente natural, devem ser proporcionados a essas mesmas gentes. O ponto 2, Gestão Integrada, deve ser aplicado no sentido de proporcionar, ainda, uma correcta interferência da parte dos vários agentes locais. Ainda outros pontos podem ser orientados sempre com o intuito de melhoramentos nos serviços e apostas na região, como os processos ligados a aperfeiçoamento, formação pessoal, Infra-estruturas transferência de Tecnologia, entre outros.

3.2.4 – O relatório Brundtland.

Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra norueguesa, presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da OCDE, dá o nome ao relatório publicado em Abril de 1987 – “O nosso futuro comum”, relatório que vem difundindo o conceito de Desenvolvimento Sustentado, com a seguinte definição que é a que mais frequentemente se utiliza:

“O Desenvolvimento Sustentável é o que responde às necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”.

É mais uma definição elaborada que não escapa a críticas de diversos autores que pretendem, com razão, centralizar as atenções nas necessidades das comunidades actuais.

Sem as necessidades actuais satisfeitas, não haverá gerações futuras a atender.

Este relatório serviu de base à preparação de um conjunto de conferências internacionais, centradas nas mais diversas vertentes no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, cuja primeira conferência, “A Cimeira da Terra”, teve a sua realização na cidade do rio de Janeiro, ficando conhecida por “Rio-92”.

No relatório são mencionados 3 vertentes principais que não colidem com a generalidade do conceito generalizado que são o crescimento económico, a equidade social e o equilíbrio ecológico.

3.2.5 – A Cimeira do Rio, Cimeira da Terra.

Em Junho de 92 realiza-se no Rio de Janeiro a Cimeira da Terra, mais conhecida pela Cimeira do Rio a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, com representantes de mais de 178 países.

Objectivo: planeamento da protecção dos recursos do planeta.

Da cimeira aprovaram-se três convenções, sobre: a Desertificação, a Biodiversidade e Alterações Climáticas. Apesar de muitos dos países terem aderido às convenções referidas, os resultados têm sido desanimadores. Senão, veja-se o aumento de áreas desertificadas (nulidade de aplicação da 1ª Convenção), o aumento do ritmo de desflorestação das florestas e a incapacidade da maioria dos países signatários da Convenção sobre Alterações Climáticas de não terem conseguido a redução voluntária de emissão de gases de efeito de estufa.

Desta cimeira saiu a Agenda XXI e a Declaração do Rio. Este documento, emanado da conferência, proclamava 27 princípios relacionados com a defesa do ambiente e dos

recursos naturais, proclamando acordos, internacionais, para protecção da integridade do sistema global de desenvolvimento e ambiente. Em 1992 os estados decidem canalizar 0,7 por cento do PIB para ajuda ao desenvolvimento. Os registos de 2002 referem 0,33 % do PIB da União Europeia e apenas 0,11% dos EUA como canalizados para essa ajuda.

Ao direccionar a atenção global para a ligação íntima entre as condicionantes económicas e os problemas de justiça social, esta cimeira marcou uma época ao contribuir para o início de nova percepção global dos problemas de âmbito “sustentável”. As questões ambientais, económicas e sociais devem ser articuladas conjuntamente para a longevidade dessas questões se tornarem sustentáveis, evitando-se intervenções pontuais e as pequenas acções ou decisões locais de potenciais repercussões à escala mundial.

3.2.6 - Agenda XXI e “Agenda XXI, Viagens e Turismo.”

A Agenda 21, documento emanado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, Rio 92), é um plano de acção estratégico de promoção, à escala planetária, de um novo padrão de desenvolvimento a ser implementado durante o século XXI pelos Governos, ONG's e pelas instituições em geral. A Agenda 21 é uma agenda de Desenvolvimento Sustentável onde o meio ambiente e as soluções sociais são as prioridades base, culminando um processo de 20 anos de iniciativas e acções.

A crescente utilização dos recursos naturais, a um ritmo cada vez mais elevado e a má gestão dos mesmos, aliado ao desinteresse na minimização dos resíduos gerados e a intromissão benéfica de cidadãos informados gerou a necessidade de mais um encontro mundial de onde surgiu a Agenda 21.

Este documento, ou processo, define novos princípios de base a serem aplicados na generalidade. O documento consta de 40 capítulos e foi elaborado por governos e sociedades civis de 179 países, tendo sido aprovado na Conferência do Rio 92, graças ao consenso dominante no grupo constituído pelos intervenientes na elaboração dos capítulos da Agenda 21, permitindo a sua elaboração.

A Agenda 21 Global pretende uma nova forma de intervenção em que o aspecto estritamente económico que norteava as anteriores intervenções, sem preocupações quanto ao futuro dos locais de intervenção, passa a ser substituído por directivas com base na vertente sustentável, ou seja, com base na preocupação de um desenvolvimento do lugar ou região, não só na vertente económica, mas também nas vertentes sociais, ambientais, políticas e de gestão dos recursos locais.

O documento referente à Agenda 21 resume-se em secções que abordam desde o aspecto social e económico, passando pela gestão dos recursos naturais, do fortalecimento do papel dos grupos sociais na solução dos problemas e nos meios de implementação, que

procuravam a integração dos itens anteriores com os instrumentos jurídicos e dos projectos de índole sustentável.

Infelizmente, a Agenda 21 Global é considerado um acto internacional sem carácter mandatário, o que o torna dependente da boa vontade dos intervenientes.

3.2.7 Protocolo de Quioto/Kyoto

A Terceira Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e teve lugar de 2 a 11 de Dezembro de 1997 em Kyoto, Japão. O protocolo surgiu pela necessidade de limitar a emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera.

Participando 160 entidades, apenas aderiram 39 países. A razão desta fraca adesão baseou-se no facto da economia da maioria dos países se encontrar alicerçada no consumo de combustíveis fósseis, facto que implicaria mudanças radicais não desejadas.

3.2.8 – Conferência Mundial de Turismo Sustentável A Carta de Lanzarote.

A Carta de Lanzarote pretende apoiar o desenvolvimento do turismo, procurando contribuir para a intervenção ambiental em regiões similares, sendo criada na Conferência Mundial de Turismo Sustentável em decurso na localidade de Lanzarote, nas Ilhas Canárias, Espanha, em Abril de 1995

Os participantes analisam o turismo e as intervenções turísticas relembrando a fragilidade dos recursos naturais bem como os princípios enunciados na Declaração do Rio sobre o meio ambiente, as recomendações emanadas da Agenda 21, várias Declarações de índole turístico-ambiental (Haia, Manila) a Carta de Turismo, o Código do Turista, as convenções regionais sobre meio ambiente, conservação do património cultural, tudo com a finalidade de enumerarem atitudes e actuações ligadas ao sector.

Da conferência sai um apelo à comunidade internacional no sentido de todos os intervenientes no sector turístico pautarem a sua intervenção com moderação e preocupação para que a sua contribuição para a questão ambiental esteja de acordo com as normas emanadas da referida conferência.

A participação e contribuição dos actores, regionais, nacionais e internacionais era uma das exigências implícitas, para que a planificação fosse abordada, com carácter de alternativas às intervenções, sendo indicados como potenciais interessados os decisores, as associações profissionais, as instituições públicas e privadas, os empresários e os próprios turistas,

Desta conferência foram adoptados 18 princípios, definidos em concordância com intervenções a longo prazo, evidenciando preocupações para com o ambiente e recursos naturais.

3.2.9 - O Acordo de Mohonk

O acordo de Mohonk e o Ecoturismo

Em New Paltz, Estados Unidos, na Mohonk Mountain House, foi realizado um evento internacional, em Novembro de 2000, com o intuito de definir princípios e componentes para um programa de certificação do turismo, mais propriamente do ecoturismo, levando-se em conta os padrões e princípios do turismo sustentável.

Deste evento foi reconhecida a fragilidade dos programas ligados ao segmento do turismo, mais propriamente do turismo ecológico, o ecoturismo, tendo-se delineada a definição de ecoturismo, que consta do texto seguinte:

“O ecoturismo é o Turismo Sustentável em áreas naturais que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas, promovendo o aprendizado, o respeito e a consciência sobre aspectos ambientais e culturais.”

Deste acordo retiraram-se os princípios definidos e que constaram na promoção do enriquecimento das experiências pessoais com a natureza para um melhor respeito e aprendizado e pela consciencialização de aspectos naturais e sócio-culturais locais tendo em atenção benefícios para as comunidades locais.

É ainda proposta a participação das comunidades e o benefício em infra-estruturas e a valorização das culturas locais, tudo com o fim de minimização de impactes negativos.

Os princípios emanados do acordo pretendiam as empresas turísticas comprometidas com o esforço generalizado de manutenção do ambiente, da aposta na venda de produtos locais autênticos, de intervenções que conduzissem a resultados benéficos e responsabilidades conscientes da parte das entidades locais.

Nestas responsabilidades encontrava-se a cultura ambiental de modo a possibilitar estratégias positivas, no âmbito da sustentabilidade, realçando-se a necessidade de monitorização adequada e resumos/relatos do desempenho ambiental.

O acordo de Mohonk abordou aspectos ambientais em que, num dos seus princípios, refere como sendo competência da empresa turística as preocupações com o meio ambiente, com a implantação no local, a reciclagem dos produtos produzidos e consumidos e a preservação do sistema com controlo no uso controlado (sustentável) da água e manejo no tratamento dos resíduos, solo e águas pluviais, dos aspectos sócio-culturais e dos socio-económicos; destes últimos sobressaem preocupações com direitos, aspirações e

integridade da estrutura social das comunidades, bem como preocupações com os mecanismos legais que existam na defesa da infra-estrutura comunitária.

3.2.10 – Conferência de Joanesburgo (Rio + 10) - Cimeira da Terra.

Também referenciada como “A Conferência Mundial de Turismo Sustentável”, realizou-se sob os auspícios das Nações Unidas.

A Cimeira realizou-se na cidade de Joanesburgo, no Verão de 2002, objecto de reflexão ao mais alto nível e gerando grandes esperanças no sucesso da conferência.

“O sucesso da Cimeira do Rio+10 depende de todos nós e os seus resultados influenciarão indiscutivelmente o destino da Humanidade”.

“Só a actuação individual consciente permite uma cidadania planetária e solidária, garante de um mundo mais justo e saudável, no presente e no futuro.”

Frases que demonstram a esperança no desenvolvimento e adopção de políticas em prol de um Desenvolvimento Sustentável, de forma a obter um equilíbrio global do planeta.

Nesta Cimeira, de Joanesburgo, foi promovida a análise dos progressos da Conferência do Rio e das causas que terão impedido a aplicação total do acordo então feito, o que comprova a ténue eficácia das resoluções adoptadas, mantendo-se os desafios com maior urgência.

Temas já anteriormente estabelecidos, como a erradicação da pobreza, os meios de subsistência sustentáveis, a contribuição da globalização para o desenvolvimento sustentável do planeta, os meios de implantação da Agenda 21, entre outros, foram objecto de nova discussão. Resultados: - *Os discursos inflamados dos líderes mundiais na Cimeira de Joanesburgo acabaram por ficar reduzidos a compromissos vagos e frágeis. No final, uma declaração política, um plano de acção, várias parcerias e a frustração pela ausência de metas.*

Porém, grande parte dos problemas ambientais e sociais não se encontra resolvido. Inclusive, os ambientalistas frisaram metas estabelecidas e não mais seguidas, surgindo um plano de acção sem vinculação a nível legal. Muitas metas são consideradas frágeis, registando-se como positivas *“a ligação entre os direitos humanos e o direito do ambiente e a maior participação da sociedade civil na cimeira, através das Organizações Não Governamentais (ONG’s)”*.

3.2.11 – Programa Green Globe 21.

O programa “Green Globe 21”, segundo o “Green Globe 21, Standard for Communities”, 2003, é um programa virado essencialmente para o turismo na sua vertente de viagem sustentável, facilitando o acesso local ao desenvolvimento, orientando esforços que possam ser canalizados para o benefício de comportamentos tanto dos visitantes como dos residentes, com redução dos atritos resultantes das diferenças culturais.

São três os principais objectivos:

- 1- Apoiar e assistir produtos de operadores turísticos de forma a proteger e conservar a herança natural e cultural;
- 2- Respeitar valores sociais das comunidades para um desenvolvimento e uma experiência no âmbito do ecoturismo; e
- 3- Possibilitar melhores acessos a negócios através de medidas no âmbito do ecoturismo responsável.

Segundo o “Certificado do GREEN GLOBE 21”, os princípios do Ecoturismo são os seguintes:

- Política de Ecoturismo, Desempenho e Enquadramento;
- Objectivo em Áreas Naturais;
- Educação e “*Interpretação*”
- Infra-estruturas ecologicamente Compatíveis;
- Práticas Ecologicamente Sustentáveis;
- Contributo para a Conservação;
- Benefícios para as Comunidades Locais;
- Sensibilidade e Respeito Cultural;
- Satisfação dos Utilizadores;
- Marketing Responsável;
- Códigos de Conduta para Minimização de Impactes.

Estes princípios pretendem, conforme referido anteriormente, tornar mais fácil a resposta e a adesão à sustentabilidade da parte dos intervenientes, procurando possibilitar “itens” definidos e passíveis de seguimento pelos interessados na boa solução nas intervenções.

O programa “Green Globe 21” promove as interacções entre as comunidades de modo a que os recursos locais, motivo principal da viagem do turista, sejam salvaguardados,

defendidos e mantidos para as futuras visitas, para a comunidade actual e para as gerações futuras.

A comunidade composta pelas empresas associadas ao programa “Green Globe 21” deve seguir e fazer cumprir os “itens” seguintes, apoiando:

- 1- Uma Política de Sustentabilidade;
- 2- Consumo energético;
- 3- Consumo de água potável;
- 4- Reduzir as perdas dos resíduos sólidos;
- 5- Promover o investimento no ambiente;
- 6- Conservação de recursos
- 7- Promover as relações sociais e culturais;
- 8- Apostar nos benefícios sócio-económicos locais;
- 9- Conservação da biodiversidade;
- 10- Preocupações da qualidade do ar e da água.

Estes são os “itens” utilizados para a certificação da empresa que se candidate aos benefícios decorrentes da posse do “Selo de Qualidade Ambiental”.

O “Selo de Qualidade Ambiental” distribuído pelo “Green Globe 21” certifica a empresa associada ao programa da sustentabilidade no turismo em como esta segue as regras determinadas pela comunidade científica, segundo indicadores de medição próprios.

3.2.12 - O conceito do Destination Scorecard.

Conceito criado pela “National Geographic Traveller” em 2004, em que ao destino é concedido um selo de qualidade, segundo indicadores de sustentabilidade.

O conceito usa 6 indicadores de sustentabilidade que serão utilizados na ordenação dos destinos segundo uma escala, de 0 a 100, orientando o interesse dos turistas e dos responsáveis pelos destinos e escalonando estes destinos segundo um ranking a nível geral, mundial. Considera-se o valor de 20/100, como o mínimo para o destino ser considerado turístico, se bem que este valor certifique esse destino como muito negativo. Abaixo deste valor, o destino não é considerado. A partir do valor 70, é um destino muito bem considerado, como turístico e sustentável.

Das análises SWOT efectuadas aos países dos diferentes continentes, ficaram registados resultados que evidenciam as capacidades dos diversos povos e países.

Assim, é em África que se registam insuficiências económicas para as comunidades, resultado das fracas condições de exploração dos recursos que, entretanto, se apresentam como de grande valor (vida selvagem extraordinária). Com métodos mal aplicados e pouca participação das gentes locais na exploração, é natural a existência de contrapartidas insuficientes.

Na zona asiática os templos e os edifícios históricos são os lugares mais procurados para visitas, nem sempre com a devida protecção ambiental. A cultura é um factor omnipresente mas a comunidade parece um pouco alheia nos esforços pelo investimento sustentável da sua região.

Na região das Caraíbas, muito procuradas pelos turistas, são registados alguns aspectos positivos no que respeita a arquitectura local existente, mas pouca preocupação a nível ambiental na generalidade. A insuficiência económica dos povos é visível e nem sempre as comunidades parecem querer compreender e aceitar os benefícios da sustentabilidade no turismo.

Os destinos da América do Sul começam a sofrer de sobrecarga turística, muito pela qualidade dos destinos, pelas características económicas baixas e pelo exotismo das regiões. Estes destinos apresentam preocupação a nível sustentável mas o peso das intervenções exteriores começa a fazer perigar a sua condição de lugar turístico sustentável. Muitas das regiões aspiram a uma intervenção benéfica da parte das entidades governamentais.

3.2.13 – One Living Planet. Um Planeta Vivo.

O relatório Planeta Vivo 2004 explora o impacto do homem sobre o planeta com a medição do progresso mundial em termos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Biodiversidade, baseando-se em dois indicadores: a Pegada Ecológica e o Índice Planeta Vivo.

A Pegada Ecológica é um indicador utilizado na medição do consumo dos recursos naturais pelas pessoas, medido em hectares por pessoa. É uma forma de medir a Sustentabilidade Ambiental por comparação das exigências passadas e as actuais sobre os recursos renováveis. Por outras palavras, a Pegada Ecológica “mede o uso que as pessoas fazem dos recursos naturais renováveis”.

O Índice Planeta Vivo é um indicador do estado da biodiversidade no mundo, que mostra tendências médias nas populações das espécies. Dos registos actuais, este índice mostra um decréscimo das espécies, desde 1970 a 2001, em cerca de 40%, estando incluídas cerca de 1100 espécies, terrestres, marinhas e de água doce.

Porém, este índice parece pecar por insuficiente pela exclusão de espécies que terão desaparecido anteriormente à data inicial do cálculo. O desaparecimento de espécies nas zonas Temperadas, antes da data de cálculo (1970) terá contribuído para um valor actual reduzido (10%) em relação às zonas Tropicais; estas últimas estarão, ainda, a sofrer do desgaste e desbaste dos seus ecossistemas, valor que se encontra contabilizado à volta dos 65% (www.assets.panda.org) pelo que o valor actualmente registado de 40% carece de um valor real, conforme já foi referido.

Registe-se que a acessibilidade humana aos lugares em perigo encontram-se directamente relacionados com o elevado valor do “Índice Planeta Vivo”, uma vez que os estudos mostram que a presença humana se reflecte em igual balanço na ausência da biodiversidade.

Há uma relação intrínseca entre estes dois indicadores: a diminuição dos valores de um indicador, geralmente o LPI (Índice Planeta Vivo) representa o aumento dos valores do outro indicador, a Pegada Ecológica. Este último não será abordado.

Já se registam iniciativas ligadas ao uso racional de recursos, principalmente no Reino Unido, pela eficiência no consumo energético em edifícios de habitação e escritório. Registos indicam 90% de redução nos consumos de energia, 50% no consumo de água, sendo a energia gerada de forma renovável e os materiais de construção utilizados provêm sempre de fontes locais. o crescimento na utilização destas soluções será, decerto, bem-vinda no futuro próximo.

3.3 – Implementação da Sustentabilidade nas regiões fragilizadas

“Os princípios ambientais referem-se aos aspectos ambientais, económicos e sócio-culturais do desenvolvimento turístico e ao balanço adequado entre estas três dimensões para assegurar a sustentabilidade no longo prazo”. (Sustainable Development of Tourism, WTO, 2004)

A sustentabilidade viu a sua importância reconhecida quando se tornou preocupante, a nível mundial, a intervenção em áreas consideradas fragilizadas na vertente sustentável, isto é, nos aspectos ligados às vertentes económicas, sociais, ambientais e de desenvolvimento das comunidades locais.

A necessidade de crescimento de algumas regiões, aliada ao desconhecimento das consequências futuras e à necessidade de novos campos de implementação empresarial (turística) com a devida aplicação de investimentos da parte de agentes externos, levou a que se aliassem estas duas vontades, descurando-se a intenção de crescimento controlado, devidamente sustentado.

De que modo as regiões fragilizadas entram no circuito do turismo?

Afastados das mordomias económicas gentilmente fornecidas e publicitadas pelos diversos meios ou canais de informação, é com grande esperança que áreas ou regiões com dificuldades económicas vêm a possibilidade de inclusão nos roteiros turísticos mundiais.

O aliciamento (aliciar = atrair com falsas promessas, dicionário Porto Editora) inicia-se, geralmente, com um primeiro conhecimento, muitas vezes acidental, do lugar, uma primeira informação sobre as qualidades virgens do lugar, das capacidades e potencialidades futuras. A partir deste ponto e tendo registada a aprovação da parte do “examinador” rapidamente a região passa a constar da base de dados dos roteiros e a um primeiro degrau do difícil circuito do turismo.

A manutenção no circuito depende, muitas das vezes, das boas relações de elementos exteriores para com as entidades locais, dependendo, ainda, da política adoptada para a região, fazendo o lugar depender de condicionalismos muitas vezes ligados a hipotéticos benefícios que dependerão dos modos e tipos de intervenção turística.

A entrada no circuito turístico, referida aquando do estudo do nascimento e queda do turismo numa região, é normalmente motivada pela necessidade económica que a região e os residentes sentem em pertencer a um roteiro de destinos, pela possibilidade de poder usufruir das melhorias proporcionadas pelo sector turístico, embora sob o “servilismo” obrigatório da sua posição frágil.

Esta necessidade económica justificou-se durante muito tempo pela extrema pobreza a que uma região se encontrava votada, impedindo o discernimento necessário para um estudo consciente das melhores oportunidades existentes.

Nem sempre a dependência obrigava a um servilismo mas essa resistência apenas se tornava possível em casos de consciência dos órgãos do poder e na aplicação da política regional quando reconhecidas as próprias capacidades.

3.3.1 - Problemas de ambiente, perturbações, crescimento, estratégias.

As actividades normais diárias afectam a região e a comunidade segundo parâmetros de equilíbrio, interagindo de modo sustentável com a capacidade de carga definida para essa região. Esses parâmetros de equilíbrio não são definidos à priori, mas sim pelo desenvolvimento corrente dos consumos do dia a dia da vida na localidade.

Embora a região viva sob o espectro da fragilidade económica, o equilíbrio nas vertentes sociais e ambientais não são alterados, mantendo-se a capacidade em termos de sustentabilidade ambiental envolvente. Porém, a intromissão exterior pode originar sérios problemas ao modo e qualidade de vida locais, pela perturbação induzida aquando da sua entrada em cena.

O aumento no número de actividades, bem como a qualidade das novas intervenções que contribuem para a degradação dos recursos naturais locais são consequência directa de uma actividade planeada sem a devida atenção para com o futuro, ou por sub-dimensionamento do segmento “turismo” nas políticas de intervenção ou pela rápida ultrapassagem do sector frente a soluções ainda não contabilizadas, contribuindo para os problemas ambientais referidos.

A sustentabilidade mal utilizada induz a problemas diversos, desde a contribuição para a provocação negativa, devido a problemas relacionados com os comportamentos displicentes dos intervenientes, passando pelo recurso à cultura da desonestidade, por acções de pressões exercidas pela actuação de actores em posição de superioridade social ou económica e cedências da comunidade residente e a uma representação máxima de adulação que origina uma posição de subserviência, resultante de uma fragilidade social e intelectual.

Esta utilização negativa da sustentabilidade conduz a um aumento de resíduos que acabam por afectar todos os recursos, a montante e a jusante, contribuindo inexoravelmente, para a degradação dos aspectos sociais, económicos, patrimoniais e ambientais e originando a tão indesejada proliferação da poluição. É a má utilização da sustentabilidade.

“A poluição resulta tanto do turismo como de outras actividades que acabam por o afectar (...)”, Mendes, p. 18 e seguintes, Ordenamento Turístico das Zonas Litorais, 1994. Mendes aborda o problema da poluição e das perturbações do turismo pela pressão exercida em curto espaço de tempo nas actividades em terra, motivadas pelo aumento desregrado da população local (duplicação ou mesmo triplicação da população), causando acréscimo de resíduos, problemas na sua remoção e tratamento, impacte estético da infra-estrutura turística e, ainda, pela alteração na normalidade no modo de vida local (aumento de ruído - veículos, discotecas, movimento nocturno, entre outros).

O crescimento rápido do turismo é sempre prejudicial ao lugar, pois dificilmente é controlado pelos residentes, órgãos do poder, empresários ou residentes. Este crescimento rápido impede ou adia, uma consciente e atempada tomada de decisões, contribuindo para a degradação rápida na qualidade de elementos essenciais como a água, o solo, a tranquilidade, a manutenção dos espaços naturais e a pureza do ar. E principalmente não permite o acompanhamento do desenvolvimento de grande parte dos elementos locais pela inerente necessidade de formação a nível profissional que indubitavelmente necessitarão.

Esta última questão é essencial no desenvolvimento ambiental e sustentável. Sendo a finalidade da sustentabilidade não só o envolvimento da comunidade mas também a sua estabilidade e participação positiva no crescimento da região, é imperativo a estratégia política antecipar-se a uma eventual intervenção paralela no sector turístico, impedindo um crescimento exponencial, desregrado e controlando efectivamente o desenvolvimento pretendido.

3.3.2 - Um caso em estudo - S. Tomé e Príncipe.

Este caso em estudo é referido pelas semelhanças para com as ilhas de Cabo Verde, não no aspecto da vegetação existente, mas sim na da escolha do seu próprio tipo de turismo em razão das características relacionadas com a localização periférica. S. Tomé apresenta-se com potencialidades diferentes (ocupação das roças como aldeamentos de utilização pró-turística), Cabo Verde com maior diversificação de tipos de oferta turística.

As ilhas, apesar de se encontrarem inseridas no roteiro turístico mundial, não estão, todavia, ameaçadas pelas visitas turísticas, razão que permite, por enquanto, a manutenção do seu habitat natural, bem como do património construído, herdado dos tempos coloniais. Porém, já se registam preocupações ligadas à preservação do ambiente natural, principalmente pela parte das entidades nacionais.

A “Islands Resources Foundation”, convidada a visitar o arquipélago de S. Tomé e Príncipe em 2003, no âmbito de participação em estudos no sentido de contribuir para o turismo sustentável na ilha, chegou às conclusões que serão sintetizadas em seguida:

O arquipélago apresenta grandes necessidades de intervenção nos campos de energia, pesca, saúde, telecomunicações e agricultura.

Três grandes áreas de intervenção parecem contribuir para uma aposta no desenvolvimento futuro, desde a exploração do petróleo, da pesca, da agricultura e do turismo, procurando-se, desde já, as vantagens do investimento nestas áreas.

As intervenções devem evitar a competição entre as populações e os grupos operadores pelas infra-estruturas críticas, procurando-se intervir de modo a que ambos sejam servidos

pelo mesmo investimento. Qualquer construção a ser considerado de baixo impacte deve servir tanto a população como a pousada ou hotel de âmbito turístico: não faz sentido, em local de tão visíveis fragilidades, considerar investimentos paralelos para o mesmo fim. Ademais, as melhorias nas infra-estruturas que surjam no interior da ilha ajudarão a fixar as comunidades locais.

Também é defendida a localização de pequenos hotéis e pousadas em locais situados nas áreas florestais para observação de aves, perto da natureza, sendo referida a necessidade no investimento em água tratada, energia eléctrica e vias de circulação automóvel: as mesmas necessidades requeridas pelas comunidades locais!

Há um parêntesis quanto ao tipo de investimento e a escolha do local: defendido por alguns que deviam existir intervenções nas roças do país com o fim de interacção entre a comunidade local e o visitante, atendendo a eventuais problemas futuros chegou-se à conclusão de que seria mais saudável não obrigar a população a um tal convívio. Sabendo-se das diferenças culturais, dificilmente se conseguiria disfarçar comportamentos que poderiam originar desavenças entre si. Em S. Tomé faz sentido manter as roças preservadas de modo a proteger as tradições culturais, mas menciona o interventor que *“não faz sentido (...) do ponto de vista económico e social forçar as roças a participarem de um esquema de desenvolvimento turístico para se tornarem alojamentos”*. (Bruce Potter, Islands Resources Foundation, 2005), In (www.earthinstitute.columbia.edu/cgsd/STP/documents/turismo_sustentavel.)

Participação no Turismo Sustentável:

É referido que projectos pequenos de pousadas só funcionam se trouxerem benefícios directos para a comunidade, o que implica que os rendimentos, ou não evoluam demasiado, mantendo-se equilibrados com os ganhos, ou fiquem totalmente na localidade, permitindo-se, mesmo, diminuir a margem de lucro em prol do emprego de residentes e em benefício próprio. Quiçá devido a experiências em regiões idênticas, o lucro apenas irá surgir com a venda do património construído graças à resposta positiva do investimento ao longo do tempo. É uma solução que surge como bastante oportuna em regiões económicas de alguma fragilidade, devido, sobretudo à inexistência de investidores económicos nos momentos oportunos e implicando a espera paciente pelo investidor interessado.

3.3 – Resumo do capítulo.

O consumo dos recursos naturais como opção para satisfação das necessidades do turismo não era considerado como aspecto negativo para o ambiente, pelo menos para a larga maioria dos interventores. A ideia de fatura da matéria-prima, da sensação de capacidade de regeneração desses recursos e da inesgotabilidade que lhes era atribuída levava à

convicção de que as vozes contra, da parte de ambientalistas, eram um empecilho para o progresso do turismo.

O conceito de sustentabilidade, também aplicado ao turismo, já tinha sido abordado em 1865, conforme referido anteriormente. Contudo, é na década de 70 do século XX que o recurso ao conceito e à aplicação do seu significado tem maior realce nos meios afectos ao ambiente, pelo registo de Encontros e Conferências a nível mundial, nomeadamente na consciencialização de grupos com poder de intervenção reconhecidos.

O léxico utilizado para consolidar a utilização do conceito da sustentabilidade permite a criação de definições, filtrando termos de uso generalizado pela publicidade e orientado os agentes do turismo para a aplicação saudável desses mesmos termos em benefício do sector. Infelizmente, o termo foi tão adaptado (Butler, 1997), que a definição se desvaneceu.

Em referência a um exemplo, veja-se o termo “crescimento”: ao se relacionar crescimento com desenvolvimento, podemos estar em presença de uma conciliação confusa pois estão interligados. Porém, o crescimento irregular origina um deficiente desenvolvimento, comprometendo o uso de ambos à posteriori.

Não obstante a existência de preocupações ligadas ao uso dos recursos naturais para a consolidação de um ramo em crescimento, o consumo desregrado dos recursos origina um desgaste na base que sustenta o seu desenvolvimento, pelo que cedo se regista a necessidade pela organização contra agressões com que o ambiente se vá deparando através de reuniões que permitam a análise do desenvolvimento da actividade.

Através de Conferências, Encontros e Programas podem ser organizadas frentes de resistência a agentes agressores do ambiente, apesar de alguma oposição que ainda se possa registar.

E é com a consolidação das consciências dos residentes, turistas e da generalidade dos agentes interventores que as “agressões” vão sendo identificadas e minimizadas.

A referência a um caso ainda em estudo sobre o turismo para as ilhas de S. Tomé e Príncipe, levado a cabo pelo grupo “Islands Resources Foundation”, prevendo a intenção de englobar os casarios das roças num plano geral de ocupação turística para convivência entre locais e turistas, abordou esta problemática como evitável pelos conflitos previstos nessa convivência forçada que poderia originar grandes choques culturais.

Esta preocupação para com a comunidade local obriga a uma abordagem que nos oriente para a consolidação de programas a bem do ambiente, da conservação dos recursos naturais, a bem das comunidades locais, dos visitantes, turistas e outros e do poder local.

4 - TURISMO SUSTENTÁVEL

4.1 – Introdução.

A Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (World Commission on Environment and Development - WCED) define o "Desenvolvimento Sustentável" como aquele que *"satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações para satisfazer as suas"*.

No seguimento desta definição, *"Pode-se entender por turismo sustentável aquele que compatibiliza o desenvolvimento do turismo com o respeito e a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais. O turismo sustentável é também aquele que favorece a redução das tensões entre a indústria turística, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o ambiente"*.

O Turismo Sustentável é o que defende a duração e a viabilidade do empreendimento, amenizando os impactes no local e evitando o quanto possível a massificação da intervenção. Deve, também, respeitar o meio ambiente e respectivas capacidades de carga (dos espaços naturais e culturais), capacitar a participação das comunidades locais e adaptar-se ao lugar ao integrar empresas locais minimizando a monofuncionalidade turística. (in www.geota.pt/ulixes21/projecto/o_que_entendemos_por_turismo_sustentavel).

Butler, 1997, refere a breve abordagem sobre o turismo no relatório Brundtland, em que a menção ao turismo é feita timidamente, como algo secundário. Ignorando o impulso que o turismo teve e continua a registar e considerando-o apenas como divertimento e recreio, foi sem grande cuidado que o tema foi sendo tratado. Butler refere, ainda, a ligeireza e promiscuidade no tratamento de dados estatísticos, nacionais e internacionais, pelos ganhos económicos derivados do turismo e de difícil tratamento contabilístico!

O figurino da exploração turística nos moldes actuais, desde os anos 50 do século XX tem sido o turismo de massas, hoje considerado insustentável por 4 razões:

- 1) Não considerou a importância da conservação dos sistemas naturais nem do uso racional dos recursos naturais como valor.
- 2) Acentuou o crescimento face aos aspectos qualitativos do mesmo.
- 3) Distribuiu com enorme desigualdade os frutos do desenvolvimento turístico.
- 4) Não integrou o território e suas singularidades na oferta turística, potenciando a homogeneização e a descaracterização.

(Fonte: www.geota.pt/ulixes21).

O turismo é uma actividade que depende fortemente da qualidade do ambiente, pelo que deverá contribuir directamente para a sua manutenção e preservação. Assim, torna-se

imprescindível que as acções se pugnem pela boa intervenção com cuidados que permitam a manutenção de todos os recursos base e pelo crescimento saudável da região.

A manutenção dos recursos naturais dos destinos turísticos tem sido defendida, investindo-se, ainda, na capacitação dos elementos das comunidades locais nos aspectos económicos, sociais e culturais. Esta capacitação pretende a valorização do Homem local e da sua cultura pela procura desta faceta pelo turista estrangeiro, o que exige a conservação da base cultural existente, promovendo-se o desenvolvimento sustentável.

O turista cada vez mais se mostra consciente pelas intervenções no âmbito da defesa da sustentabilidade, valorizando o produto turístico local e os valores simbólicos e naturais dos destinos visitados.

Aliada a estas acções, por não poderem delas ser dissociadas, devem ser promovidas intervenções de índole política não apenas como base legal de apoio às consideradas correctas implementações mas também como para fortalecimento de medidas a consolidar.

As ferramentas utilizadas para a viabilidade económica do turismo a longo prazo deverão ser respeitadas na íntegra em benefício pela autenticidade cultural, pelo respeito e promoção dos valores tradicionais, pela melhoria de condições de vida das populações e na aposta pela boa qualidade dos serviços.

O turismo apenas terá viabilidade se a sua utilização for justificada por parâmetros que defendam a identidade e as referências culturais do residente, traduzindo-se na sua participação de modo activo e participativo no envolvimento do turismo para a sua região.

4.1.1 – A Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade global, levantada inicialmente pelo Clube de Roma, em 1972, no relatório seminal “Limites do crescimento”, depressa viu a advertência desvanecer-se, no último quarto de século XX.

A sustentabilidade é o modo de sustentação de “algo”. Esse “algo” somos nós, as pessoas, incluindo, ainda, o nosso meio ambiente (em que vivemos), as demais formas de vida do planeta e a natureza, de quem dependemos totalmente. Prevenindo alguma tendência para uma pretensa especialização do tema, a sustentabilidade não é tarefa de um ramo científico nem de um sector específico da sociedade. (www.complexus.org/rio)

Segundo definição redigida em www.wikipédia.org.pt, *Sustentabilidade é um conceito sistémico, relacionado à continuidade dos aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.*

Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e actividade humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar seu maior potencial no presente, e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planeando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais e garantindo, assim, que as gerações futuras possam usufruir em condições semelhantes.

A sustentabilidade abrange os vários níveis de organização, desde a vizinhança local até o planeta inteiro. Para ser sustentável, um assentamento ou empreendimento humano, necessita satisfazer quatro requisitos básicos: ser Ecologicamente correcto; Economicamente viável; Socialmente justo; e Culturalmente aceite.

A Sustentabilidade nunca tinha sido vista como um problema planetário dado que a economia mundial se baseava na agricultura, basicamente auto-sustentável ano após ano. A natureza tratava de suprir as necessidades diárias, pelo que a preocupação era dirigida apenas para os investimentos. A. M. Samsam Bakhtiari, (2002).

Segundo Brundtland, (1987), Sustentabilidade é "*suprir as necessidades da geração presente sem afectar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas*".

O nível de consumo de recursos naturais e ambientais actuais tem, pois, de permitir uma utilização pelas comunidades futuras, numa perspectiva de várias gerações. O conceito não pode contemplar as gerações vindouras como apenas a próxima, delegando nesta as responsabilidades de transmissão para a seguinte, mas sim numa perspectiva de continuidade de transmissão contínua.

A ligação de todos os intervenientes no processo e de todos os recursos naturais, satisfazendo a manutenção do meio ambiente e o máximo de eleitos ao acesso a benefícios é uma premissa para que o equilíbrio no meio ambiente seja um facto, já que este equilíbrio generalizado é indispensável para uma contribuição à escala local e planetária: não basta dizer ou mostrar como se faz. É preciso fazer, também.

Curiosamente, os termos "sustentabilidade" e "Sustentável" apresentam significados diferentes consoante o tipo de receptor: para o político, apresenta-se como algo de útil, esgotando-se aquando do consumo requerido; para o ambientalista, tem importância crítica pelo uso que do termo se possa fazer, bom ou mau e para o homem comum, é reconfortante saber que alguém, algures, faz qualquer coisa.

No entanto, a má utilização da vertente sustentável parece não assustar apenas dois grupos de pessoas: os muito ricos, que podem pagar o preço elevado das más intervenções pelo acesso a bens que se podem vir a tornar muito raros e os muito pobres, sem opção de escolha; os restantes, pertencentes a uma classe intermédia, serão confrontados directamente com as consequências das intervenções. E é a futura disponibilidade ou falta

de produtos que obrigará o homem a agarrar-se àquilo que tem e que sempre teve: as suas tradições, a sua história, a sua cultura — numa palavra, as suas “raízes”.

4.1.2 – O Turismo Sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável do Turismo deve *“satisfazer não só as necessidades do turista mas também as das regiões receptoras, protegendo e aumentando as oportunidades futuras; levando a um manuseamento de todos os recursos de maneira a que necessidades económicas, sociais, ambientais e estéticas possam ser satisfeitas, enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte de vida são mantidos.* (OMT, PNUMA).

Turismo Sustentável:

Definição nº 1: Turismo Sustentável é aquele que visa minimizar impactos ecológicos e sócio-culturais, enquanto promove benefícios económicos para as comunidades locais e países receptores. (Acordo de Mohonk)

Definição nº 2: Um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas actuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um uso dos recursos, de uma maneira que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos (Organização Mundial de Turismo e PNUMA).

Fonte: www.pcts.org.br/pubpcts/cgi/cgilua.exe/sys/start.

“O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento que tenta adequar as práticas turísticas às características dinâmicas do sistema receptor. A sustentabilidade do turismo tem, assim, como objectivos (Sadler, 1992; OMT, 1993; Partidário, 1999):

- *Consagrar as necessidades e a integração da comunidade;*
- *Assegurar a integridade do capital de recursos físicos, naturais e culturais;*
- *Possibilitar experiências positivas ao visitante;*
- *Assegurar a eficiência económica e a eficácia do investimento.”*

A escolha de um turismo sustentável permite atenuar o consumo dos recursos locais já que se trata de uma actividade económica que interage preocupações entre turismo, território e

ambiente. Esta interdependência é referida por Partidário nas “Actas do I Encontro do Turismo em Espaços Rurais e Naturais”, Outubro de 2003, podendo ser aplicada em outros modelos de turismo.

O lema: “*Valorizar sem destruir. Visite, antes que seja tarde!*”, é um sinal de preocupação pela contínua e crescente degradação ambiental da parte de um turismo menos responsável e despreocupado quanto às desamenidades e outras agressões menos visíveis perpetradas no ambiente.

A experiência ao longo de todas as intervenções permitiu a criação de regras simples que devem ser utilizadas pelos operadores, empresários e residentes da comunidade e que são referenciados de seguida.

O turista espera encontrar novos lugares com a cultura própria e predispõe-se a colaborar na manutenção das boas condições encontradas à chegada. O seu comportamento induz a uma resposta da parte dos residentes, variável consoante a experiência anterior dos locais. A atitude correcta é a não interferência na vida da comunidade local, devendo o turista optar pela discrição, aguardando um primeiro passo da parte do residente, atitude que pode contribuir para a consolidação do respeito entre ambos.

A necessidade do investimento económico é indispensável para o progresso do lugar, não apenas para a economia como para a melhoria das condições sociais. É prioritário evitar a sobreposição de interesses pela rápida recuperação do capital investido que se possa sobrepor à manutenção dos recursos locais, sob pena de se caminhar irremediavelmente para a insustentabilidade do lugar.

O capitalismo, na sua óptica estritamente económica, obriga-se, ainda assim, a um investimento, em seu benefício e no do sistema de infra-estruturas local, contribuindo na melhoria das condições locais e auxiliando tanto os residentes como as entidades do poder local na prossecução das suas políticas.

Na perspectiva oposta, a pressão exercida pelos investidores com a pretensão de rápida recuperação dos investimentos com a conivência, muitas vezes ingénua, das autoridades no acompanhamento das infra-estruturas, poderá alterar radicalmente o conjunto de elementos condutores à boa prática interventiva que sustente a região, pela intervenção melindrosa na capacidade de carga superior às capacidades locais que poderão conduzir ao sobredimensionamento dessas infra-estruturas e ao seu respectivo abandono.

Apesar dos negativismos da influência deste tipo de intervenção, também se encontra beneficiado pelo turismo sustentável a oportunidade de realização de lucros (Partidário, 2006), como viabilidade no longo prazo de operações económicas, não só pela contribuição para a erradicação da pobreza como pelos benefícios a todos os agentes interventivos, ou a

conveniência da necessidade de ordenamento turístico, descrito por Mendes, J.L. no estudo da relação entre “Urbanização, Industrialização, Turismo” (anexo II).

Mendes analisa a ligação existente entre estas três intervenções, considerando que *“conduz à actuação do turismo como um elemento de alteração face aos dois anteriores, a Urbanização e a Industrialização”*.⁽¹⁾

O turismo pode actuar como agente destruidor de recursos. Basta manter as intervenções segundo os padrões negativos que vimos assistindo. Ao mesmo tempo, o turismo consegue interceder como agente gerador de equipamentos, infra-estruturas, instalações e actividades.

É este interceder que permite o positivismo da acção turística: na melhoria das condições para o desenvolvimento do lugar e das condições de qualidade de vida para as comunidades locais, pode caber ao turismo a quota-parte da responsabilidade positiva de intervenção na região. Qualquer que seja essa intervenção, é sempre uma opção de crescimento a intervenção baseada no desenvolvimento do turismo.

Mas este pretenso crescimento não significa desenvolvimento. Ao actuar como agente destruidor de recursos, mesmo permitindo o desenvolvimento de equipamentos, instalações e infra-estruturas, a acção do turismo deve pautar a sua intervenção segundo parâmetros que permitam a viabilidade a longo prazo, investindo, assim, na preocupação no âmbito sustentável ou da sustentabilidade do lugar.

Turisticamente, o ordenamento exige a escolha correcta dos investimentos públicos e a definição de estímulos e incentivos económicos de modo a apoiar o objectivo de defesa ambiental.

O turismo pode originar investimentos em infra-estruturas locais que sejam, depois, aproveitadas para o segmento empresarial. A monitorização do desenvolvimento destas infra-estruturas (redes de água, esgotos, saneamento, energia eléctrica, etc.) pode permitir o controlo na evolução destas intervenções, impedindo a evolução negativa para as comunidades e permitindo a implantação de, por exemplo, actividades geradoras de emprego locais.

A política de ordenamento turístico deverá ser integrada, permitindo reduzir riscos de insucesso (das empresas turísticas) e aumentar a possibilidade de sobrevivência relativamente aos períodos de menor utilização do sector.

¹¹ Mendes, J. L. – Projecto 1, Metodologia e Planeamento das decisões de ordenamento turístico

4.2 – Turismo Sustentável – Como intervir

4.2.1 - Definições gerais

Antes de referir algumas definições, fica registado que “*O Turismo Sustentável não é um produto, mas sim um conceito*”. (Partidário, 1999, 2006).

Em complemento às definições referidas no capítulo 3, página 34 apresentam-se definições associadas ao turismo e à sustentabilidade:

Turismo – Capacidade de viajar e conhecer lugares que não aquele em que se vive normalmente; Gosto por viagens de quem gosta de diversão ou recreio, dentro ou fora do país.

Turismo sustentável – Acto de praticar o turismo tendo como preocupação a minimização dos impactes negativos no lugar a visitar, promovendo benefícios aos países receptores e às suas comunidades.

Intervenção turística – Prática economicista com finalidades de alteração de características locais para operações económicas no âmbito do turismo.

Impacte ambiental – consequência nos recursos naturais e no ambiente local da actuação humana em determinada região. O impacte é positivo se acentua o desenvolvimento económico do lugar e se beneficia o crescimento da comunidade, sem danificar a paisagem ou se, ao actuar na paisagem, não colidir com interesses de outras comunidades existentes, humanas ou não. O impacte negativo deve ser minorado se não for possível a sua erradicação, sendo definido como aquele que contribui para a perda das características naturais da região e prejudicando o crescimento e o desenvolvimento de todos os biótopos locais.

Lazer – o lazer é referido por ser considerado a razão do turismo. O turista procura o turismo sustentável por beneficiar de tempo para conhecimento de regiões virgens de intervenções erradas e agressivas e por se preocupar em visitar e contribuir para o desenvolvimento do lugar.

4.2.2 - Noção de Capacidade de Carga.

Para sustentar a intervenção precipitada que possa originar agressões aos recursos naturais de uma região, deve ser dada atenção à vertente capacidade de carga suportada por essa mesma região, em conjugação com princípios de intervenção que promovam o máximo de benefícios e o mínimo de impactes negativos ao local, a bem do sustento de todos os recursos, sociais, ambientais e económicos, isto é, da sustentabilidade do lugar.

Assim, a capacidade de carga é o conjunto dos factores que podem influenciar o desenvolvimento e crescimento de uma dada região sem sobre-utilização dos recursos naturais dessa região nem perda das características próprias do lugar.

Conjuntamente com a capacidade de carga de uma região, o conjunto de normas de ordenamento devem permitir a elaboração de uma Indicação Estatística que servirá de base na elaboração de critérios que auxiliarão a avaliação do uso correcto dos recursos da região.

Paralelamente à determinação da capacidade de carga na generalidade, também o segmento turismo é sujeito ao estudo da capacidade que o ambiente envolvente permite suportar: define-se, então, a capacidade de carga turística, como o somatório das variáveis (Mendes, 1994, p. 68, *Ordenamento. Turístico das Zonas Litorais*) que possam contribuir para um desenvolvimento suportado pela região, baseado essencialmente no número de visitantes permitidos durante um determinado período de tempo de modo a se manter um nível equilibrado no uso e consumo dos recursos, contribuindo para a manutenção ou melhoria da qualidade e modo de vida dos residentes, no presente e no futuro. Estas variáveis são a Capacidade Física (depende do número de utilizadores que possam ser acolhidos em termos físicos), a Capacidade Ecológica (nível máximo de actividade que pode ser tolerada sem perda de valores ecológicos), a Capacidade de Gestão (capacidade administrativa em alcançar um justo equilíbrio entre qualidade do turismo e impacte ambiental) e a Capacidade de Assimilação dos Recursos (capacidade dos meios naturais em assimilar os resíduos poluentes). Mendes refere que a noção descrita implica limitações na utilização turística: porém, podem ser utilizados meios ou medidas de forma a atenuar conflitos pelo controlo sazonal do turismo, bem como pela tomada de medidas de ordenamento dos sítios.

O recurso à carga financeira parece ser solução para a organização turística em termos de organização e construção de instalações, mas é um recurso que, incidindo sobre a comunidade local e sobre o turista, poderá agravar o destino e a sequente procura. É solução enquanto forma alternativa de investimento no lugar suportado pelos mais directos interessados mas ... serão os turistas, na pele de estranhos ao lugar, verdadeiros interessados nesse investimento?

A capacidade de carga turística está relacionada com o limite máximo admitido do número de visitantes num período de tempo sem se registarem impactes, negativos, que possam por em causa os recursos.

4.2.3 - Avaliação da Capacidade de Carga Turística.

Segundo Partidário, 1999, a análise de capacidade de carga turística permite-nos o estudo de dois limites, o limite normal de utilização no lugar e o limite de saturação. Podem ser utilizados critérios definidos como quantificáveis (alojamento, prestação de serviços, vantagens económicas) e não quantificáveis (efeitos sobre as tradições culturais, históricas e mesmo efeitos exercidos sobre os turistas). Estes critérios não quantificáveis não se pretendem como uma definição rígida porque, segundo Mendes, 1994, In Ordenamento. Turístico das Zonas Litorais, *“a credibilidade e importância variam conforme o tipo de turista e os recursos em questão”*. Assim, a avaliação da capacidade de carga turística terá sempre um factor não controlável, dependente sempre do ponto de vista de quem analisa.

Partidário refere, como critérios de avaliação, indicadores quantificáveis no tempo como sendo indispensáveis para permitir a actuação sobre as flutuações sazonais. Estes indicadores, interrelacionados entre si, serão, em primeiro lugar, aplicados num limite de utilização de recursos pré-definido; com base na definição deste limite pode-se estabelecer o espaço de actuação e, então, actuar na variável tempo; esta variável utiliza três opções, o tempo, a amplitude e a função turística, variáveis que permitirão ao planeador prever o nível de flutuações sazonais.

A inter-ligação entre estas últimas variáveis permite trabalhar outro indicador, a taxa de actividade turística, a qual necessitará de outros valores como o número populacional residente, a capacidade de transporte, as vantagens económicas, entre outros; o cálculo desta taxa permite comparar as diferentes densidades nos diversos locais, valores que poderão ser manipuláveis no cálculo da Capacidade de Carga Turística de um destino ou região.

Segundo Mendes, 1994, In *CrITÉrios de Ordenamento para a Determinação e Controlo da Capacidade de Carga Turística*, p. 21, o conceito de Capacidade de Carga Turística deve ser *considerado um conceito dinâmico multi-dimensionado, que varia conforme o tipo de utilização, a época do ano e o período de intensidade da actividade desenvolvida (...) podendo ser influenciado e minimizado com o recurso a técnicas de gestão, tornando-se insensato querer reduzir a um simples número a capacidade de carga turística de um sítio, local ou região. Isto implica que não se possa avaliar a capacidade de carga apenas por um específico aspecto de análise (p.ex: utilizar apenas a infra-estrutura de saneamento básico para o cálculo da Capacidade de carga do lugar.)*

Para que a sustentabilidade seja equilibrada, o controlo da capacidade de carga deve ser monitorizada com atenção e devem ser mantidos, tanto quanto possível, todos os atractivos que possam contribuir para a melhoria dos impactes positivos, e evitados ou minimizados os que apresentem possibilidades de agressões no meio ambiente.

4.2.4 - Turismo Sustentável e desenvolvimento.

Analisando a edição da UNESCO, “Environmental Management”, 1992, já o turismo era analisado tendo presente a pressão exercida pela necessidade do desenvolvimento estritamente económico da região, sem atender aos outros factores a ele ligados, como a pressão no uso dos solos, os efeitos sobre a biodiversidade, etc.

Já eram consideráveis os impactes negativos resultantes de intervenções e de problemas trazidos do mundo exterior, de tal modo que a monitorização das interações era requerida e necessária. “*In search of ways to develop tourism, or the act of seeing the world without destroying it*”, demonstrava a preocupação pelo avanço das apostas turísticas sem preocupações pelo futuro das regiões, dos recursos e das comunidades, pois a expansão para implantação do negócio “turismo” reclamava mais e mais espaços sem o registo de pressões sobre o território, causa de apreensões futuras.

A pressão turística não era considerada como o *vírus* perigoso e o turismo não passava de algo interessante desde um ponto de vista particular. Aos poucos os impactes registados pelo turismo foram aflorando, as negatividades impostas nas regiões e nas comunidades, as desamenidades foram-se tornando mais evidentes até que originaram uma nova forma de encarar esta nova “indústria”, antes considerada limpa!

Com as perspectivas da perda de qualidade ambiental, foram iniciados estudos na área que passavam a incluir, ao lado do crescimento do turismo, as interações que pudessem intervir no controlo desse desenvolvimento. Este controlo seria a ferramenta de condução do processo, aplicando políticas coerentes e de aplicação na actualidade.

4.2.5 - Recursos turísticos e desenvolvimento.

Os recursos turísticos podem ser identificados como naturais, históricos ou artificiais. Os motivos que tornem um lugar num destino turístico terão sempre ligação a um ou mais dos três factores, sendo considerados como potencialidades a desenvolver na pertença ao lugar.

O estudo dos impactes passa sempre pela identificação das características principais da região, sendo sempre diferentes no campo da intervenção. Senão, confrontemos o caso de regiões costeiras com regiões de montanha ou do turismo social com o turismo rural para concluirmos da diferença de estudo entre causas e efeitos dessas intervenções. Não só serão incluídas as características dos recursos naturais locais como as do tecido social.

Interacção entre turismo e desenvolvimento.

O Modelo Analítico apresentado no capítulo 3.6 em, “Sustainable Tourism Development”, por Myriam Jansen Verbeke, contempla uma análise sistémica entre a actividade turística, os recursos e o ordenamento em diferentes estágios de crescimento.

Neste modelo consta um processo dinâmico de interacção entre as três dimensões consideradas, consistindo nas actividades, identificando-se como: menti-factos, artefactos e sócio-factos.

O primeiro respeita a comunidade, o segundo, o local e o, terceiro, a organização social.

Todos estes estarão acompanhados da política a implementar no lugar, fazendo parte das actividades turísticas e servem de ligação entre os recursos turísticos e o desenvolvimento.

O menti-factos representa a percepção assimilada pelo turista, a leitura do lugar e a impressão que é levada na viagem de retorno. A comunidade dá uma resposta que estará ligada ao comportamento do visitante. Qualquer má impressão representa, sempre, um resultado que depende do comportamento das duas partes. Porém, existe o perigo do empolamento analítico feito pelo turista que transportará com um ênfase muitas vezes reforçado com carga emocional, a faceta negativa da experiência vivida, para o exterior.

“O artefacto representa a evolução dos recursos de modo a facilitar as acessibilidades e os produtos turísticos que possam actuar como factores positivos a relembrar pelo visitante. Encontra-se intimamente ligado à capacidade da população residente e indígena em conseguir recriar a história local e regional, fornecendo para o exterior uma imagem única do seu passado.”, segundo Verbeke, M.

Os sócio-factos representam a capacidade de organização da sociedade, a qual irá ter um efeito na implementação do desenvolvimento turístico. Difere de lugar e depende, muitas vezes, da capacidade de envolvimento profissional e da capacidade da envolvimento dos políticos do local.

4.3 - Resultados positivos de um turismo sustentável.

4.3.1 - Intervir sustentavelmente.

A intervenção sustentável requer particular atenção para três aspectos que têm sido considerados básicos e que se encontram ligados ao desenvolvimento turístico, nomeadamente para reforçar o equilíbrio entre os aspectos do ambiente, da economia e sócio-culturais da comunidade.

A procura deste equilíbrio exige, de acordo com Partidário, 2006, em manter os processos ecológicos e pela conservação do património natural (biodiversidade incluída) para uma

melhor utilização possível dos recursos naturais. Mas o equilíbrio só tem razão de ser se for considerada a viabilidade das operações a longo prazo e assegurados benefícios para os intervenientes no processo, quer sejam os agentes económicos ou a comunidade receptora. Estes benefícios não se limitam apenas às comunidades, nem dizem respeito apenas aos recursos naturais; devem possibilitar a realização de lucros (também para as comunidades locais) e a manutenção de empregos (estabilidade de empregos), contribuindo para a erradicação da pobreza e pela oportunidade, às comunidades receptoras, na viabilidade dos serviços sociais.

Intervir sustentavelmente quer, ainda, significar o respeito pela autenticidade e manutenção do valor patrimonial construído, pelos valores tradicionais, pela tolerância entre as diferentes culturas (tolerância inter-cultural) e pela satisfação do turista de modo a que a experiência obtenha frutos pela promoção de práticas sustentáveis entre estes; a atitude do turista, perante uma comunidade responsável, é demonstrar satisfação, simpatia e franca abertura na transmissão de conhecimento.

A visão singular do lucro é responsável pelo descalabro do investimento a longo prazo e consequente perda de qualidade ambiental a médio prazo. Porém, passa pelo aspecto sustentável a rentabilização do investimento, com o acesso aos ganhos generalizados a todos os intervenientes do processo.

Das directrizes emanadas do Acordo de Mohonk, em que *“Todo o processo de ecoturismo deve levar em conta os padrões e princípios do turismo sustentável”*, são retirados princípios de aplicação de turismo na área da sustentabilidade e, também, os aspectos generalizados que devem ser orientadores na utilização de intervenções nos aspectos gerais, ambientais, económicos e sócio-culturais, permitindo a minimização de impactes ecológicos e sócio-culturais negativos, enquanto se promovem benefícios económicos para as comunidades locais e para os países receptores.

Intervir sustentavelmente deverá significar intervir para valorizar e o objectivo passa pela valorização de todos os segmentos intervenientes. Estes deverão ser não só os agentes económicos mas também os turistas, os agentes políticos e os membros anónimos da comunidade residente.

Mas, para a valorização ser positiva, há que informar cada interveniente sobre quais as obrigações a que se sujeita, quais os direitos e deveres e quais as regalias de que pode beneficiar. Sabendo que a comunidade receptora é, em princípio, a mais fragilizada, caberá ao segmento político actuar com determinação, coerência e objectivos defensivos bem delineados, na defesa da sua comunidade, não descurando os seus interesses, investindo na monitorização constante e na introdução de medidas preventivas e correctivas sempre que necessário. A participação informada, bem como o acesso ao conhecimento, deve ser o

objectivo a atingir para a população local, investindo-se na formação profissional aos membros da comunidade receptora.

A atitude da comunidade reflecte-se no comportamento dos visitantes: o tratamento dos residentes, observado no dia a dia pelo turista, induz uma reacção que se reflecte na resposta comportamental quanto ao respeito e às atitudes que os visitantes provarem merecer na óptica do observador externo, que se apresenta nos locais de visita com uma atenção redobrada. Só assim este poderá respeitar as características sócio-culturais da comunidade local; para isso, também a autenticidade dessa característica deve ser mantida e respeitada pela própria comunidade e num grau elevado de exigência.

4.3.2 - Lazer, turismo e mercado de trabalho.

O turismo, mesmo do ponto de vista sustentável, baseia-se na procura e consumo dos tempos de lazer. De que modo pode este consumo afectar a sustentabilidade turística?

O turismo e o lazer encontrando-se intimamente ligados, apresentam uma influência de peso no tecido social local. O turismo tem como primeira finalidade a ocupação dos tempos livres, dos tempos de lazer. Ora, é na definição da melhor ocupação destes tempos de lazer que reside o nível de influência na sustentabilidade do local: proporcionando convivência saudável entre visitantes e residentes, o desenvolvimento cultural e social destes é positivo e o lazer torna-se, assim, um factor de integração social.

A utilização do conceito de lazer como factor de convívio e relacionamento, é fulcral no desenvolvimento sócio-cultural da região. Quanto melhor o desenvolvimento do lugar/região, no âmbito da sustentabilidade, melhor a publicidade utilizada pelos agentes turísticos. Esta publicidade conduz ao papel alienante e económico deste “lazer”. De que forma?

A resposta parece encontrar-se no papel mercadológico do lazer, na sua forma evasiva e alienante. Não é o lazer que é negativo, mas sim a associação que os utilizadores dele fazem, criando um tipo de consumo com regras de acesso estanques, público seleccionado e segregação social.

O mercado de trabalho dos sectores ligados ao turismo é de grande sensibilidade, podendo originar instabilidade de emprego e conduzindo a uma alternância periclitante no mundo profissional, contribuindo para o envolvimento no circuito vicioso pelo avolumar de problemas constantes. O problema situa-se mais a nível de estratégia política do que na do investidor pois as intenções chocam enquanto a intervenção do político não se mostrar insistente, contínua e consistente. É o papel que, infelizmente, tem sido do investidor enquanto este não está devidamente consciencializado quanto à sustentabilidade no local

do seu investimento e é dever de todos os intervenientes bem informados possibilitar-lhe essa consciência e esse conhecimento.

Lazer, “status” social, prestígio social.

Muitas das vezes o bem intencionado viajante é susceptível a escolhas menos acertadas por desconhecimento da qualidade da oferta do operador, aceitando destinos já vitimados por más intervenções, contribuindo para o acentuar da sua queda, influenciado pela necessidade de prestígio social. A necessidade de manter laços sociais pode conduzi-lo a aceitar e acreditar na publicidade permitida pelos seus pares do círculo social e conduzi-lo a uma visita menos indicada, proporcionando ao operador o adiamento pelo final de intervenções no destino turístico, tudo isto por motivos de prestígio e “status” social. A ocupação dos tempos de lazer estaria, assim, directamente relacionada, não com a intenção do viajante, mas sim na preocupação em manter o mesmo tipo de utilização dos seus pares sociais.

Para o futuro da Sustentabilidade Turística, este tipo de actuação representa uma má opção, estando, felizmente, comprometido em resultado de informações e pesquisas efectuadas pelo turista sobre condições da viagem, local de estadia, património local, entre outros. A opção dos “3 L’s” poderá atenuar possíveis agressões aquando das visitas às regiões.

4.3.3 - Monitorização do desenvolvimento turístico.

O turismo funciona segundo estágios de exploração que conduzem o produto, desde a sua utilização inicial, em que o produto é, ainda, desconhecido, até um patamar cada vez mais procurado, mais publicitado, mais apetecido até atingir a saturação. O risco desta saturação começa no aumento da procura, no aumento da população turística, com uma necessidade de adaptação na política de intervenção da parte das entidades locais.

Os estágios de exploração podem ser definidos como patamares de utilização em que cada um substitui o imediatamente anterior, baseando-se esta rotatividade no denominado “ciclo de vida” do turismo. Estes estágios de exploração podem ser repetidos se a intervenção turística for monitorizada convenientemente, evitando o declínio total ou a “morte” técnica do lugar/destino.

Butler, (1996) refere-se a uma última fase, definida como a do 2º Declínio, que, a não ser evitada, pode conduzir à perda total do destino turístico. Na fase imediatamente anterior, que a correcta monitorização pode prever, é possível reverter essa situação de perda total pela adaptação dos recursos utilizados às necessidades no âmbito sustentável, fase que encontramos na análise de Fuster, 1975, com a denominação de Dissolução e que também

é definida pelo rejuvenescimento do destino, isto é, pela implementação de medidas de investimento (Batista, 2003). A monitorização constante dos diversos patamares ou das diferentes fases de desenvolvimento turístico permite, em cada instante, a escolha das melhores opções de intervenção.

A monitorização permite o controlo do desenvolvimento e do crescimento, evitando ou amenizando a deterioração dos recursos naturais. Monitorizando as diversas intervenções e os diferentes estágios, podem ser evitados excessos negativos e desperdícios na exploração dos bens da comunidade e reforçados os controlos dos recursos naturais.

Os pontos seguintes devem ser respeitados para que o desenvolvimento não se torne agressivo para com a comunidade e para com o ambiente local (observando-se, assim, os princípios da sustentabilidade):

- O respeito pela autenticidade sócio-cultural das comunidades receptoras deve estar presente nas intervenções;
- O investimento na formação profissional aos membros da comunidade receptora deverá ser tratada como prioritária;
- O respeito e o benefício dos recursos naturais e ambientais deve ser observado por todos os elementos presentes;
- O assegurar da viabilidade a longo prazo das operações económicas deve ser considerada uma meta indispensável.

Em paralelo, o Operador Turístico deve observar as regras definidas para a boa intervenção tendo presentes os efeitos no ambiente local. Para isso, considera-se como:

- 1 – Responsável pela concentração turística;
- 2 – Responsável pelo desenvolvimento rápido e irracional;
- 3 – Responsável pelos impactes ambientais, os quais devem merecer atenção nas operações turísticas;
- 4 – Se a população local é incapaz de exercer influências no ritmo do desenvolvimento, a responsabilidade pode advir do poder do operador;
- 5 – Ao operarem com base na economia de escala, podem contribuir para prejudicar as comunidades e o crescimento saudável do lugar.

4.4 – Resumo do capítulo.

O turismo é uma indústria em crescimento que afecta as regiões onde se insere, influenciando todos os sectores e actividades locais.

A introdução da sustentabilidade aparece como uma necessidade de minimizar as influências negativas no ambiente local, bem como de neutralizar as agressões inevitáveis que sempre têm tendência para ocorrer. A ligação da sustentabilidade ao turismo permite a opção de “Turismo Sustentável”, na procura de soluções que permitam um crescimento saudável e a minimização ou anulação de impactes negativos sobre a biodiversidade e sobre os recursos naturais.

A viabilidade turística tem que ser acompanhada pela sustentabilidade turística, com objectivos claramente orientados para benefício das comunidades, das intervenções ao nível turístico, no desenvolvimento de índole económica da região e da preservação dos valores culturais.

O turismo, na óptica sustentável, satisfazendo o turista, satisfaz igualmente todo o conjunto de intervenientes aliados ao desenvolvimento regrado da região, assegurando-se, assim, objectivos propostos por individualidades e organizações a nível mundial (Sadler, 1992; OMT, 1993; Partidário, 1999)

A referência quanto à intervenção de cunho capitalista sublinha a necessidade da sua vertente económica como apoio indispensável e incondicional para o arranque de desenvolvimento/crescimento mas, atendendo à frágil preocupação para com as consequências desse crescimento, tornou-se necessário criar mecanismos de controlo ao crescimento desmesurado, embora dependendo desse tipo de intervenção os destinos tenham beneficiado na melhoria de infra-estruturas básicas.

A monitorização é abordada pela necessidade de controlo e conhecimento pelo desenvolvimento das acções no decorrer das intervenções. A necessidade de evitar impactes negativos no desenvolvimento do destino turístico, que podem mesmo conduzir à sua dissolução, aconselha o controlo, registo e acerto de acontecimentos que originem esses impactes, positivos ou negativos. O rejuvenescimento do destino, actuando nos parâmetros que possam apresentar sinais de desgaste, é uma opção indispensável, como forma de recuperação do lugar.

5 – CASOS DE SUCESSO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

5.1 – Exemplos de aplicação em Portugal.

Portugal regista, segundo Partidário, 2005, $11,6 \times 10^6$ chegadas de turistas, ocupando a 19ª posição mundial no que concerne ao turismo.

A estratégia nacional quanto ao turismo, segundo o Plano Estratégico Nacional de Turismo, 2006, P.E.N.T., visa o ano de 2015 (horizonte de 2015) como a meta para aumento de contribuição para o PIB, a incrementação do emprego qualificado e o crescimento do sector.

Prevendo produtos nacionais que possam contribuir para a estratégia como sejam o *Touring* paisagístico, o turismo náutico, o produto Sol & Mar e o Turismo Residencial, para só mencionar alguns exemplos, Partidário, em intervenção no Fórum Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, refere a preocupação no âmbito da sustentabilidade da aplicação dos produtos nacionais referidos e dos locais do território onde aplicá-los.

Segundo registo em (www.quercusambiente.org.pt), site do grupo “Quercus”, existem em Portugal alguns exemplos de intervenções bem sucedidas, exemplos esses corroborados por Partidário e que são:

Quinta do Lago, Algarve, *resort*;

Hotel Jardim Atlântico, Ilha da Madeira;

5.1.1 – Quinta do Lago, Algarve, *resort*.

A intervenção registada na Quinta do Lago, em Vale dos Pinheiros, de carácter residencial e de recreio, enquadra-se no modelo de estância balnear e combina a alta qualidade na construção da habitação com a calma e quietude próprias do ambiente campesino, situando-se numa área de significativa beleza natural, protegida e pouco desenvolvida, beneficiando da adopção de boas práticas ambientais, desde a sua criação.

A redução do número de camas de 16 para 13 mil melhorou, ainda, os aspectos ligados às práticas ambientais requeridas.

A intervenção efectuada incidiu em: inserção da construção em espaços verdes, e ambiente natural; aproveitamento dos recursos naturais da região; e na relação do interior com o exterior das habitações, explorando a luminosidade própria da zona algarvia.



Figura 3 – Perspectiva parcial da Quinta do Lago (Fonte: www.jpmoser.com)

O lago existente circundando o empreendimento permite a utilização de desportos aquáticos perto da zona de restaurante, valorizando grandemente toda a envolvente da intervenção.

A empresa assumiu o compromisso pela correcta política ambiental (Partidário, 1999, p. 57), assegurando o bom uso das grandes extensões de áreas verdes e uma política de construção de baixa densidade. O uso racional no abastecimento de água, o tratamento de águas residuais e a atenção dos processos de segurança pela presença de um elevado número de pessoas acompanhou a preocupação da política da empresa, de que o saldo ambiental se apresenta positivo. Com quase 50% dos critérios mais relevantes verificados, Partidário considera correcta a aplicabilidade do conjunto de critérios, numa intervenção considerada como positiva.

5.1.2 - - Hotel Jardim Atlântico, Ilha da Madeira;

O Hotel Jardim Atlântico, foi concebido segundo uma preocupação da sua integração na natureza, seguindo a noção de “Hotel Verde”.

Esta integração tem dado frutos pelo reconhecimento da parte das entidades reguladoras do turismo sustentável na atribuição de prémios no âmbito da sustentabilidade, como a *Green Globe*, a *IHRA*, o *Umweltchampion*, entre outros, sendo detentores do “*European Ecolabel*”, certificação mais importante da Comunidade Europeia.

Ao longo de vários anos foram desenvolvidas algumas práticas como implementação e certificação de sistema de gestão ambiental. O Hotel tem intervindo ambientalmente controlando os resíduos, diminuindo grandemente as embalagens menores e dispensáveis e produzindo todo o tipo de produtos no possível. A prática utilizada no controlo de

consumíveis e embalagens, tem-lhes permitido um melhor controlo na gestão de lixo produzido.

Muitas acções, como utilização de mercadoria fresca local em vez de importada, reutilização de caixas vazias e entrega de restos de comida para alimentação do gado suíno local, permitem contribuir para procedimentos sustentáveis.

As energias beneficiam de controlo de custos com utilização de sensores de movimentos, bom isolamento térmico, lâmpadas de baixo consumo, entre outras soluções, com os quartos apresentando ventilação natural, não dispendo de sistema de ar condicionado.

Os funcionários foram sensibilizados, formados e incentivados para a política ambiental. Os hóspedes são informados das acções aderindo e dando sugestões/ideias novas.

O Hotel Jardim Atlântico foi planeado e construído com a concepção de ficar totalmente integrado no meio natural, não sendo visível por completo do exterior de nenhuma perspectiva

Todas as acções correspondem aos procedimentos com o cumprimento da legislação ambiental portuguesa e comunitária em vigor.

5.2 – Exemplos de intervenções no âmbito do Ordenamento Turístico.

5.2.1 - Ilhas Baleares. O caso de Ibiza, *Eivissa*.

As ilhas Baleares, mormente o caso de Ibiza, foram um exemplo de sucesso no turismo, graças à aposta dos responsáveis políticos e da comunidade local. Ibiza transformou-se de sucesso a intervenção não sustentável devido ao desenvolvimento registado, o qual demonstrou o não rejuvenescimento das práticas e acções turísticas de âmbito sustentável.

O turismo alterou o tipo de economia da ilha com uma percentagem superior a 70% da população dedicada a actividades ligadas ao turismo, basicamente comércio, transportes, publicidade, recreação, computação e educação, sendo o sector têxtil o que mais profundamente se encontra enraizado, factores que não terão beneficiado a totalidade da comunidade, registando-se agressões aos recursos naturais.

O turismo aproveitou-se da generosidade da natureza, notando-se uma preocupação da comunidade local na oferta eficaz na indústria hoteleira, de nível bastante elevado, boa qualidade no sector do comércio, qualidade ímpar das praias (de águas límpidas) e noites de animação intermináveis. O clima é um factor que surge com carga positiva pela complementaridade que empresta à beleza do lugar.

A convivência entre extractos diferenciados da sociedade na época de férias, principalmente no Verão, é bem tolerada pelas gentes locais, sinal positivo da aceitação generalizada do

tipo de investimento, mas a perda de qualidade de vida é sintomática do erro no tipo de turismo incrementado.

Preocupações pretensamente sustentáveis e sinal de intenções a nível de apoio ao ambiente em decurso pelo governo local é a pretensão da criação de um imposto ecológico, ou eco-imposto, servindo de ajuda à protecção do ambiente local.

Esta iniciativa, aparentemente dentro de uma política de utilizador/pagador (o turista!) enfrenta grandes entraves mesmo da parte dos empresários hoteleiros locais, que não apoiam a iniciativa, alterando regras internas de consumo nas suas unidades hoteleiras de modo a minimizar possíveis aumentos de custos. Com cerca de 84% do PIB vindo do turismo, este imposto é definido pelos empresários como altamente penalizante para o desempenho do sector.

Porém, nem todas as intervenções estão imbuídas do espírito sustentável. Segundo o *“National Geographic Traveler”*, a intervenção nas Baleares pode bem ser considerada insustentável por razões que se prendem com o grande investimento feito na hotelaria, contribuindo em demasia para o turismo de sol e praia, porque o destino foi, no princípio, orientado para um turismo de massas, tendo havido tentativas para rever o tipo de intervenções e o tipo de produto utilizado, o que não obteve apoio pelas pressões exercidas pelo investimento anteriormente feito.

Nas baleares assistiu-se ao crescimento de demasiadas unidades hoteleiras, contribuindo para uma forte ocupação sazonal, em benefício dos sectores do ramo e em desprimor das comunidades locais, conforme as orientações da época e a ignorância pelo caos crescente da frágil economia local que rapidamente se adaptou à nova realidade comercial.

A criação de circuitos de manutenção, ciclo vias e uma maior atenção sobre as agressividades em curso amenizaram os modos de intervir, mas não terão amenizado o suficiente para reverter o investimento inicial.

Todavia, o turismo tradicional tem sofrido de ligeira adaptação com o fenómeno da segunda habitação a ser introduzido nas ilhas, uma melhoria na intervenção, pela diversidade da oferta turística e minimização da forte presença hoteleira, numa tentativa de reversão dos métodos agressivos empregues.

Este novo tipo de investimento (aposta na 2ª habitação e maior diversidade da oferta e maior número de forasteiros residentes) pode contribuir para a modificação das referências culturais, adulterando a língua local, bem como os usos e os costumes ancestrais.

5.2.2 – Regiões do Brasil. O caso de Bonito/MS.

O Brasil é palco de intervenções a nível de manutenção das qualidades das suas regiões, contribuindo em boa parte para um turismo saudável, mercê do registo de experiências negativas em territórios do seu interior, justificando as preocupações demonstradas por residentes, ambientalistas, estudiosos e políticos.

Desde os anos 80 que o Brasil vem registando um cada vez maior crescimento no turismo, tendo atingido a cifra de 2 milhões de visitantes em 1987 e os 4,5 milhões em 2004. (www.ecobrasil.com.br).

Mesmo assim, o Brasil consegue manter na actualidade, um nível bastante satisfatório no serviço turístico graças aos produtos disponibilizados e à preparação a que os residentes se propõem, podendo participar no negócio em crescendo e a bem da sua região. Prevendo, por estimativa, 14 milhões de turista no ano 2020 (!), é grande a preocupação com o crescimento pois, se este for desenvolvido desordenadamente, o receio da queda final do capital natural e sócio-cultural facilmente será um facto.

O Instituto Ecobrasil, ligado ao Ecoturismo e ao Turismo Sustentável, tem tido interferência notável no turismo brasileiro, representando o estado, contribuindo para o desenvolvimento que se pretende, demonstrando preocupações para com o meio ambiente e tentando, sempre, desenvolver políticas orientadas para correctas intervenções nos locais. Vozes discordantes pretendem a diminuição do poder interventivo numa pretensão em gerar outros organismos orientadores mas a intervenção no turismo sustentável é rica em opiniões e propostas de alternativas e intervenções.

Um dos exemplos destacados é a localidade de Bonito.

Bonito, como destino turístico, é um exemplo de intervenção sustentável que prima, essencialmente, pelo controlo na capacidade de carga dos visitantes aos variados lugares de visita.

Locais de recursos demasiados frágeis, cedo os residentes tiveram a noção que só com a vertente sustentável a região teria sucesso na exploração turística. Assim foi pensado e realizado, depressa se estabelecendo medidas para o controlo da capacidade de carga a implementar no uso dos recursos da região, tendo os proprietários, ainda na década de 80, implementado o limite no fluxo de turistas, acompanhamento do grupo por guia credenciado (ou do proprietário) e estabelecendo limites nas visitas diárias aos recursos naturais da região.

A preocupação pelo limite da capacidade de carga de uma região apresenta os seguintes benefícios:

- Diminui os impactes ambientais;
- Permite maior interacção do turista com a natureza;

- Contribui para uma maior facilidade na educação ambiental;
- Distribui o fluxo de visitantes nas regiões e nos passeios turísticos;
- Aumenta a qualidade dos serviços prestados;
- Aumenta a segurança pessoal e colectiva da visita.

“A Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (...) está exigindo actualmente para aprovação da licença de instalação: definição de técnico habilitado responsável pelo licenciamento; estudos sobre a capacidade de carga; horários de visitação de cada grupo de visitantes; definição do sistema de tratamento de resíduos; e definição sobre a infra-estrutura a ser implantada. Além disso, semestralmente o proprietário deverá apresentar monitorização de impactos da visitação e as medidas correctivas que foram ou deverão ser tomadas”.

Esta preocupação está inerente às intenções sustentáveis, procurando apoiar não só os interventores no turismo local como também sensibilizar as agências, as entidades municipais e, beneficiando assim, os próprios recursos naturais. (Ana Cristina Trevelin parceria com Janaina Couto Mainchein) (1)²

5.2.3 – O Arquipélago de Guadalupe e Martinica.

Estas ilhas são conhecidas pelos produtos locais, açúcar e rum e da paisagem natural. A beleza da paisagem, associada ao património edificado dos tempos coloniais e à riqueza da cultura crioula contribuem para a atracção turística.

Hoje, o sector do turismo apresenta-se com um dinamismo mais consentâneo com as exigências actuais, recuperando da frágil situação em que se colocou devido às agressões ambientais de que foi vítima e que, em grande parte, ainda se verifica.

Registando um grande crescimento nos anos 60 do séc. XX, as regiões mais frágeis mas de melhor localização foram as que sofreram da invasão de unidades hoteleiras, originando os impactes negativos que se pretende anular. Esse crescimento foi, em grande parte, resultado da proximidade para com os Estados Unidos, origem da maior parte do turismo e, mais tarde, do turista europeu.

O impacte na economia local é marcante, com a criação de cerca de 25.000 empregos, directos e indirectos, apoiados pelo governo local com subsídios, ajudas directas, apoios à criação de empregos e à ampliação das unidades hoteleiras. É uma intervenção do governo

² Fonte: *INE Instituto Nacional de Estadística de España (01-01-2005)*
Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre

local no seguimento de resposta à procura turística, mas, registre-se a ainda fraca qualidade profissional dos locais quanto a conhecimento de línguas não francesa.

Com a preocupação económica e de crescimento no sector do emprego, as especificidades da região foram ignoradas, contribuindo para a perda de qualidade paisagística e de qualidade de vida. A partir de meados na década de 80 (1980) foram introduzidas políticas em defesa do ambiente, reforçando cuidados pelo desenvolvimento na óptica da sustentabilidade do lugar, pois que já não é suficiente a existência de Sol, Mar de águas tépidas, Areias brancas, Palmeiras e um modo de vida crioula como notação de interesse, justificativa de proliferação de destinos idênticos no planeta. Assim, aos recursos naturais mencionados, devem ser adicionados investimentos nas particularidades de cada região, apostando-se na singularidade de cada um nos pontos de interesse considerados como tal.

Estão registadas perdas de âmbito ambiental derivadas de agressões na costa marítima, nos habitats, no património construído e edificado, na paisagem, desvalorizada pela proliferação de construções clandestinas com a ocupação dos melhores locais, remoção ilegal de areia para construção e, tudo isto, com a anuência das entidades locais.

Os residentes, após o “assalto” dos grandes empreendimentos, têm consciência da perda sofrida no âmbito da conservação do seu ambiente. Apesar de tudo, foi necessário correr o risco das perdas referidas, por motivos económicos: ou oferecer parte da riqueza local para se inserirem no circuito turístico. Felizmente, políticas de recuperação ambiental estão, hoje, postas em prática, apesar das dificuldades pela implementação que ainda se sente.

As ilhas de Guadalupe e da Martinica apresentam alguma semelhança para com as ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, motivo que leva a inseri-las no estudo presente, em termos de produtos locais, cultura singular e crioula, paisagem interior e da costa marítima e potencialidades a desenvolver, com as devidas diferenças derivadas da localização e inserção na exploração turística.

5.3 – Novo conceito de turismo: o exemplo do Dubai, “The World”.

Às regiões fragilizadas conhecida junta-se novo modelo na exploração do sector, ainda não identificado: lugares ou regiões construídas especificamente para uma bem definida camada da sociedade.

A intervenção, feita no Dubai, Emiratos Árabes Unidos, consiste na construção de ilhas e implantação de imobiliário turístico nas mesmas. A intervenção, por não interferir com nenhuma comunidade, parece apenas beneficiar e gerar mais valia no lugar onde se implanta.

As agressões, que parecem pressionar o ecossistema marinho, não parecem ainda bem definidas pela ausência de estudos pelas consequências deste tipo de intervenção.

A criação de “terra” onde construir com a introdução de coberto vegetal parece perpetuar o conceito dos 3 S’s (Sun, Sea, Sand), seleccionando com muito rigor o utilizador tipo e transportando para o sector turístico o princípio do condomínio fechado. A inexistência de comunidades na região parece afastar o parâmetro “agressão ambiental” nas vertentes social e humana, permitindo a consolidação de novo tecido social em “terra de ninguém”.

A fauna e flora marítima, aliadas a alterações de correntes marítimas poderão acusar modificações? É uma pergunta cuja resposta poderá ser ambígua, mantendo em suspenso aspectos bioclimáticos ao se inserirem na paisagem de modo não agressivo, parecendo ultrapassar possíveis malefícios futuros.

A vastidão do mar pode amenizar agressões à vida marinha que se prevê ocupar o mundo subaquático local.

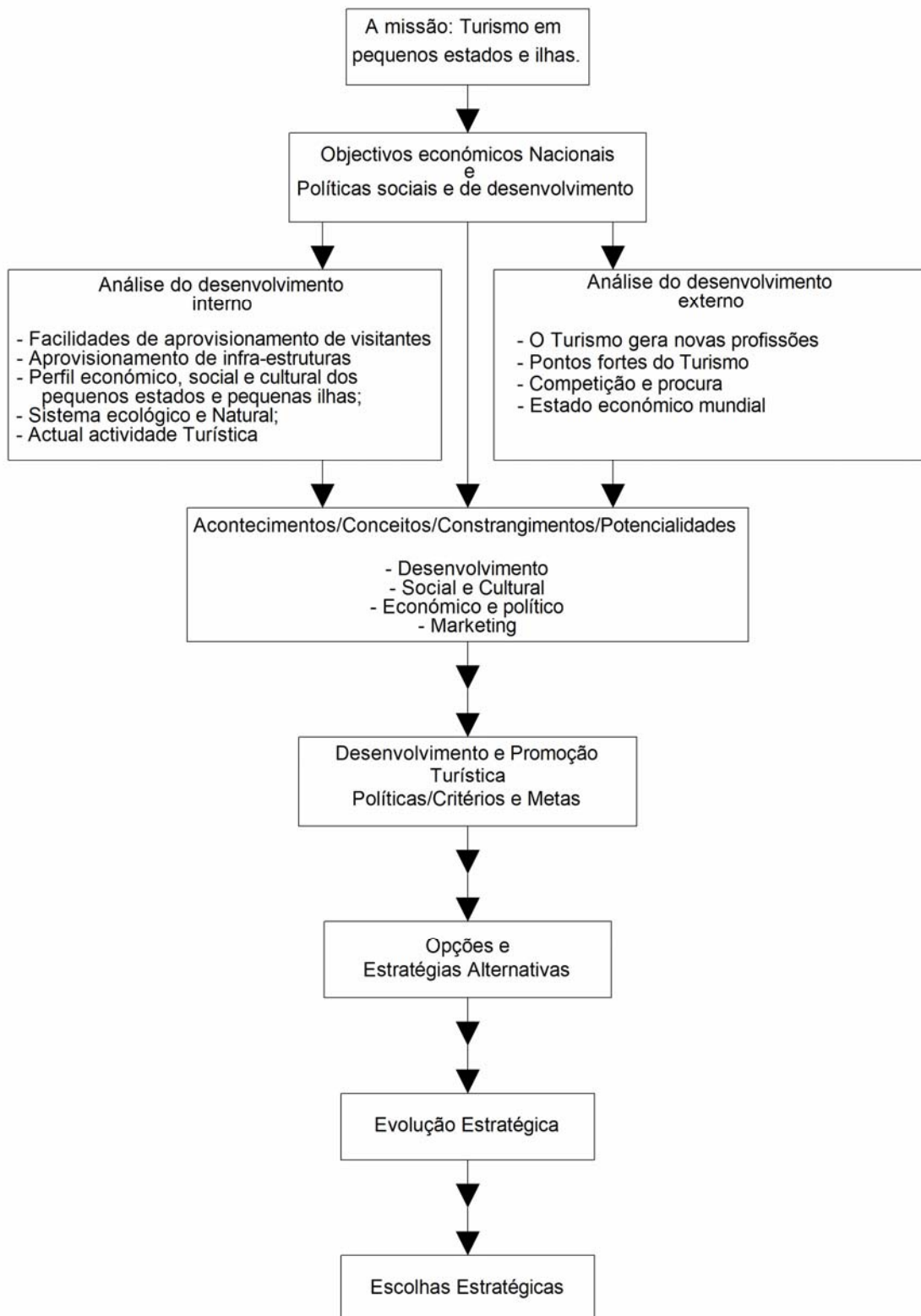
Assim, esta intervenção não parece muito agressiva, no aspecto sustentável.



Figura 4 – Intervenção turística em Dubai, Emiratos Árabes Unidos, The World!

Fonte: (www.theemiratesnetwork.com)

ESTRUTURA PARA TURISMO SUSTENTÁVEL EM PEQUENOS ESTADOS OU ILHAS:



Fonte: Sustainable Tourism in Island and Small states
Naz Saleem, Sri Lanka, p. 55

Figura 5 - Estrutura para um turismo sustentável, fonte "Tourism Soustenable in Islands and Small States"

5.4 - Resumo do capítulo.

Os casos de sucesso analisados incidiram em cinco regiões, Portugal, Espanha, Brasil, Martinica e Dubai.

Estes casos indiciam bons resultados tendo em atenção o momento de aplicação dos mesmos, já que o caso de Ibiza, sendo de sucesso na altura da sua aplicação, mostrou-se como caso a evitar pelos impactes negativos posteriormente registados.

A região da ilha da Madeira, em que o Hotel Jardim do Atlântico se localiza, revela uma gestão controlada com implementação de certificação da gestão ambiental, integração da construção na natureza e controlo de resíduos, consumíveis e embalagens, bem como tendo sido concebido segundo a noção do “Hotel Verde” e o cumprimento da legislação ambiental portuguesa e comunitária em vigor.

A Quinta do Lago é um exemplo de intervenção de qualidade, verificando metade dos critérios definidores de qualidade no aspecto ambiental.

O caso de Ibiza já se assume como um caso a evitar pelos excessos cometidos. Símbolo de intervenção de sucesso, depressa se tornou um caso com impactes negativos. A utilização do caso prende-se com o registo de intervenções que terminam com resultados a evitar, de modo a se registarem os erros cometidos, evitando a sua repetição. O aspecto de intervenção no imobiliário e a vida nocturna intensa, sendo óptimas para um tipo de comércio, interfere no bem-estar dos residentes, incapazes de interferência pela reposição dos usos e costumes.

O caso de Bonito, por cedo os residentes se terem apercebido pela conveniência da atitude sustentável, mormente no controlo da capacidade de carga da região, e a interferência no sector de grande parte da população.

Qualquer destes casos deve ser aproveitado no sentido do estudo das consequências positivas e negativas, filtrando-se o mais conveniente para o futuro.

O caso de Ibiza, pela semelhança e pelos erros cometidos que se pretende evitar. Do Brasil, embora existam muitos exemplos, foi escolhida a região de Bonito, não pela semelhança mas pela preocupação e empenho que se registou durante a pesquisa por destinos sustentáveis, já que nesta região o termo Turismo Sustentável é tratado com razoável cuidado. O caso no Dubai é totalmente novo pela ausência de comunidade local e da própria região, antes inexistente e isenta de recursos naturais. O poder económico consegue transformar regiões turísticas criadas do nada, ignorando-se, por ora, quais os impactes nas regiões limítrofes. Por fim, o caso de Guadalupe e Martinica. Estas ilhas, no sector do turismo desde inícios do século XX, tendo recursos naturais esplêndidos do ponto de vista paisagístico, com praias de areia branca, palmeiras a complementar a beira-mar, foi logo considerada como exemplo de férias paradisíacas. A ocupação por unidades

hoteleiras, menosprezando agressões ambientais, cedo foi copiada para outros locais do planeta na repetição do produto “Sol, Areia e Mar” (S, S, S), com os maus resultados que hoje se conhecem e que já se encontram referidos.

Sentidas pela comunidade residente, depressa se tornou uma prioridade a alteração do modo de investimento do sector turístico: mais intervenção da comunidade residente, melhor, interferência dos órgãos governamentais e maior consciência na defesa do ambiente local de todos os intervenientes. Neste último caso, de Guadalupe e Martinica, há a registar a implementação dos pontos referidos, o que poderá servir para a proposta que se pretende aplicar no caso do presente trabalho.

Entende-se que o caso melhor sucedido é o de Guadalupe e Martinica, mais pela aparência entre as regiões (Santo Antão e as ilhas referidas), pois o modo de vida das comunidades residentes é semelhante, os produtos locais aparentam semelhança, a paisagem no interior da região é idêntica e até as comunicações e transporte assemelham-se e, por fim, parece um caso a tirar ilações, promovendo as mesmas soluções de implementação no sector do turismo.

A estrutura que se indica sobre o turismo em Ilhas e Pequenos Estados (figura 5), facilita a elaboração de objectivos e interacções em diversas fases para a escolha da melhor estratégia na intervenção.

A informação constante no quadro permite escalonar e interligar temporalmente as acções em benefício de um turismo que possa contribuir para o crescimento saudável da região.

6 - ÁREAS FRAGILIZADAS E A SUA RELAÇÃO FACE À IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO.

6.1 – Definição de área fragilizada ante o fenómeno do turismo.

“A mão-de-obra especializada só se dispõe a cooperar em regiões desfavorecidas se a remuneração for equitativa a outros sectores produtivos,” o que se afigura de difícil resolução quando as intervenções dependem do carácter sazonal.

A fragilidade pode ser identificada pelo isolamento territorial que influenciará, com algum peso, o poder económico e reivindicativo das comunidades locais.

Estas, necessitando fortemente de incentivos económicos para o crescimento económico das comunidades e para o desenvolvimento da região, só beneficiarão se as actividades puderem ser suportadas por um período significativo do ano. Dentre essas actividades, afigura-se as interligadas com o turismo como as que melhor podem retirar benefícios, pela ausência imediata de qualquer outro factor económico.

O turismo, ao oferecer a estas áreas a oportunidade em ultrapassar as dificuldades exige, em contrapartida, apoios nos programas a instituir.

A oferta turística deverá considerar os factores necessários para a manutenção das condições eleitas para que o lugar possa concorrer a “destino de eleição”, investindo nas suas qualidades próprias, pela conservação do seu meio natural ou, no caso de insegurança, em cópia de intervenções ou modelos com provas dadas (modelo *estereotipado*). O apoio da classe política é essencial pelo que a coordenação deve obedecer a regras claras e objectivas para a obtenção de resultados de sucesso.

O turismo interfere com a vida quotidiana dos lugares onde se implanta, desenvolvendo, aliciando e contribuindo para a qualidade de vida com incidência directa nas regiões e comunidades, principalmente nas de características turísticas *virgens*. Este termo identifica uma região ainda não inserida no sector do turismo, isenta, assim, dos malefícios inerentes a uma má utilização do produto bem como de possíveis benefícios.

A conexão do termo “virgem” para a definição de “região turística virgem” pode ser um lugar de características exóticas, fora da esfera de zonas de crescimento económico consolidado, carente de oportunidades de desenvolvimento, oculto momentaneamente do circuito dos operadores turísticos e aberto ingenuamente a investidas económicas agressivas.

Regiões existentes dentro desta qualificação, ansiando pela participação na indústria do turismo predispõem-se a trocar a sua riqueza natural, aceitando investimentos em condições não muito favoráveis, em negociações fragilizadas, predispondo-se a qualquer modelo de intervenção turística, em troca de um provável desenvolvimento do seu lugar.

Nem sempre as intervenções reduzem o lugar a uma posição frágil, dependendo em muito da capacidade de negociação de condições pelas autoridades na política desenvolvida para o lugar.

O turismo regista intervenção positiva no destino quando a comunidade local tira proventos dos investimentos, quando a formação dos residentes e a política de incentivos permite a sobrevivência e independência laboral fora de períodos marcadamente sazonais que Partidário, 1999, identifica como modelo “*autóctone*”.

O turismo estereotipado, conforme já foi referido (Partidário, 1999, Batista, 2003), também pode e deve ser aplicado, mas numa política baseada em iguais preocupações regionais pelo apoio às comunidades residentes e pelo reforço e consistência numa tomada de consciência do seu valor, num investimento nas particularidades tradicionais locais.

6.1.1 – Directivas do Ordenamento do Território no sector Turístico.

A legislação é o pilar para um franco desenvolvimento na área do turismo, permitindo, incentivando e orientando a intervenção no território. Os planos de intervenção no segmento do turismo em Portugal surgem nos anos 60 (Amado, 2005, p. 18) como resposta a necessidades regulamentares de intervenção no território no segmento referido, sofrendo alterações na sua implementação devido a efeitos da revolução política.

A criação de diversos organismos e a promiscuidade legislativa permitida entre eles tem impedido um desenvolvimento saudável do segmento de que a referência sobre a desajustada implementação realística é mencionada em Amado, 2005, p. 19.

No caso português, a deficiente aplicabilidade da legislação no sector tem sido apontada como um dos entraves ao desenvolvimento, incluindo o sector turístico, dificultando a exploração com evidentes dificuldades pelo controlo de regras e normas, com prejuízos para os recursos naturais. É referido, pelos operadores, dificuldades pela multiplicidade de leis, decretos e órgãos a consultar, dificultando, muitas vezes, a observância de prazos.

Propõe um segmento da classe empresarial a nomeação de um organismo único como modo de evitar possíveis conflitos institucionais impeditivos de acções coordenadas.

Em Portugal, são vários os registos de dificuldades em investimentos turísticos. Considerações tecidas por Batista, 2003, (*Turismo, gestão estratégica p. 164 e seguintes*), descrevem questões relacionadas com interpretações sobre efeitos conjunturais no turismo português, constituída pela atitude algo permissiva na aplicação de um Ordenamento e Planeamento do território, como o elemento principal, nomeadamente no que se refere ao Algarve, mas aplicado ao resto do país.

O autor traça um quadro negro sobre as intervenções registadas, no caso algarvio, lugar mais representativo do turismo nacional, salientando como factor responsável desta negatividade a sazonalidade e o desinteresse público e político. Infelizmente, esta tendência é uma realidade generalizada, sofrendo desta falha no planeamento as actividades ligadas ao ramo da hotelaria e restauração, muito dependentes do turismo, estranhando-se a demora na tomada de decisões pela rápida resolução de problemas a nível legal.

Também se registam casos positivos de intervenção turística, como as de grupos empresariais no turismo do Alto Douro, intervenções na região de Lousal, revitalizando as minas antigas e a viabilização de soluções para o Parque Almourol, em Castelo de Vide.

6.1.2 – Intervenção política em Áreas Fragilizadas.

As áreas fragilizadas derivam de causas variadas, desde a inexistência e inadaptação das directivas de ordenamento do território à intervenção de génese ilegal, consolidada por imaturidade ou receio pela aplicação da legislação.

Em Portugal, como referido anteriormente, o turismo não é excepção. Batista, 2003, (*Turismo, gestão estratégica p. 164 e seguintes*), descreve os perigos pelas atitudes negativas do Ordenamento territorial e do Planeamento, incluindo as áreas dependentes da exploração sazonal (turismo) que necessitam urgentemente de mudança nas intervenções.

As regiões de Lisboa e da Madeira incluem-se no grupo de bons resultados por apresentarem produtos estruturantes na oferta pelo que apresentam resultados turísticos satisfatórios. Contudo, vão apresentando taxas de ocupação em decréscimo desde 2001, na ordem dos 10%, segundo o autor referido.

A actividade turística exercida nas zonas de carácter insular, como o caso das baleares e das ilhas Canárias, apresenta particularidades pela forma controlada na intervenção do turismo e nas políticas de uso do solo. O caso especial das baleares foi já referido anteriormente.

As zonas insulares apresentam grandes potencialidades paralelamente em grau idêntico às fragilidades. O incremento das potencialidades locais deverá ser a base para um crescimento controlado, primando pelo envolvimento de todos os interessados, residentes, autoridades e empresários na defesa do lugar e do ambiente, por uma evolução positiva da vertente social das comunidades locais, do próprio melhoramento das condições dos destinos turísticos, da defesa das tradições, do incentivo ao investimento na região, em suma da aplicação da sustentabilidade.

Estas regiões dependem de factores ligados à situação geográfica, da relação para com as regiões economicamente fortalecidas e do interesse que investidores possam manifestar na

intervenção. Este interesse depende em muito da localização do destino por motivos ligados ao tipo de lazer pretendido, relacionado ora com o clima, ora com a convivência com outro tipo de cultura, ou outros.

Favorecidas pela deslocalização, muitas áreas apresentam os pontos de interesse considerados necessários e indispensáveis para investimentos a longo prazo (história, paisagens, praia, interesse científico, etc.), relacionando-se, ainda, com as facilidades económicas encontradas pelos visitantes (pontos fracos ou ameaças, de que podem fazer parte a perda das características locais únicas, não só a nível patrimonial como cultural).

Auxiliadas no investimento pelo desenvolvimento das suas qualidades locais, esse investimento deve ser cuidadosamente monitorizado de modo a evitar excessos na prevenção das fragilidades, relacionadas com problemas na economia local, dificuldades na recuperação do património edificado, na baixa capacidade hoteleira, entre outros pontos. Todavia, aparecem oportunidades (ligadas ao baixo custo de vida que permite um uso desafogado das ofertas locais pelo visitante, desenvolvimento do comércio local, apoio ao artesanato e visitas a lugares típicos, entre outros) e ameaças (Capacidade de carga inferior ao desejado, alteração do tecido social, dimensionamento de infra-estruturas) que não devem deixar de ser analisadas para um crescimento consolidado do destino.

Entre as preocupações sustentáveis na utilização de unidades de alojamento, as áreas consideradas frágeis têm assistido a intervenções tímidas pela parte de investidores locais. As razões são de índole económica, em que a ausência de incentivos financeiros contribui para consolidar receios numa aposta no sector.

A fragilidade depende da capacidade da comunidade local em potenciar o seu produto. O investimento pode surgir da parte de elementos identificados com a região, muitas vezes com base no poderio económico, procurando uma rápida recuperação e modelos adaptados às regiões. Estes tipos de intervenção são bem definidos por Partidário, 1999, em “*Critérios para um desenvolvimento sustentável*”, com a definição de modelos *estereotipados* e *autóctones*, definindo, ainda, as vantagens e desvantagens de cada um deles, o seu desenvolvimento em cada região, de acordo com as características registadas e a conveniência na aplicação de cada modelo pela capacidade demonstrada pelo tipo de destino em causa.

A introdução de qualquer dos modelos descritos por Partidário, o modelo *autóctone* e o modelo *estereotipado* trazem grandes benefícios às comunidades. Cada um será utilizado em separado de acordo com as capacidades das comunidades, empresários e autoridades locais, embora existam registos de utilização de sucesso, facto também proposto como alternativas de intervenção.

O modelo autóctone serve basicamente a comunidade local, potenciando os seus recursos naturais para a exploração turística da sua região; o modelo estereotipado é introduzido quando as capacidades “técnicas” dos elementos residentes da região não se encontram devidamente preparados para essa exploração, servindo-se, então, de cópias na exploração dos recursos locais.

Os operadores turísticos vêm investindo nos destinos com base na qualidade dos recursos locais, servindo-se do termo “sustentabilidade” como cabeça de cartaz publicitário. Às autoridades e comunidades locais pede-se firmeza pela aplicabilidade do termo, pois a manutenção desses recursos influenciam as preferências actuais do novo tipo de turista, permitindo, então, o crescimento e o desenvolvimento do destino e as características que o tornam como lugar exótico. A continuidade do destino para o turismo obriga a que esta “sustentabilidade” passe a ser encarada com cuidado, levando a que os vários factores “sustentáveis” sejam realmente aplicados e não apenas utilizados como chamariz. Como exemplo, a componente “Investigação da história local” deve ser uma prioridade, em paralelo com a formação profissional e o desenvolvimento de programas e projectos inovadores.

As preocupações e atenções para com resultados amigos do ambiente tendem a convergir dentro dos diversos grupos inseridos no local: porém, a educação ambiental deve permitir a confluência de interesses. Esta convergência permite que o visitante publicite no seu lugar de origem os aspectos positivos do destino, preterindo informações menos abonatórias, tendendo a retornar em viagem posterior; os operadores conseguem manter o local e o produto em funcionamento saudável; as autoridades vêm reconhecidos os esforços e a possibilidade de melhor investimento futuro e a comunidade residente pode pensar o futuro com melhor justiça social e económica.

Sendo vantagem de todos os intervenientes, é importante que as entidades municipais atentem para o desenvolvimento da indústria turística nas várias regiões do globo, adoptando estratégias que permitam o controlo dos modelos turísticos adoptados ou a adoptar, segundo regras de interesse próprio, definindo as regras convenientes ao bom crescimento local e amenizando acções de marketing agressivas para a região.

As preocupações para com as fragilidades locais definem o grau de intervenção do poder local. Estas fragilidades, referidas aquando do estudo de intervenções no arquipélago de S. Tomé e Príncipe por Bruce Potter, (2005) (Islands Resources Foundation) (pás 83) devem reforçar pela boa convivência entre indígenas e visitantes, evitando-se um convívio forçado pela promiscuidade social e pelo choque de culturas.

Os domínios a se considerar para a acção ambiental neste caso atrás referido podem debruçar-se sobre a política da empresa, o marketing e os recursos (água e saneamento, resíduos sólidos, segurança, património, paisagem, recursos humanos, entre outros.)

O equilíbrio económico é um factor essencial para a independência da comunidade, contribuindo para um reforço na consciência do seu valor. O controlo da capacidade de carga da localidade deve ser observado como meio de melhoria do seu modo de vida, preservando-se recursos e melhorando o ambiente. Este equilíbrio permite ao elemento da comunidade disponibilidade para investimento em outras áreas do conhecimento, permitindo o acompanhamento futuro na definição de estratégias para a localidade e região.

6.2 – Consequências de uma intervenção não ordenada no território.

6.2.1. – Áreas fragilizadas de índole insular.

As regiões insulares podem-se definir em grupos distintos, dependendo da opção tomada pelos residentes ou do modo a que os órgãos do poder local desenvolveram as políticas para a região.

De qualquer modo, a região pode ser frágil e obedecer às regras da sustentabilidade, conforme o tipo de desenvolvimento seguido.

A ausência pela consciencialização das populações das capacidades de desenvolvimento da região pode conduzir a perdas de qualidade de vida e dos recursos do lugar por possível má política seguida sem a devida adaptação às exigências do novo modo de viver.

As políticas de Ordenamento Territorial são ferramenta indispensável para o acompanhamento do desenvolvimento e do crescimento económico actual, pelo equilíbrio que pode conceder aos investimentos futuros, não só no aspecto social como no de expansão no território.

A dispensa do controlo na expansão do território conduz à permissão de atitudes agressivas ao mesmo, causando perdas ao ambiente local que poderão ser consideradas sem recuperação.

O caso de Ibiza, nas ilhas baleares, foi merecedor de elogios pelo desenvolvimento que permitiu a um certo tipo de investimento. A publicitação das noites de prazer incutiu a ideia de crescimento “controlado” da região, vindo a demonstrar a fragilidade de uma região contígua a um ambiente desenvolvido, o continente europeu. A ferramenta do Ordenamento Turístico funcionou até um certo ponto, tendo sido ultrapassado por conveniências económicas. Hoje, Ibiza é considerado um mau exemplo a seguir.

As áreas insulares propensas a destino turístico e situadas a longe de países de origem dos visitantes (turistas), devem evitar intervenções precipitadas, orientadas a uma rápida adaptação às tendências do momento sem a devida atenção ao ordenamento mínimo da sua região, sob pena de caminhar sem retorno para um declínio total. A intenção de inserção no circuito do turismo deve ser ponderada e preparada de acordo com políticas orientadas para a defesa das comunidades locais, dos recursos naturais e da manutenção das condições de referência originais.

Posto que a educação da população actua como meio de crescimento sustentável, torna-se imprescindível a aposta neste ramo de modo a potenciar uma base de trabalho com as capacidades exigidas no sector.

Já referido por Partidário, 1999, o turismo local não tem capacidade de enfrentar a “agressão futura” se não se munir da arma de ferramentas capazes, desenvolvendo paralelamente o “modelo *autóctone*”. Este, preenche possíveis lacunas da região e da comunidade desde que as autoridades, em comunhão com o universo de investidores, pautem pela utilização correcta e não agressão dos recursos naturais. Os elementos da comunidade devem-se sentir englobados como parte activa do desenvolvimento, servindo-se das ferramentas necessárias para a sua participação no crescimento consolidado e, também, nos ganhos económicos.

As intervenções pontuais devem ser evitadas pelo aumento nos custos posteriores em infra-estruturas de apoio, pelo uso deficiente nas capacidades de carga e dificuldades transferidas para os locais, na prestação de serviços ou comércio indispensável ou, em alternativa, devidamente monitorizadas, exigindo-se que estas se mantenham em constante actualização.

A estrutura da página 77 baseia-se na definição de metas e objectivos, tendo em atenção constrangimentos próprios da região, adaptados ao sector do turismo. Estudada como passível de aplicação no Sri Lanka, o desenvolvimento de objectivos, a análise dos factores turísticos e a indicação das opções a seguir concedem-lhe valor muito positivo para um desenvolvimento do sector, principalmente em pequenas regiões.

A evolução dos quadros e a sua ligação permite registar benefícios da política ambiental segundo objectivos económicos, avaliando constrangimentos e potencialidades que possam actuar a bem do desenvolvimento da região.

Das políticas para o desenvolvimento turístico constam preocupações para com áreas e regiões ecologicamente sensíveis, parques nacionais, zonas costeiras e outros lugares potencialmente indicados para o turismo.

6.3 – Resumo do capítulo.

Inicialmente votadas a uma existência de certo modo ignorada, as áreas fragilizadas de índole insular possuem potencialidades e capacidades consideradas como únicas para o desenvolvimento do seu próprio negócio turístico.

Às áreas cedo inseridas no circuito turístico coube o papel da experiência, com resultados nem sempre favoráveis. O desconhecimento destes resultados terá influenciado a tentação de uma rápida adesão de muitos destinos; a entrada tardia de outros poderá ser considerada como factor positivo pela manutenção dos recursos naturais.

Segundo informação registada em documentação da área, o carácter sazonal pode contribuir para um impacte negativo em regiões insulares devido ao possível abandono das actividades tradicionais em favor das ligadas a serviços. Este facto deve ser combatido pela tentativa em retirar lucros fáceis do turismo, mesmo em prejuízo do seu local. (Turismo e Desenvolvimento Regional, CES, 1990, p. 32).

O factor turismo pode contribuir para relançar a recuperação dos recursos naturais. O abandono da exploração dos recursos pelos residentes pode permitir a sua regeneração: “deixar crescer de novo a floresta se o povo se dedicar ao turismo” (Sulaiman, M. 1997, p.47). Assim, o ecossistema pode-se regenerar!

Segundo apontamentos retirados de “sites” existentes no Brasil, muitos destinos viram-se privados dos seus recursos devido ao desbaste da sua riqueza. Talvez por isto a entrada tardia no circuito poderá ter salvo alguns destinos, pautando-se pela sustentabilidade nas intervenções dessas regiões e permitindo-lhes ponderação e estudos atentos na escolha dos modelos e políticas ambientais para a inserção correcta no sector.

Também as comunidades saem vencedoras. Durante bastante tempo na expectativa e com um sério investimento na análise de impactes negativos registados em ambientes similares, evitam-se erros registados quanto à utilização indiscriminada do seu território. Os excessos como a emissão de “bilhetes carecas” (sem estadia), o “overbooking”, o controlo temporal da estação turística, entre outros, torna-se imprescindível no amenizar da inactividade forçada ao longo do ano e a consequente diminuição de dependência da época de turismo.

A entrada no circuito turístico pode ser vista em condições vantajosas pelo conhecimento adquirido pelos envolvidos no processo, desde a comunidade, até às autoridades e classe empresarial, mas a sobre-exploração dos recursos que contribuam para a inserção da região no circuito turístico pode originar, também, o declínio do mesmo destino. Residentes, autoridades, empresários e outros, terão que se esforçar no contributo positivo para a região, evitando-se o registado em Zanzibar, em que a exploração dos recursos naturais era feita tanto pelo Turismo como pelas actividades tradicionais, esgotando-se os recursos “água”, “terra disponível”, “floresta” e os restantes. (Sulaiman, M. 1997).

7 – A ILHA DE SANTO ANTÃO

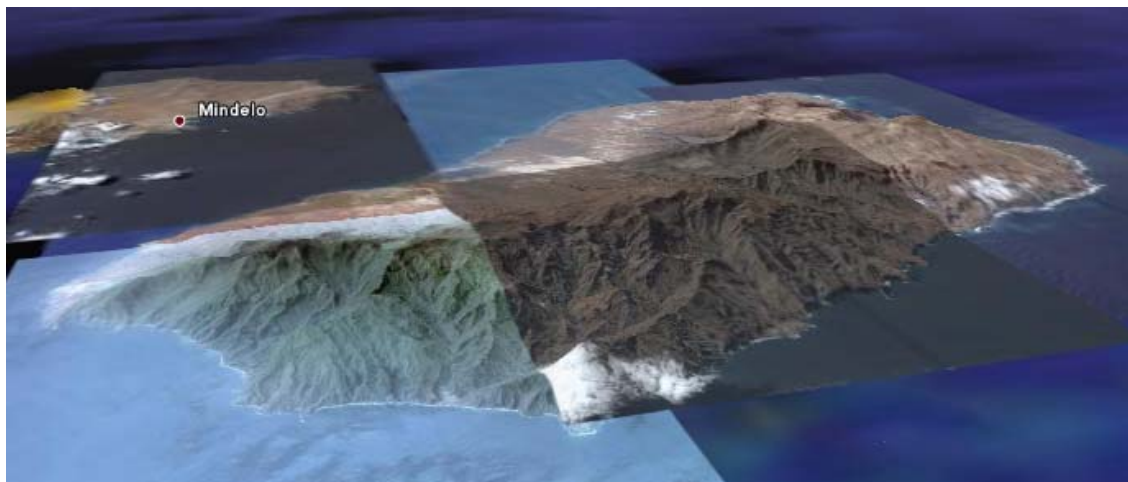


Figura 6 - Perspectiva a Nor-nordeste da ilha, (Fonte: www.googleearth.com, 2006).

7.1 - Enquadramento do caso de estudo

O turismo tem-se vindo a inserir na economia de diversas regiões do globo, sendo o exotismo a peça chave da procura dos destinos, facilitando a inserção de Cabo Verde no circuito internacional do sector turístico.

Cabo Verde tem assumido uma postura orientada para o desenvolvimento do turismo, necessitando de implementação de políticas que potenciem as diversas regiões de acordo com as suas qualidades.

A escolha de Cabo Verde como local de intervenção pretende dar continuidade à intenção demonstrada pelas classes residentes pela implementação de políticas para um crescimento e desenvolvimento da economia sem menosprezar a componente ambiental, tão carente de cuidados básicos e, por esta razão, deficitária no que respeita a defesa do ambiente e recursos naturais.

A existência de documentos, com força de lei, que contribuam para o desenvolvimento do território é sempre um contributo para o crescimento positivo das regiões. Paralelamente, a dificuldade na imposição ou no controlo pelos órgãos do poder na aplicação da lei pode contribuir para a perda de recursos naturais, comprometendo a evolução da região, das comunidades locais e dos investimentos.

Pretende-se, com este estudo, procurar soluções que possam ajudar a amenizar conflitos e assimetrias existentes e reforçar o esforço que a administração emprega na melhoria da qualidade de vida da população local, bem como de todos os visitantes, turistas ou não.

7.2 – A Descoberta do Arquipélago de Cabo Verde (e da ilha de Santo Antão).

Em 1456 Diogo Gomes e António di Noli, genovês, avistaram as primeiras ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, iniciando-se, tempos mais tarde a colonização tendo em vista o comércio de escravos para o Brasil.

A descoberta das ilhas terá acontecido em 1460. Indícios de ocupação anterior registados em ruínas, inscrições e dólmenes, são insuficientes para caracterizar o actual povo que só terá colonizado a ilha após a descoberta e chegada dos portugueses.

Geograficamente localizado a 455 km da costa ocidental de África, o arquipélago apresenta uma área total de 4.033 km² tendo como coordenadas extremas valores dos paralelos a 17° 12' 30" e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22° 44' e 25° 22' a Oeste e Greenwich.

O Clima de Cabo Verde apresenta afinidades com os climas desérticos quentes, com uma população de cerca de 475.000 habitantes. (in www.guiadecaboverde.com)

A Identidade Cultural:

A sociedade é formada por uma miscelânea de brancos, negros e mestiços, com maior predominância destes últimos.

O crioulo é formado, maioritariamente, por palavras derivadas do português arcaico, muitas utilizadas correntemente e muito raras na utilização do português actual.

A língua de Santo Antão caracteriza-se pela melodia da sua fala, com grande influência inglesa e francesa na construção de frases de uma beleza invulgar. “*Uvil na uvide ta zenibe seb*”! (Ouvi-la no ouvido zune de modo saboroso!).

7.3 – A colonização da ilha de Santo Antão.

A ilha de Santo Antão foi descoberta a 17 de Janeiro de 1462, pertencendo ao grupo de Barlavento e sendo a ilha mais montanhosa de Cabo Verde.

Santo Antão, a ilha mais setentrional do arquipélago de Cabo Verde, localiza-se a 25° 1' 30" do lado Leste do meridiano de Greenwich, 25° 22' do lado Oeste e, do Equador, 17° 12' 30" do lado Norte e 16° 30" do lado Sul, apresentando uma superfície de 770 quilómetros quadrados.

7.4 – Características físicas e geológicas da ilha.



Figura 7 - Vista da Cova, vulcão extinto, local de agricultura em terreno bastante rico.

A Demografia

A população total da ilha é, actualmente, de 17 179 segundo dados estatístico do censo 2000 (4% da população de Cabo Verde), constituindo Porto Novo, o maior Centro populacional da ilha, mais de 7 685 mil habitantes distribuídas em 235 localidades.

As Tradições:

Santo Antão é uma ilha caracterizada por um povo de grandes tradições a nível cultural, com manifestações artísticas em pintura, música, escultura e artesanato.

As festas religiosas fazem parte da cultura, celebradas com fervor, apresentam-se de valor inestimável, reflectindo o que é importante, sagrado e incontestado na cultura crioula. (Guia dos Circuitos Turísticos, Santo Antão)

O património histórico e construído é relevante, tendo-se mantido edifícios da época colonial com particular realce para a Vila do Paul e Ponta do Sol, (edifícios das Câmaras Municipais e Hospital).

Muito rico no património cultural, a comunidade ainda se bate pela urgente criação de estratégia na promoção e produção da cultura.

A Geografia.

A ilha divide-se em 3 regiões naturais, existindo 3 bacias de recepção: a Região Oriental, onde se situa a Cratera da Cova e o pico da Cruz, com 1811 metros de altura, a Região

Central, com a Cratera da Lagoa e onde encontramos o Gudo dos Cavaleiros (1811 metros) e a Região Ocidental, encimado pelo famoso Tope da Coroa.

A Orografia

Santo Antão apresenta-se extremamente acidentada com falésias imponentes, diversos vales e ribeiras, ravinas muito escavadas, formação de desfiladeiros e uma fácil circulação de cursos de água, temporárias e torrenciais.

A orla costeira apresenta algumas zonas de praia, porém pedregosas e o clima tem afinidades com o desértico quente, distinguindo-se por pequenas amplitudes térmicas anuais, pela humidade e pela periodicidade das chuvas.

7.5 – Desenvolvimento populacional.

Terão sido os madeirenses os colonizadores mais influentes na toponímia das localidades, sendo a intervenção mais acentuada nas vertentes orientadas a Norte/Nordeste, onde hoje se situam os concelhos de Ribeira Grande e Paul, as mais favorecidas pela natureza quanto ao coberto vegetal, abundância de água e potencialidades agrícolas.

A descoberta de pozolana na costa Sul e a possibilidade de desenvolvimento da ilha incentivou a que fossem feitos grandes investimentos na região a Sul, desenvolvendo-se o aglomerado do Porto Novo apostando-se, então, na ligação entre o norte e o sul da ilha.

7.6 – Registo de carências. Análise SWOT

O turismo teve um início tímido em Santo Antão, não só pela sua localização no arquipélago, como pelas dificuldades na divulgação das suas qualidades. A existência da ilha do Sal como destino publicitado pelo mundo fora criou a ideia de que apenas a solução contendo os três “S”, Sun, Sea, Sand, poderia dar frutos, delegando para o esquecimento o grande potencial do território e do natural de Santo Antão. O conhecimento de outros modelos e tipos de intervenção possibilita os órgãos do poder local a se capacitarem para o investimento e criação de condições a novos e adaptados modelos turísticos, alargando as capacidades de acesso à melhoria das condições e qualidade de vida das comunidades locais.

São vastamente reconhecidos pelos órgãos do poder local e pela comunidade em geral as dificuldades inerentes para acesso ao investimento. A leitura do documento P.A.M., Plano Ambiental Municipal de qualquer dos três municípios da Ilha, fornece vasta informação sobre as incapacidades sentidas pelos vários intervenientes locais e no local, de que será exposta uma pequena listagem:

- Debilidade das infra-estruturas básicas (água, energia, sistema de transportes e telecomunicações);
- As dificuldades de acesso vêm aumentando custos nos sectores alimentar e de alojamento;
- A falta de divulgação como destino turístico dificulta o conhecimento no exterior;
- A inexistência de agências de transportes dificulta a estratégia a seguir no apoio ao turista na sua movimentação pela ilha;
- As fragilidades evidenciadas a nível de recursos humanos diminuem o grau de apoio dos órgãos locais aos pedidos de auxílio dos visitantes;

Todavia, a existência de problemas ambientais deve obrigar os órgãos do poder a reforçar e centralizar a sua atenção nas actividades turísticas, passíveis de serem consideradas como causadoras de perturbações e poluição, devido aos movimentos pendulares das populações em curto espaço de tempo nos concelhos da ilha, acrescidos pelo consumo dos recursos, contribuindo para o aumento de resíduos e dificuldades na sua remoção ou eliminação, já que a reciclagem ou reutilização é inexistente na ilha.

A ilha de Santo Antão, extremamente montanhosa, dificulta a movimentação viária. A inexistência de infra-estruturas básicas apenas vem piorar as condições económicas das comunidades locais, dificultadas ainda mais pela falta de acesso aos bens essenciais.

Estes aspectos económicos pessoais prejudicam o sector turístico pelo desvio de preocupações para com o sector. É dever dos órgãos autárquicos promover estímulos fiscais em benefício de investimentos dos elementos da comunidade.

O sector empresarial já demonstra preocupações ambientais nas intervenções actuais com pensamentos em investimentos futuros. Porém, é essencial transmitir às comunidades da necessidade na inclusão da vertente ambiental nas suas perspectivas futuras de vida.

Outras carências são referenciadas nos P.A.M.'s, relacionando-se com a inexistência de um programa de apoio ao turismo rural. Este programa é de extrema necessidade pela urgência da sua implementação.

A necessidade de encorajar a animação cultural é urgente. A “Noite Cabo-verdiana” é investimento natural a longo prazo.

7.7 – Potencialidades face a investimentos.

“Hoje pode-se dizer que Santo Antão tem um grande potencial turístico que carece de infra estruturas compatíveis para um bom serviço. A Ilha oferece uma riqueza paisagística

atractiva com um jogo de contraste entre o verde e a paisagem lunar, as praias balneários e a natureza das montanhas” (Plano Ambiental Municipal, Porto Novo, p. 16).

A qualidade do ambiente, a riqueza do património gastronómico, edificado e cultural e a disponibilidade de áreas de lazer (turismo de montanha, turismo de aventura e turismo rural) caracterizam a ilha como portadora de potencialidades ímpares na oferta turística. A formação de condutores turísticos (guias), a existência de documentação informativa e o mapeamento em sectores de interesse paisagístico bem como a elaboração de mapas parcelares da ilha poderão contribuir para a visita de sectores específicos a locais estratégicos para seu enriquecimento profissional.

O Plano de Ambiente Municipal de Porto Novo refere o seguinte:

“Muitos são os grupos que não permanecem no concelho por falta de boas condições de acolhimento e não só há falta de um serviço de informação completo para recepção aos turistas como não são desenvolvidas as melhores técnicas de promoção e venda do produto turístico para que os visitantes se sintam satisfeitos.”

Na realidade, os visitantes, na sua grande maioria ou mesmo na sua totalidade, visitam Santo Antão na mira de conhecer a encosta norte, fruto de publicidade no exterior. Por esta razão, o turismo na ilha parece orientado para essa região que já indicia necessidades de controlo nas intervenções para realce das potencialidades locais, bem como uma reforma estrutural do circuito turístico na região Sul, em Porto Novo para desenvolvimento das potencialidades locais (praias de areias pretas, paisagem lunar contrastando com coberto vegetal de rara beleza, montanhas de extrema dureza e espectacularidade e a existência de espécies endémicas), e investimentos em zonas turísticas de índole balnear, onde se tornam possíveis os desportos de pesca submarina, pesca em alto-mar e exploração sub-aquática.

É uma necessidade urgente o investimento no Plano de Ordenamento do Território na vertente Turística por todas as conveniências para o desenvolvimento das comunidades e economia locais.

7.8 Resumo do capítulo.

Detentora de grandes potencialidades, Santo Antão afigura-se como local propício para intervenções no sector do turismo.

As características particulares da ilha conferem-lhe vantagens nas ofertas ligadas ao turismo, pretendendo-se capacitar as classes de maior responsabilidade (políticas e empresariais), das ferramentas necessárias a intervenções sustentáveis no território,

eliminando atitudes agressivas para com as comunidades locais, contribuindo, assim, para a manutenção dos recursos naturais e das características ambientais da ilha.

O crescimento que vem sendo registado na ilha de Santo Antão tem-se reflectido na economia local, contribuindo para um muito tímido progresso económico sem, contudo, beneficiar a generalidade da comunidade local.

A intensa procura, por operadores exteriores, de diferentes utilizações da ilha para fins alternativos para o turismo, sem respostas satisfatórias pelas dificuldades económicas e logísticas, impedem o desenvolvimento turístico que melhor possa satisfazer as comunidades, absorvendo energias desnecessárias em actividades secundárias em lugar da melhoria económica da população em geral.

Pretende-se disponibilizar as ferramentas necessárias para a implementação de políticas de ordenamento territoriais, criando, paralelamente, a consciência generalizada de âmbito ambiental para as comunidades e órgãos do poder local, para a correcta participação no processo de desenvolvimento sustentado da comunidade e região, minimizando agressões ao ambiente e maximizando as potencialidades da ilha pelo desenvolvimento e crescimento consolidado do segmento turístico.



Figura 8 – Mar de Francês, também denominado de Mar de Inglês.

8 - INTERVENÇÃO TURÍSTICA EM SANTO ANTÃO

8.1 – Evolução e situação actual do turismo em Santo Antão.

A introdução do turismo na Ilha do Sal tornou conhecido Cabo Verde como destino turístico, acalentando esperança no desenvolvimento económico das restantes regiões insulares do arquipélago.

Esta ilha, beneficiando das características propensas ao tipo de turismo dos 3 S's (Sun, Sea, Sand) acolheu intervenções turísticas singulares, registando um crescimento do tecido edificado, muitas vezes isentas de referências e contribuindo para uma migração interna sem precedentes nem controlo das entidades locais.

Por sua vez, Santo Antão registava um tímido início no sector, na forma de turismo de habitação, o que induziu o poder local a apoiar as diversas intervenções emergentes e procurando otimizar as potencialidades da região, capacitando a classe empresarial no sentido da consolidação do desenvolvimento turístico.

A contínua melhoria das condições de recepção dos turistas é reconhecido como indispensável, sendo apoiado pelos órgãos do poder local e tornando urgente a necessidade de uma orientação integrada e ordenada, beneficiando a vertente turística.

O recurso a estímulos fiscais incentivou a intervenção privada, suportada por programas de países europeus, entusiasmando a classe empresarial em investimentos que acabaram por conduzir à necessidade da criação de planos de ordenamento territorial e de intervenção turística. A inexistência destes, a nível turístico e a deficiente aplicação dos planos complementares existentes não impediu o crescimento registado no parque hoteleiro, crescimento que se pode definir como estabilizado, mas com fortes tendências para um crescimento que se pode considerar exagerado.

A ilha de Santo Antão, votada a algum ostracismo turístico, assiste ao crescimento do sector sem os devidos benefícios que a permitam integrar esses roteiros beneficiando, contudo, do facto de evitar as agressões ambientais registadas em regiões similares do planeta.

Actualmente, o turismo situa-se num patamar que indicia intenções de desenvolvimento e crescimento a controlar pelos diversos intervenientes, tendendo a consolidar objectivos e preparando os actores para a evolução que se pensa poder vir a ser positiva. Com o turismo em fase de ascensão e a consolidação da consciência dos perigos evitados pela entrada tardia no roteiro, é com ansiedade que os interventores aguardam a implementação de políticas para o sector, na ilha.

Um modelo, definido por Partidário, 1999, como *estereotipado*, pode e deve ser aplicado cuidadosamente em Santo Antão, pelos aspectos positivos já descritos anteriormente. A

vertente *autóctone* é defendida, inserindo esta componente na exploração turística, induzindo à maior participação das comunidades locais. As fragilidades assumidas pelos órgãos políticos reforçam a junção dos dois tipos de intervenção.

O potencial turístico da ilha é uma realidade reconhecida internacionalmente, mas as fragilidades presentes têm impedido intervenções de âmbito sustentado, facto amplamente reconhecido pelas entidades intervenientes.

Segundo os Planos Ambientais Municipais, *“Hoje pode-se dizer que Santo Antão tem um grande potencial turístico que carece de infra estruturas compatíveis para um bom serviço. A Ilha oferece uma riqueza paisagística atractiva com um jogo de contraste entre o verde e a paisagem lunar, as praias balneários e a natureza das montanhas”*. (Fonte: Plano Ambiental Municipal, Porto Novo, 2004).

O art. 14º do Capítulo II referente ao Planeamento de Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado obriga o Instituto Nacional do Turismo à elaboração do Plano de Ordenamento Turístico (P.O.T.). Ao não incluir a ilha de Santo Antão nas participantes das regiões integradas, o P.O.T. para Santo Antão não se concretizará, a menos que a Associação dos Municípios de Santo Antão o elabore em outros termos. O financiamento turístico, dependente da inclusão no INT, inibe o direito aos fundos disponibilizados pelo “Fundo de Desenvolvimento Turístico”, por Santo Antão ser região não integrada em zona turística especial.

Paralelamente às preocupações quanto às capacidades da ilha, traduzidas na elaboração de Planos orientados para o segmento turístico, são as entidades locais que demonstram grandes receios pelos constrangimentos que possam surgir, não só pelos efeitos da externalidade da ilha como pelo conhecimento das dificuldades vividas pelas suas comunidades nos campos social, ambiental e económico.

“A falta de divulgação como destino turístico, a ausência de estímulos para os operadores turísticos privados designadamente a nível de crédito bem assim de outras facilidades potenciadoras”. PAM, Porto Novo, Julho de 2004.

Apesar de todas as indicações e recomendações de âmbito sustentável, a ilha ainda sofre economicamente devido a intervenções agressivas feitas num passado recente, incidindo estas agressões no património construído, interferindo no tecido social e não contribuindo para a implementação de um turismo orientado para a sustentabilidade, factores que contribuem para o equilíbrio da vida económica. A referência, pelas entidades locais, quanto à deficiente aplicação e implementação dos Planos é sintomático do reconhecimento dessas fragilidades sentidas pelos residentes, visitantes, turistas e comunidade empresarial em geral.

A deficiente oferta turística na região Sul encaminha o turista automaticamente para o norte da ilha, para os concelhos de Ribeira Grande e do Paul, pelo que se torna urgente o desenvolvimento de planos regionais para os três concelhos de Santo Antão, tanto no Ordenamento do Território como no Ordenamento Turístico, mantendo-se a qualidade actual da oferta turística dos concelhos Ribeira Grande e Paul. As potencialidades, assim como as fragilidades, encontram-se identificadas no PAM. A implementação dos Planos requer uma acção urgente, para definição de acções a implementar.

Registam-se demasiados apontamentos turísticos negativos (PAM, 2004), mas a exigência pelo comportamento saudável das comunidades locais e dos turistas deve introduzir e manter parâmetros passíveis de continuidade. É urgente intervir de modo a minimizar aspectos negativos, não só pela melhoria do meio ambiente como pela influência da mentalidade do residente (e amenizar a visão crítica do visitante).

O turismo de montanha, o turismo ecológico e as caminhadas (ou marchas) são o que mais visitantes atrai, sendo a parte Norte e Noroeste da ilha (concelhos de Ribeira Grande e Paul) os locais de pernoita mais requisitados e onde o investimento em hotelaria tem mais expressão (Ribeira Grande). A fraca capacidade de acolhimento em Porto Novo (PAM, 2004) aliado à fraca divulgação como destino turístico é uma das razões pela não fixação do turista no concelho e na cidade. A procura da característica da paisagem montanhosa e verdejante, a norte, e a oferta hoteleira mais generosa parece justificar esta escolha.

Para consolidar esta referência, a chegada à ilha de Santo Antão, no cais do Porto Novo, regista alguma desorganização portuária. O próprio Plano Ambiental Municipal de Porto Novo refere: “- *Operações portuárias deficientes*”.

Os alojamentos em Santo Antão devem ser considerados suficientes de acordo com o volume de visitas, embora se registem queixas da parte empresarial. Porém, o controlo da capacidade de carga deve sobrepor-se ao aumento do número de camas, sugerindo-se o escalonamento temporal das visitas turísticas.

O mapa seguinte indica a situação actual quanto a deslocações de maior registo. As fragilidades no concelho de Porto Novo, no sul da ilha, estão bem patentes pela representação da grande seta, a verde, indicando a ligação Porto Novo – Ribeira Grande e as deslocações seguintes.



Figura 9 - Santo Antão e os aglomerados mais importantes.

A chegada à ilha, por via marítima, é na cidade de Porto Novo, seguindo-se a distribuição pelos destinos escolhidos, normalmente os concelhos situados a Norte. Até 2004 era utilizada a via aérea com destino ao aeródromo da Ponta do Sol, encontrando-se inactivo desde então.

O perfil da visita a Santo Antão é indicada pela importância das setas na figura acima representada, cuja escolha já se encontra pré-definida, na ausência de informação mais completa, anotando-se a viagem mais comum, seguindo a grande seta verde, direcção Porto Novo a Ribeira Grande. A proposta é utilizar com mais frequência os percursos a Poente e Sudoeste da ilha, lugares de paisagens de montanha e de ligação com o mar.

As visitas turísticas à ilha são, normalmente, efectuadas no dia seguinte à da chegada, consistindo nas caminhadas e marchas e no fortalecimento do turismo de habitação, sendo complementadas pelas viagens aos pontos mais notáveis da ilha.

As deslocações indicadas no mapa anterior são fruto da escolha usual do visitante, devido, sobretudo à deficiência no ordenamento turístico e à falta de apoios e incentivos para uma intervenção nas restantes zonas.

8.2 – Regiões potencialmente turísticas;

“Vai-se subindo a serra, muitas vezes penosamente, os próprios carros como que resfolegam à beira do estertor (...).” (Almeida, G., Cabo Verde, Viagem pela história das ilhas, p.201)

Alguém escreveu, em 1840: *“A ilha de Santo Antão é excessivamente montanhosa e d’um aspecto horroroso, principalmente para quem está fundeado. Parece uma massa informe de rochedos a desabar sobre a embarcação ...”*

A ilha divide-se em três concelhos:

O concelho da Ribeira Grande, local mais procurado pelo turismo pela oferta variada em termos paisagísticos, hoteleiros, gastronómicos e de comércio local.

O concelho do Paul, detentor de terra verde e fértil, embora de visita breve, devido à parca oferta turística. Prevê-se um grande desenvolvimento após a ligação por túnel a Porto Novo, podendo tornar-se como a localidade receptora do turista nos concelhos da costa norte.

O concelho do Porto Novo, ponto de chegada e partida, lugar de vistas panorâmicas, parco coberto vegetal, praias de areia preta e afloramentos rochosos agrestes.

8.3 – Quadro legislativo.

8.3.1 – A Legislação para o sector turístico.

Na implementação de políticas territoriais os planos e organismos devidamente conectados com a gestão do uso do solo são apresentados no quadro seguinte, ressaltando-se os que se mostram ligados ao sector do turismo:

8.3.2 – Resumo dos Planos em vigor.

Planos elaborados pela Administração Central, a decorrer (2007).

A Gestão Territorial e Urbanística é considerada como ferramenta indispensável para o controlo na gestão do uso do solo. Munindo-se de leis necessárias à implementação de normas legais para desenvolvimento de recursos financeiros, tem sido bastante debatida pelos eleitos municipais de Cabo Verde.

Quadro 1

Planos e políticas	Finalidade e conteúdo:
Gestão territorial e urbanística	Ferramenta indispensável à gestão do uso do solo tem a gestão entregue a uma entidade, PROMEX,
Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental	Figura legal de regulamentação, responsável pelos mecanismos legais indispensáveis para a aprovação de investimento nos municípios.
Instituto Nacional do Turismo	Criado com a finalidade de elaboração, execução e aprovação de planos de ordenamento turístico.
Plano de Ordenamento Turístico.	Existe a figura legal e intenção de implementação. Está sob a alçada do Instituto Nacional do Turismo.
Regime jurídico das Zonas Turísticas Especiais	Estabelece zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo,
Fundo de Desenvolvimento Turístico	Fundo criado para apoio às zonas pertencentes às ZDTI's. Às regiões não pertencentes não são concedidos apoios financeiros neste âmbito.
ZDTI – Zona Turística do Turismo Integrado ZRPT – Zona de Reserva e Protecção Turística.	Criadas pelo governo Central, são zonas controladas pelo Instituto Nacional do Turismo e pelo Governo Central.
Plano de Acção para o Ambiente;	Planos criados com a finalidade de contribuição pelo bom ambiente na ilha
II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão	Desenvolvido para o quadriénio 98/2001 para os municípios da ilha de Santo Antão
Regulamento Geral de Construção e Habitação Urbana	Ex-RGEU, regulamento base para os projectos de construção de edifícios.
Programas Nacionais de Luta	Desertificação, pobreza e doenças (SIDA)

– Resumo dos planos em vigor. (Fonte: Colectânea de Legislação Municipal Caboverdiana)

“*Motivo de discórdia entre governo e Municípios (...)*”, a gestão foi entregue à entidade Promex (ex-Inatur), com competências de gestão e administração do solo, bem como a elaboração de Planos de Ordenamento Turístico.

Porém, a não implementação de regulamentação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental tem vindo a refrear os mecanismos legais que possibilitem investimentos estatais nos municípios, interferindo directamente no desenvolvimento das regiões. Ademais, esta Lei de Bases já necessita ser reformulada (Colectânea de Legislação Municipal Caboverdiana, p. 531), contribuindo negativamente para o desenvolvimento.

Apesar destes entraves, é notório o esforço da parte das autarquias na elaboração de Planos Directores Municipais e Planos de Desenvolvimento Urbano, na procura de orientação para resolução de problemas no concelho.

O Plano de Ordenamento Turístico:

Existe a intenção e a figura legal mas a dependência da sua execução desde o Instituto Nacional do Turismo, organismo responsável pela sua elaboração, impede o desenvolvimento do plano, enquanto esta entidade não actuar. O Governo remete para o I.N.T. (Instituto Nacional do Turismo) a responsabilidade pela criação de Zonas Turísticas Especiais, incumbindo ao Instituto o controlo do Fundo de Desenvolvimento Turístico. Sendo este fundo destinado apenas às zonas eleitas, esta atitude reflecte-se na economia das regiões não incluídas.

Regime Jurídico das Zonas Turísticas Especiais.

A introdução deste regime jurídico permitiu a criação de dois tipos de Zonas turísticas especiais: as Z.D.T.I., e as Z.R.P.T.

As ZDTI, Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral, que contemplam Santiago, S. Vicente, Sal e Boavista. As ZRPT, contemplam as zonas contíguas ou vizinhas daqueles. Santo Antão, ao não fazer parte da ZDTI, fica impossibilitado de integrar a ZRPT e de concorrer para o fundo de desenvolvimento turístico. Os municípios de Santo Antão, na procura de alcançar objectivos definidos para um turismo melhor, podem tentar torneir este impedimento, pela promoção de acções “in situ”, aguardando, o possível, por nova definição de regiões Turísticas.

Os programas de luta contra a desertificação, contra a pobreza e contra a doença do HIV/SIDA, são programas que se apresentam com urgência pelas repercussões sociais, condicionando o desenvolvimento do turismo, sustentável, das comunidades e da região.

A intervenção que se pretende efectuar na ilha de Santo Antão deve abranger o aspecto sustentável do turismo. Porém, sem um organismo de controlo da parte do Estado nas

políticas de uso do solo, pode-se cair num projecto sem continuidade pelas falhas a nível de incentivos oficiais, no que a vontade dos políticos locais se afigura insuficiente para o desenvolvimento do turismo.

A menção das “Ilhas de Noroeste” e a sua inclusão no presente estudo pretende englobar num mesmo grupo as três ilhas, Santo Antão, S. Vicente e S. Nicolau, detentoras de grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo, ainda não descodificadas. A criação do grupo veio demonstrar a visão futurista da classe política e social local, necessitando, contudo, dos apoios sempre necessários a nível financeiro, estrutural e científico para o crescimento e consolidação.

De referir que apenas uma ZDTI se encontra definida no país, em Santiago, dificultando o desenvolvimento de políticas de implementação das restantes por razões logísticas.

Em conclusão, os investimentos controlados pela Administração Central devem iniciar-se de modo sustentado, de modo a se evitarem gastos desnecessários nos esforços efectuados. A definição das zonas de investimento turístico é disso prova, mas ... a indefinição de zonas que se sabe de grandes potencialidades, atrasando o seu desenvolvimento, pode conduzir a perdas irreparáveis e difíceis de recuperar (Santo Antão e S. Nicolau).

Foram referidos planos paralelos (Plano Director Municipal e Plano de Desenvolvimento Urbano) como necessários para implementação das intenções referidas no âmbito da sustentabilidade. Estes planos tornam-se necessários pela contribuição fornecida às soluções na ocupação do uso do solo, pois parte-se de uma base que, controlando o planeamento urbano e as regras da boa construção do campo habitacional, consegue-se minimizar, a montante, as intervenções que o segmento turístico vai necessitar.

8.4 – Áreas Estruturantes para um Turismo Sustentável.

As perspectivas pretendidas para o turismo local são objecto de discursos e de resoluções da parte de intervenientes da região definida pelas “Ilhas de Noroeste”, Santo Antão, S. Vicente e S. Nicolau, representados por operadores turísticos, poder local, empresários e comunidade local.

O turismo, a nível de consequências para a comunidade local registadas na ilha do Sal está patente nas preocupações de vários sectores das comunidades de Cabo Verde, com especial ênfase nas de Santo Antão, com objectivos claros em evitar a sua repetição, facto de fácil resolução.

A fragilidade registada na execução dos planos pelos órgãos do poder local, a dependência económico-financeira e a venda de terrenos conduziu o território do Sal a uma dependência de investimentos do exterior. Não se verificando o perigo pela posse do solo, Santo Antão

deve poder continuar a zelar pela defesa do património edificado, do património natural e pela inserção da sua comunidade no desenvolvimento de actividades contributivas para o crescimento económico e saudável do turismo

8.4.1 - Ordenamento Turístico.

O turismo é prejudicado pela ausência de uma aplicação correcta, planeada e objectiva de um Plano de Ordenamento. A inserção do turismo tem-se manifestado como “autodidacta”, em que as intervenções e as responsabilidades recaem nos intervenientes, tanto no investimento e proposta como no ressarcir económico.

A preocupação sobre os aspectos ambientais é aceite como essencial para o bom desenvolvimento turístico, mas a orientação política é indispensável para o bom funcionamento do sector, pelos apoios e responsabilidades a todos os intervenientes.

As características e os aspectos a desenvolver nos municípios da ilha e no âmbito da intervenções de índole ambiental encontram-se referidos pelas entidades municipais, como o “II Plano de Desenvolvimento de Santo Antão – PDSA, 1998-2001” e o “Plano de Acção para o Ambiente” identificando a urgência de intervenções ligadas às necessidades da população, condicionando o sucesso da intervenção sustentável de cariz turístico. As zonas de intervenção existentes estão catalogadas, aguardando a definição política regulamentar (Plano de Ordenamento Turístico), a cargo do Instituto Nacional do Turismo.

8.4.2 - Saneamento Básico.

O tratamento do problema de saneamento básico encontra-se intimamente ligado ao turismo pela melhoria da qualidade de vida disponibilizada à comunidade e, por arrastamento, aos visitantes. Os Planos de Ambiente Municipais referem o saneamento como um dos pontos fracos dos municípios, com principal incidência na cidade de Porto Novo, muito carente a nível de serviços de saneamento e turísticos.

Em termos de serviço pró turismo, o saneamento básico deve beneficiar de uma intervenção mais consistente, de modo a evitar as agressões ambientais que possam induzir à fraca qualidade de vida e a consequente má imagem turística.

8.4.3 - Acessibilidades.

As acessibilidades em Santo Antão diferem consoante a região, com predominância de estradas e caminhos sinuosos na generalidade da ilha.

Desde o início da construção das vias de comunicação em Santo Antão que estas são efectuadas à base de assentamento de paralelepípedos de pedra, solução que se enquadra perfeitamente na disponibilidade dos recursos regionais, na constante queda de pedras das encostas e aluimento de terras, possibilitando que a manutenção empregue pessoal residente beneficiando a mão-de-obra local.

Tecnicamente, as acessibilidades são motivo de grandes preocupações para as autoridades devido ao atrás referido. Turisticamente, essas acessibilidades são motivo de atracção, promovendo a apreciação da paisagem e a possibilidade de vivência de um percurso de aventura digna de registo.

A existência de imensos pequenos povoados em zonas de montanha ainda não servidos de estradas municipais obriga ao acesso por vias pedonais e caminhos vicinais, que poderão ser utilizados pelo turismo de aventura.

Contrastando com a comodidade exigida pelos novos turistas, é de todo indicado o tipo de construção à base da pedra em paralelepípedo e colocada “in situ”, permitindo, deste modo, a infiltração das águas pluviais. Contudo a presença cada vez mais frequente de turistas e a necessidade em facilitar deslocações, tem orientado os políticos locais no sentido errado de pavimentação das vias com material betuminoso, perigando a absorção da água das chuvas. (*In “O Sistema de Acessibilidades e o Ordenamento do Território”. Vias de comunicação, Mendes, F., 1994*)



Figura 10 - Aspecto cuidado de uma estrada de montanha de Santo Antão

8.4.4 - O Espaço Público.

Apesar da sua orografia, Santo Antão apresenta, todavia, zonas à beira-mar incentivando os passeios pedonais. Nas figuras seguintes podem-se ver dois tipos contrastantes de paisagem propícios a percursos pedonais. A figura da esquerda é mais indicada para

caminhada, sendo a da figura do lado direito indicada para ciclovia marginal, a construir ao longo das praias.

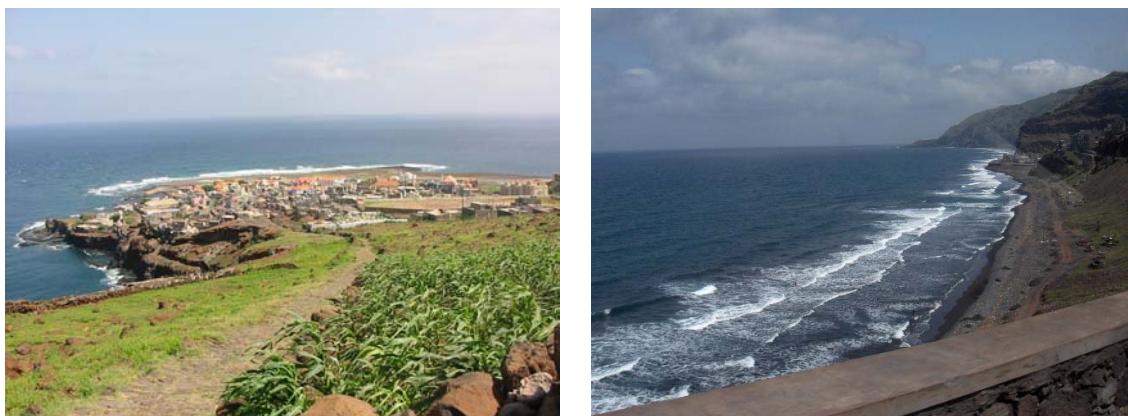


Figura 11 – Caminho pedonal para Ponta do Sol e praia de areia preta.

A construção da via marginal, em ciclovia, parece adaptar-se à natureza, permitindo desfrutar das disponibilidades dos lugares à beira-mar.

Na zona Sul, e perante uma encosta pouco montanhosa, convidativa ao percurso em bicicleta e outros meios afins, propõe-se o investimento em ciclo-vias que possam permitir o usufruto da paisagem mar/montanha, ponteados de espaços de apoio, de miradouro e de lazer. A longa faixa marítima alternando zonas de praia com pequenas falésias de fácil acesso apresenta potencialidades de intervenção em termos de edificação controlada, que poderá ser bem sucedida.

Sendo as restantes encostas possuidoras de formações rochosas agrestes, o percurso pedonal é possível quando coadjuvado com percursos de turismo de aventura e de montanha. A existência de apoios ao transeunte ao longo do percurso é uma possibilidade dos residentes poderem participar no apoio ao turismo.

Os caminhos ao longo das encostas rochosas à beira-mar poderão ser melhorados (fig. 12). A título de exemplo, o concelho de Ribeira Grande apresenta inúmeros caminhos nas encostas escarpadas contíguas à linha de costa, bastante utilizadas num passado recente, necessitando de melhoramentos. Ainda nos concelhos de Paul e Ribeira Grande é patente a grande potencialidade das vias marginais, pouco necessitando de grandes investimentos em virtude de frequente utilização pela população e dos cuidados de que as mesmas beneficiam.

8.4.5 - A Cultura santantonense.

Sujeita ao longo dos séculos a uma miscelânea a que nem os judeus aqui residentes lograram resistir, o povo de Santo Antão desenvolveu, graças a um isolamento forçado pela agrura do seu relevo, aspectos ímpares na cultura.

Já não mencionando a vontade de bem receber o visitante, facto conhecido pela “morabeza”, o natural de Santo Antão quer vincar a sua simpatia, reflectida na vontade em agradar.



Figura 12 – Vista do aglomerado de Fontainhas, na costa Norte, notando-se o declive acentuado.

Numa mistura feliz entre povos e raças muito diferenciadas, também a cultura disso beneficiou, tirando partido da capacidade em filtrar o que de melhor poderia servir a uma causa peculiar. Assim nasceu a língua de Santo Antão e, também, tudo o que iria identificar o indígena, como as danças, as crenças, os valores e as *“técnicas com que se relaciona com o ambiente”* (Guia turístico de Santo Antão).

A aguardente de cana-de-açúcar é cabeça de cartaz do produto identificativo da ilha, conhecido como “grogue”, aliado ao Pontche (grogue adicionado de mel), ao mel, ao queijo de cabra e outros.

A música e as danças tradicionais estão sempre presentes nas festas, sendo as romarias e procissões motivo indispensável para as grandes reuniões populares, já que o povo sente a religião de modo muito intenso.

8.5 – Análise SWOT para os concelhos de Santo Antão.

A análise SWOT que se pretende efectuar para os concelhos de Santo Antão baseia-se nas indicações emanadas nos Planos Municipais de Ambiente de cada concelho, partindo-se,

então, para a procura de soluções que se coadunem com o território físico, com o modo de vida das comunidades e com as perspectivas futuras dos residentes.

8.5.1 – Análise de Potencialidades e Fragilidades

O quadro seguinte permite a leitura dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, isto é, na análise SWOT, decorrentes da situação actual do território face à existência ou não de apostas no investimento no sector do turismo da ilha, baseando-se em informação constante nos Planos Ambientais Municipais dos concelhos de Santo Antão.

Na análise incluem-se não só referências a elementos ligados ao sector do turismo como também a sectores que possam influenciar directa ou indirectamente o bom desenvolvimento da qualidade de vida das comunidades.

– Análise SWOT, Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (PAM, 2004)

Quadro 2

ANÁLISE SWOT PARA O TURISMO EM SANTO ANTÃO

Potencialidades, Forças	Fragilidades, Fraquezas	Prioridades / Oportunidades	Ameaças
Grande valor científico da composição do terreno	Não inserção da ilha na Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado	Vários modelos de turismo, entre os quais se destaca o Turismo Científico	Sub-dimensionamento das infra-estruturas, incluindo as turísticas. (existe actualmente)
Recursos paisagísticos imponentes, exuberância de formações geológicas	Recursos hídricos superficiais e exploração dos recursos subterrâneos	Implementação dos estudos realizados para definição de linhas de orientação estratégica	Sobre dimensionamento das infra-estruturas, incluindo as turísticas.
Grande vontade para a boa resolução dos problemas actuais.	Inexistência de um Plano de Ordenamento e Ocupação da Orla Costeira	Incentivo ao desenvolvimento de actividades culturais	Financiamento indefinido
A cultura tradicional - Teatro, música, tradições orais, danças e festas de romaria	Inexistência de uma política orientada para o aproveitamento dos recursos paisagísticos	Conservação e valorização da biodiversidade, nomeadamente espécies endémicas e em vias de extinção	Falta de implementação dos planos pode comprometer a biodiversidade e o esforço ambiental.
Biodiversidade muito rica no Parque Natural da Cova, concelho do Paul	Fragilidades nas acções em investigação florestal e de protecção das florestas	Promoção das potencialidades culturais inventariadas	Aumento de visitantes na época alta (Verão), comprometendo a capacidade de carga

Potencialidades, Forças	Fragilidades, Fraquezas	Prioridades / Oportunidades	Ameaças
O homem cabo-verdiano e a Morabeza	Inexistência de um Plano para o Turismo	Construção de infra-estruturas culturais	Degradação ambiental
Orla marítima a sul muito extensa, com praia de areia preta.	Dificuldades na aplicação de Planos pelo poder local	Investimento nas áreas disponibilizadas para hotelaria e Restauração.	Aculturação da comunidade.
Paisagem de montanha de rara beleza	Falta de uma estratégia de promoção e produção cultural	Grande potencial agrícola – frutícola; pecuária e piscícola.	Financiamento indefinido
Orografia de montanha	Situação de extrema pobreza da população	Implementação do turismo científico	Pastorícia sem um controlo eficiente
Riqueza do património cultural e construído	Práticas agrícolas inadequadas nas encostas declivosas	Criação de actividades geradoras de rendimento	Fraco poder decisório dos elementos da população local
Grandes áreas de lazer em ambientes paisagísticos distintos	Conhecimento dos recursos naturais e da biodiversidade muito limitados	Aproveitamento das condições climáticas para atracção turística – Verão anual contínuo.	Atitude defensiva do turista face ao comportamento registado à chegada.
Fauna importante em espécies endémicas (aves e répteis)	Ausência de Plano de Ordenamento do território	Grande capacidade energética como meio de redução no consumo de electricidade	Aculturação da população pela fragilidade no acesso às referências locais.
Caminhos vicinais totalmente identificados	Falta de controlo, na aplicação das leis de protecção à biodiversidade	Proximidade de: Centros Urbanos, Centros de Saúde, Comércio diverso	Dificuldades na gestão integrada das actividades.
Grande diversidade da morfologia do terreno, permitindo a exploração de variados tipos de turismo (praia, montanha)	As fragilidades registadas na ilha devem-se à ausência de Planos e à nula aplicabilidade dos que existem	Proximidade do litoral e da costa marítima rica em pesca e desportos sub-aquáticos.	Falta de sensibilização e de reconhecimento público do valor da região
Sistema hidrográfico e agro-ecológico enriquecedor da paisagem	Falta de um programa de conservação dos solos e água e ordenamento de bacias hidrográficas	Aproveitamento do potencial paisagístico através de acções ligadas a área do turismo	

Potencialidades, Forças	Fragilidades, Fraquezas	Prioridades / Oportunidades	Ameaças
Acessibilidades de nível razoável	Falta de um estratégia de aproveitamento dos recursos naturais	Investimento nos recursos geológicos – pozolanas, barro, areia, jorra.	
Gastronomia das melhores do país	Inexistência de uma Carta de vocação de solos e respectiva lei de utilização		
Altas taxas de plantas endémicas no Parque Natural, bem como em regiões próximas.	Fraca consciência e sensibilidade ambiental e ecológica da população.		
Originalidade na fabricação da aguardente.	Grande assoreamento nos vales		
	Má qualidade da água potável		
	Erosão crescente na generalidade das zonas montanhosas		
	Proliferação de resíduos urbanos (P. Novo)		

8.5.2 – Resumo da análise do quadro SWOT.

O presente quadro expõe a situação actual do turismo, as necessidades, as fraquezas, as prioridades e as ansiedades descritas pelos elementos do poder local, no intuito da boa utilização do turismo a fim de melhorar as contribuições para um crescimento controlado do sector turístico, para o uso regrado dos recursos naturais disponibilizados e para um desenvolvimento das comunidades locais.

A maior ameaça parece ser, com toda a certeza, a não inclusão da ilha ou de parte da mesma nos planos de desenvolvimento turístico, impedindo, assim, o acesso a uma fatia do financiamento disponibilizado para o crescimento apoiado do turismo, facto que não impede o continuo esforço dos elementos das comunidades locais para o desenvolvimento da sua região.

Também se registam as fragilidades decorrentes da inexistência de planos de ordenamento, mormente nos campos referentes à ocupação da orla costeira, do próprio ordenamento do

território, de um plano para o turismo (pela não inclusão nas Zonas Turísticas Especiais), na falta de estratégias orientadas para a investigação florestal, manutenção de recursos naturais ou, ainda, na falta de aplicação de leis.

São fragilidades que, pelo seu significado, contribuem largamente para o realçar de ameaças e de oportunidades adiadas!

Todavia, realce-se a grande prioridade que é patente na luta contra a doença, a pobreza e a educação ambiental, factores que, a não ser observados nem apreendidos, poderão contribuir negativamente para a implementação de qualquer Estudo ou Plano para o território ou para o desenvolvimento sustentável da sociedade local, quer ao nível de vida comum, quer ao nível do processo turístico.

8.5.3 – Resumo do capítulo:

De acordo com os parâmetros da análise SWOT, as potencialidades que mais ressaltam são os recursos paisagísticos, a grande vontade manifestada pela resolução dos problemas, a riqueza do património cultural e construído e a morabeza do homem cabo-verdiano.

Das fragilidades há a realçar a não inclusão da ilha nas ZDTI, apesar de vizinha de S. Vicente, estar considerada como ZDTI. A frágil implementação de políticas no âmbito do turismo, do ordenamento do território, da ocupação e ordenamento da orla costeira, aliadas à situação de extrema pobreza de grande parte da população contribui, também, para a perda de competitividade na exploração Turístico-Sustentável da ilha.

Embora cientes das potencialidades e das fragilidades da ilha, as entidades locais tentam constituir uma aliança local com as ilhas mais vizinhas, S. Vicente e S. Nicolau, tendo criado o grupo das “Ilhas de Noroeste”. Esta união poderá atenuar as fragilidades derivadas da situação insular, reforçando o comércio local e a oportunidade de inserção das populações no desenvolvimento económico, social e ambiental da região, bem como contribuir para a defesa dos recursos naturais.

A invasão turística pode contribuir para o fenómeno da aculturação das comunidades locais, com a perda de identidade e referências e acentuar a vulnerabilidade dessa comunidade. Posto isto, é necessário apostar na educação e cultura dos residentes, na sensibilização para os problemas locais, inseri-los no circuito do turismo, amenizar as agressões sobre infra-estruturas, respeitando a capacidade de carga do meio.

Do trabalho de análise efectuado é possível reconhecer o esforço dos órgãos do poder local, da classe empresarial e de uma parte da comunidade pela consciência das necessidades da ilha e melhoria nas condições gerais, não só na vivência diária como laborais, turísticas e políticas.

9 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA UM ORDENAMENTO TURÍSTICO-SUSTENTÁVEL, PARA SANTO ANTÃO.

Com a proposta que se apresenta, pretende-se possibilitar a diversificação dos destinos, através de novas deslocações por novas paragens e destinos da ilha, em alternativa ao tradicional percurso Sul-Norte. Apesar da região Norte possuir grandes capacidades de oferta turística, as restantes regiões permitem e possibilitam desfrutar do turismo de Repouso, Paisagem e Tradições (turismo dos 3 L's, pág. 29).

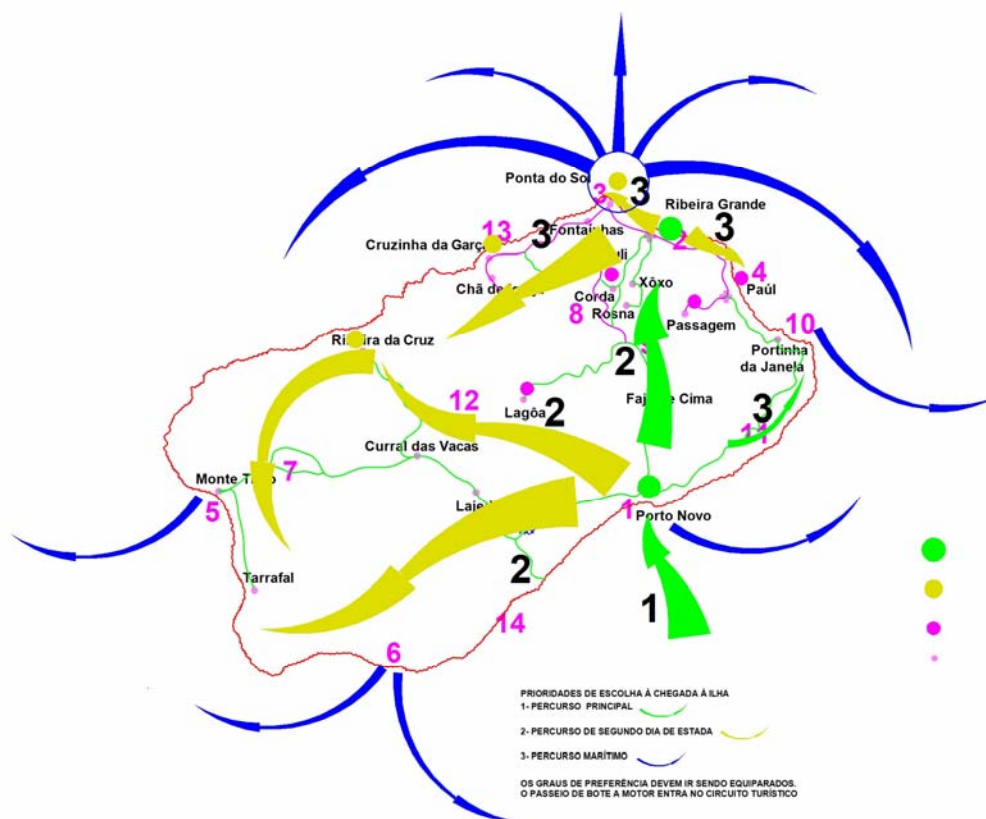


Figura 13 - Santo Antão: proposta de uso dos destinos turísticos.

Os números 1, 2 e 3, a preto, indicam níveis de prioridade na visita à ilha, a partir da chegada

A paisagem, enquanto produto mais procurado pode, através do passeio de barco ser motivo de apreciação da ilha a partir do mar. Os marinheiros dos primeiros barcos espanhóis que aportaram Santo Antão deixaram registos da impressão causada a quem se encontrava ao largo – “A ilha de Santo Antão é excessivamente montanhosa e d’um aspecto horroroso, principalmente para quem se encontra fundeado! Parece uma massa informe de rochedos a desabar sobre a embarcação!” (Oliveira, G. – Viagem pela história das ilhas, Editora Caminho, 2002, p. 197)

A possibilidade da instalação de um aeroporto a Sudoeste de Porto Novo contribuirá para o crescimento económico não só dessas regiões como nas restantes servidas por caminhos frágeis e pedonais. É uma decisão que abreviará as comunicações entre as ilhas vizinhas, mas a viagem de ligação por via marítima deve ser mantida pela sua originalidade e pelo contacto com aspectos singulares da travessia.

A análise SWOT efectuada permitiu identificar necessidades para o sector do turismo em Santo Antão, bem como expectativas no sentido de melhor potenciar os recursos naturais para um correcto desenvolvimento da região.

A proposta desenvolvida pretende evidenciar as acções de ordenamento turístico, de modo a rentabilizar investimentos no território, orientando os interventores, sejam autoridades, empresários ou comunidade em geral, para a intervenção respeitadora do uso dos recursos naturais.

No sentido de desenvolver o turismo, deve ser promovida uma política integrada de ordenamento do território, tendo, por base o sector do turismo e do ambiente, das comunidades residentes e dos recursos naturais. A optimização destes parâmetros passa pela monitorização nos diversos sectores, acautelando-se as épocas de elevada concentração populacional.

A Proposta apresenta-se estruturada de acordo com os seguintes parâmetros:

- Objectivos;
- Formas de Implementação.

9.1 - Objectivos:

9.1.1 – Políticas a implementar;

- Política de turismo sustentável.
- Providências pela inserção em Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado;
- Elaboração de Plano de Ordenamento para um Turismo Sustentável;
- Elaboração de Plano de Ordenamento e Ocupação da Orla Costeira (POOOC).
- Política de Apoio e incentivo fiscal a micro-empresas ligadas ao sector turístico;

- Política de renovação habitacional no âmbito de participação das comunidades locais no turismo de habitação e rural;
- Política de minimização dos constrangimentos ligados ao sector de infra-estruturas da região;
- Investimento na educação e sensibilização ambiental da população;

9.1.2 – Intervenções sócio-económicas;

- Apoio para uma distribuição uniforme do turismo atendendo à dispersão da actividade ao longo do ano;
- Incentivos fiscais para investimento na área de formação Técnico-profissional para a actividade turística;
- Sensibilização ambiental da classe empresarial tendo em conta a influência que tem na imagem transmitida ao turista e ao residente;
- Reforço da interligação entre a classe empresarial, a classe dos pequenos interventores (turismo de habitação) e a Agência oficial para o turismo.

9.1.3 – Gestão e Protecção dos recursos;

- Educação e sensibilização no âmbito da defesa do ambiente a toda a sociedade civil local;
- Investimento e apoio ao turismo rural e de habitação, à escala de micro-empresas;
- Manutenção de boas condições das vias de circulação do interior da ilha.

9.1.4 – Avaliação e controlo permanentes.

- Apoios logísticos às micro-empresas;
- Inserção das Micro-empresas no circuito económico local, em comunhão com unidades hoteleiras, restaurantes, particulares, e outros;
- Apoio à reconstrução, remodelação, restauro e equipagem das construções habitacionais do interior, integradas ou não em paisagem a proteger.

Síntese da Proposta com a esquematização dos parâmetros “Objectivos” e “Formas de Implementação” referidos nos parágrafos 9.1 e 9.2.

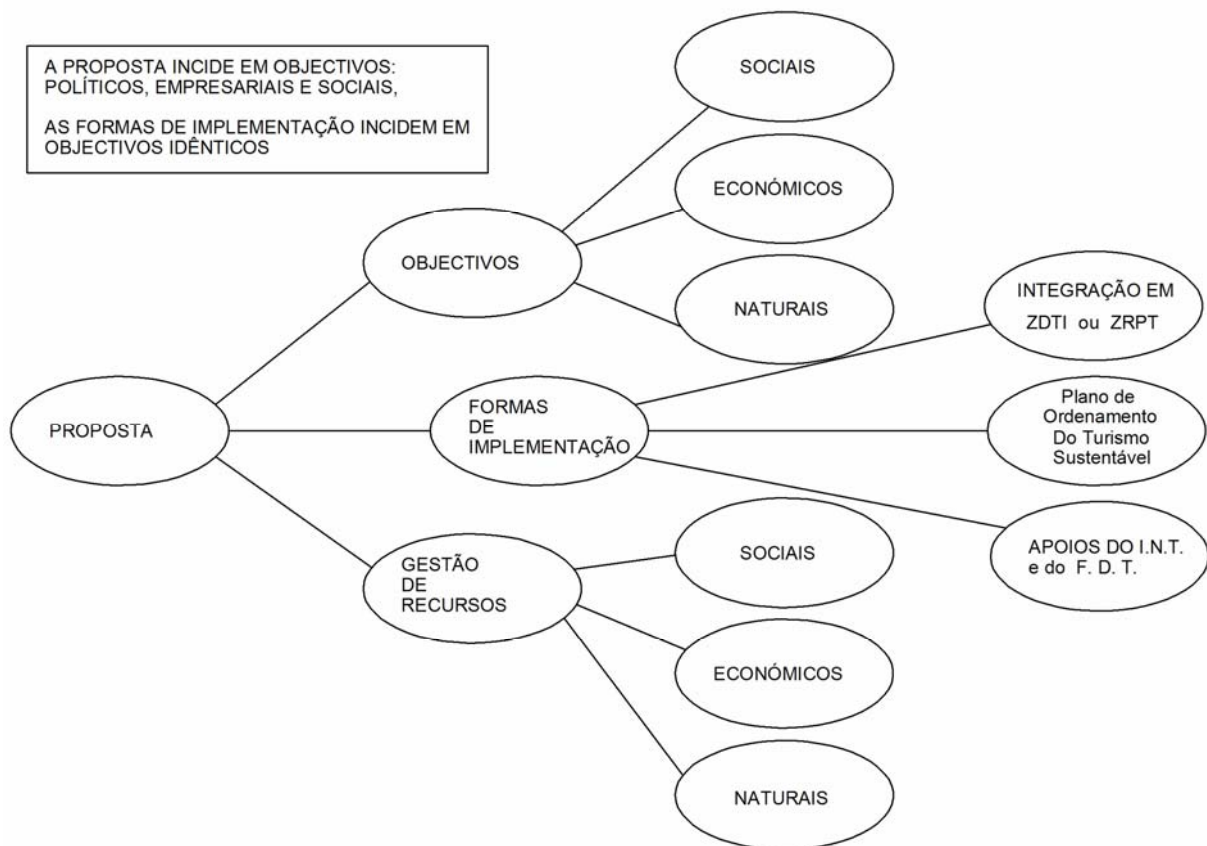


Figura 14 - Síntese da Proposta.

9.2 - Formas de Implementação:

Em Cabo Verde muitos municípios têm-se insurgido contra a definição, pelo Instituto Nacional do Turismo, das zonas indicadas como as mais propensas ao desenvolvimento do turismo. Estas são apenas cinco (ilhas), Santiago, Maio, Boavista, Sal e S. Vicente, a que pertencem, inclusive, as zonas definidas como sendo de reserva. Apesar da existência de grandes potencialidades em ilhas não incluídas (p.ex. Santo Antão e S. Nicolau), os dinheiros do Fundo do Desenvolvimento do Turismo apenas são atribuídos às regiões incluídas nas zonas definidas. Como tal, apenas as zonas incluídas beneficiam de ajudas ao sector, pela prioridade na atribuição de fundos económicos, relegando para um plano secundário todas as restantes.

Santo Antão apresenta-se com o potencial turístico já referido, necessitando de implementação das intervenções propostas e de outras não mencionadas no presente estudo pelo contributo que possam emprestar ao desenvolvimento local.

Neste sentido, considera-se de realçar o conteúdo da proposta ponto a ponto.

9.2.1 - Implementação do turismo sustentável:

Em referência aos objectivos traçados, a implementação do turismo sustentável surge em primeiro lugar. Esta posição encontra-se intimamente ligada ao objectivo desta tese pela implementação do crescimento sustentável, sem o qual o aumento qualitativo no sector se poderá manter sem alterações positivas. A implementação num quadro de sustentabilidade deverá orientar o sector para uma ocupação distribuída ao longo de todo o ano, amenizando as agressões sobre os recursos locais, contribuindo para uma participação da população não sazonal e pontual e permitindo a renovação dos recursos naturais pelo controlo das várias capacidades de carga da região (infraestruturais, materiais, sociais, entre outras.).

Um eventual menor número de visitantes, ou uma melhor distribuição temporal, atenuará o esforço na utilização das infra-estruturas locais, permitindo melhor atendimento, melhor prestação de serviços, melhor apoio do comércio e, por inerência, maior qualidade de tempos de lazer, de vida e de trabalho, dos residentes e dos visitantes.

A distribuição dos fluxos turísticos deve ser atentamente analisada, determinando-se épocas desfasadas para visitas turísticas, com ofertas específicas em cada estação do ano. Os picos de utilização registados e o sequente consumo desregrado dos recursos naturais comprometem o desenvolvimento da região, prejudicando o convívio turista/residente e o desenvolvimento sustentável do sector.

O Centro de Apoio Turístico apenas interfere de modo bastante ténue (informação sobre unidades existentes) e pouco mais. A existência de uma Agência mais dinâmica que apoie o visitante na sua viagem e estadia amenizará as dificuldades que hoje se apresentam ao turista.

O possibilitar do aumento do tempo de permanência proporcionará uma visita com outra qualidade, bem como a diversificação dos locais de dormida, reforçando-se o turismo de habitação, o que poderá proporcionar um convívio inter-cultural. O apoio na melhoria das condições locais oferecidas é imprescindível - a morabeza trata do resto.

9.2.2 - Inserção em Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

O Plano de Ordenamento Turístico-Sustentável é uma necessidade urgente, contribuindo tanto na manutenção dos recursos naturais como na melhoria das condições locais de qualidade de vida, permitindo a participação saudável aos membros da comunidade local.

Porém, sem a integração da região numa Zona Turística reconhecida oficialmente (ZDTI), dificilmente o acesso a fundos financeiros de apoio ao Turismo será acessível, comprometendo a continuidade do processo sustentável.

O interesse nacional encontra-se inserido nas preocupações do Governo e é nesta óptica que o governo terá definido as zonas turísticas especiais. Sem intenção de se sobrepor às questões definidas pelo Poder Central, a inserção destas regiões numa Zona Turística poderia implementar o acesso a apoios exteriores sem interferir com a política nacional, evitando-se a marginalidade de decisões turísticas e beneficiando, ainda, outras regiões vizinhas.

9.2.3 - Implementação de Plano de Ordenamento para um Turismo Sustentável;

O Plano de Ordenamento Turístico de âmbito sustentável, complementado com o Plano de Ordenamento do Território, contribui para a boa qualidade do Ordenamento Territorial, do turismo e da sustentabilidade, pela interacção entre eles.

Os zonamentos propostos para a ilha, constantes do Mapa VIII-3, deverão ser complementados com Planos de Ordenamento do Turismo para as regiões, permitindo às entidades locais a demarcação das zonas destinadas ao tipo de turismo pretendido para a zona.

Nem todo os tipos e modelos de turismo anteriormente mencionados são suportados pelos condicionalismos particulares da região e, mesmo os que se parecem ajustar, não têm merecido a devida protecção. Os tipos de turismo a implementar devem beneficiar de apoio dos órgãos do poder local, em consonância com a classe empresarial, tanto em termos logísticos como económicos.

As acções de educação ambiental constituem acções em prol do ambiente, contribuindo de modo indirecto para a erradicação da pobreza, da desertificação e para o enriquecimento económico das comunidades da região.

O apoio estatal é indispensável, bem como a inclusão da ilha no grupo Z.D.T.I. O Instituto Nacional do Turismo, como organismo executor e fiscalizador dos Planos é indispensável para o sucesso turístico.

As intervenções turísticas não se podem quedar por intervenções meramente economicistas, dependentes de ajudas externas, nem sujeitas a arbitrariedades discutíveis, facto justificado pela discordância dos municípios na generalidade das decisões emanadas do poder central.

A responsabilidade deve ser personalizada a cada interveniente. Segundo Mendes, p. 97, “*o que é do interesse de todos, tende a não ser da responsabilidade de ninguém*”. Problema do desenvolvimento sustentável que importa ultrapassar. O grupo das “Ilhas de Noroeste”, grupo formado pelas ilhas montanhosas de Barlavento, seria executora das emanações do

Poder Central e do I. N. T. para a área ou região, minimizando conflitos municipais e maximizando as potencialidades.

9.2.4 - Plano de Ordenamento e Ocupação da Orla Costeira (P.O.O.O.C.)

A implementação deste Plano referente à orla costeira poderá contribuir para definição da ocupação do solo e exploração dos recursos existentes.

Em Santo Antão, a orla costeira apresenta-se bastante rica na sua fisionomia, no contraste das falésias, as pequenas praias e enseadas e nas potencialidades ainda inexploradas. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira deve prever a ocupação desta faixa litoral como de potencialidades turísticas e antecipar-se à sua ocupação por entidades privadas de modo a manter a costa isenta de intervenções agressivas para o ambiente.

Esta atitude emana das orientações registadas por Mendes, J. p. 84, na detecção e prevenção da evolução da utilização do espaço turístico. O sector privado tenta investir nestas áreas, por antecipação e em actos isolados, muitas vezes colocando em causa as perspectivas de investimentos posteriores.

9.2.5 - Apoio e incentivo fiscal a micro-empresas ligadas ao sector turístico

Micro-empresas do sector do turismo constituem o grande factor de desenvolvimento local, aumentando e consolidando a auto-estima da população, facilitando a sua integração e o desenvolvimento do sector na vida social.

O equilíbrio económico adquirido permite, ao residente, além de melhor inserção na sociedade, otimizar o seu contributo pelas causas ambientais, aumentando a aderência a programas de sensibilização e consciência ambiental, melhorando a região e confortando positivamente o olhar crítico do visitante e turista.

O investimento na melhoria de práticas agrícolas e na protecção da floresta também faz parte do objectivo de preservação ambiental para parte dos residentes.

9.2.6 - Política de participação da comunidade pelo turismo de habitação.

O turismo de habitação é usual nas localidades de Ponta do Sol. Com menos frequência são registados casos na Ribeira Grande e Paul, caracterizando-se pelo sistema de aluguer de quartos com ocupação do tipo “pensão”: cama e comida.

A proposta refere-se quanto à possibilidade de investimento em habitações localizadas fora dos aglomerados para utilização confortável pelo turista cidadão de modo a potenciar o convívio com a comunidade da montanha. A sociabilidade do povo local é conhecida, bem

como a morabeza (arte de bem receber). Este investimento nas habitações poderia incidir num compromisso para com as unidades hoteleiras, potenciando o turismo rural, o turismo de habitação e facilitando os apoios ao turismo de montanha, turismo de caminhadas, turismo científico, entre outros.

9.2.7 - Minimização dos constrangimentos, (sector de infra-estruturas).

O problema no abastecimento de água quente demonstra o porquê da fragilidade no sector das infra-estruturas. A rede de abastecimento de água potável é, no geral, suficiente, apoiada na utilização dos tanques de armazenagem. A rede de drenagem das águas residuais domésticas encontra-se construída, deparando-se alguns aglomerados com problemas relacionados com o tratamento final, que algumas das unidades hoteleiras tentam, já, minimizar.

Os serviços de fornecimento de energia eléctrica apresentam problemas que afectam algumas regiões da ilha, o que torna urgente a sua resolução a bem do turismo de habitação e rural. Registam-se, ainda, dificuldades na infra-estrutura viária que, nas épocas de chuva, sofrem estragos com frequência indesejada, isolando partes da ilha por alguns períodos de tempo.

Outro dos constrangimentos está relacionado com a participação da população residente nos resultados do turismo: a participação nestes lucros, além de se firmar como um bom incentivo à sua participação e potencia o aparecimento de novas formas de intervenção, melhorando o tipo e modo de participação da sociedade civil, quer na forma de exploração directa (serviços, comércio) quer indirecta (agricultura, pecuária, produtos tradicionais)

9.2.8 - Educação e sensibilização ambiental.

A população de Santo Antão foi sempre considerada como muito preocupada com a educação. A vertente Educação ambiental será bem recebida, necessitando do investimento da parte dos mais bem informados, empresários e classe política, de modo a que a preocupação ambiental seja publicitada, sensibilizando o maior número de indivíduos na vertente da preservação dos recursos naturais e na melhoria do tratamento de efluentes e dos resíduos sólidos urbanos.

9.2.9 - Distribuição espacial das unidades hoteleiras

A aglomeração das unidades hoteleiras nas localidades mais importantes contribui para o aumento da carga no lugar, contribuindo negativamente para a perda de qualidade de vida. A dispersão por outros lugares da ilha beneficiaria todos os lugares pela atenuação e concentração das infra-estruturas referentes a serviços, restaurantes, artesanato e pequeno comércio em torno de um só local.

Esta distribuição poderá, ainda, contribuir para uma vivência diferente em vales, encostas, crateras extintas, zonas de praias, entre outros. O apoio à classe empresarial para a deslocalização de serviços é ponto a anotar para eventual incentivo.

Controlo sazonal do turismo: a dispersão temporal de visitas turísticas deve ser considerada para uma contribuição pela minimização de utilização de capacidades de carga regionais. Alargando os períodos de visita turística de comum acordo com operadores turísticos, agências e outros intervenientes, evitar-se-ão os picos de utilização nas infra-estruturas turísticas, comerciais, de serviços básicos e outros.

Ao se promoverem períodos fora de época considerada alta, estar-se-á a dinamizar o pequeno comércio, ao artesanato e aos serviços locais, isto é, à micro-empresas locais, repercutindo-se na vida económica da comunidade, ou seja, promovendo o turismo sustentável.

O investimento da parte da classe empresarial conta com um apoio fiscal, na oferta de emprego e na formação de jovens. Este apoio, incidindo preferencialmente em benefícios de índole fiscal poderá incentivar os empresários na formação dos jovens da ilha.

A colaboração deve incidir na formação profissional em áreas ligadas a todas as frentes, hotelaria, guias profissionais, condutores especializados em línguas estrangeiras, entre outros.

O Instituto Nacional do Turismo tem grandes responsabilidades no controlo turístico do país. Em Santo Antão, a existência de uma agência mais dinâmica poderia apoiar o turismo com ganhos para todos os actores locais em primeiro plano e para o país, em segundo.

9.2.10 - Planos de Ordenamento Turístico

A Execução e a Elaboração dos Planos de Ordenamento Turístico, devem considerar as estratégias do seguinte quadro de acções, para garantir o desenvolvimento sustentável dos planos e acções em curso, bem como contribuir para a resolução de fragilidades evidenciadas nos Planos Ambientais Municipais dos três concelhos da ilha de Santo Antão.

- A metodologia para a implementação e implantação dos equipamentos turísticos e observando os interesses locais para um turismo sustentável impõe que sejam adoptados os princípios descritos no quadro seguinte:

Quadro 3

- Princípios Directores para Implantação de Equipamentos Turísticos

1	Minimizar o possível a perturbação aos ecossistemas pelas infra-estruturas
2	Implantação discreta de Infra-estruturas
3	A localização das construções depende de considerandos funcionais, independentes de aspectos estratégicos
4	Reflexão sobre acessibilidades aos utilizadores
5	Investimento cuidado na arquitectura local
6	Implementação de irregularidades na forma e disposição das construções para arquitectura turística.
7	Encorajamento e estimulação pelas chamadas tecnologias suaves nas operações de Ordenamento do lugar.

Mendes, 1994, Metodologia e planeamento das decisões de Ordenamento Turístico,

9.2.11 - Tópicos propostos para um ordenamento turístico eficaz.

De forma a garantir um eficaz processo de Ordenamento Turístico, impõe-se salientar um conjunto de procedimentos essenciais ao processo:

- 1 - Quadro de acções relativo à implementação das políticas empresariais;
- 2 - Estudo das infra-estruturas turísticas registadas e propostas de melhoria;
- 3 – Melhorias em infra-estruturas em zonas turísticas, vizinhas à comunidade local;
- 4 - Análise de constrangimentos existentes e soluções propostas;
- 5 – Aspectos ambientais a ser observados nas acções de melhoria a realizar;
- 6 – Procedimentos de apoio ao turista durante a sua estadia na ilha;
- 7 – Mapas informativos das actividades turísticas nas regiões de intervenção;
- 8 – Manchas de intervenção, mapas indicativos de actividades e propostas de ciclo-vias em toda a ilha.

Deste modo e com vista à implementação dos tópicos acima descritos, procede-se à elaboração de um conjunto de acções de modo a garantir a plena eficácia do processo de Ordenamento Turístico da Ilha de Santo Antão:

1 - Quadro de acções relativo a intervenção das partes políticas e empresariais;

Quadro 4

Quadro de Acções nas esferas políticas e empresariais:

	Na Esfera Política	Na Esfera Empresarial
	O Plano de Ordenamento Turístico Sustentável deve ser implementado.	O empresário deve optar pela promoção da Educação Ambiental dos colaboradores
	A Participação nas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado deve constar das prioridades políticas	O empresário deve optar por uma definição de circuitos turísticos como meio de acção de turismo sustentável.
	Deve haver um esforço político para implementação do Plano de Desenvolvimento das Infra-estruturas nos aglomerados.	O empresário deve optar pelo apoio à utilização e Implementação ao uso dos caminhos vicinais e outros circuitos
	Reforço na educação e sensibilização ambiental das comunidades	O empresário deve contribuir publicitando junto do turista para uma boa atitude para com os costumes, usos, cultura e recursos locais
	Os Órgãos do poder local devem manter a atitude quanto aos Investimentos nas áreas técnico-profissionais	O empresário local deve optar pela contribuição da sua empresa nos investimentos públicos
	Promoção da Educação Ambiental	Formando quadros da empresa no sentido de transmissão das preocupações para com a preservação de recursos naturais
	A classe política deve investir pela educação no âmbito ambiental da comunidade local	Investimento em grupos locais para entretenimento turístico de vária índole.
	O reconhecimento das referências culturais e históricas das comunidades locais	Apresentação sistemática de “noites caboverdianas”.
	Implementação do Plano de Ordenamento e Ocupação da Orla Costeira a ser conduzido com rigor pelas entidades locais	Possíveis novos espaços para ocupação, investimento e desenvolvimento da sua organização empresarial.
	Orientação, incentivos e apoio fiscal à classe empresarial, pela educação de profissionais.	Implementação da profissão de guia turístico na ilha

A interligação ou interdependência entre estes dois sectores (político e empresarial) afigura-se de grande importância para o sucesso de qualquer intervenção, devido às características próprias da sociedade local.

Quadro 5

Estudo das infra-estruturas turísticas registadas e propostas de melhoria a indiciar:

Problema existente	Solução proposta
Políticas orientadas no âmbito da sustentabilidade	Necessidade de implementação das políticas de ordenamento turístico.
Políticas para os vários tipos de turismo:	Incentivo à implementação dos turismos de aventura, habitação, rural, montanha, pesca à linha e científico
Implementação do turismo de Sol-Praia-Mar.	Modelo passível de utilização pela disponibilidade de praias diversas, mas não prioritário
O Sul da ilha e as zonas balneares existentes, inexploradas.	Necessidade de intervenção das zonas balneares e praias de areia preta.
Infra-estruturas turísticas em áreas balneares.	Desenvolvimento em estreita ligação com a comunidade local.

Quadro 6

Participação das comunidades no desenvolvimento da sustentabilidade

Problema existente	Solução proposta
O acesso a soluções de índole turística não tem a melhor receptividade pela comunidade local.	Melhorar os rendimentos proporcionados pela exploração turística e investir na educação turística das comunidades.
A participação das comunidades para o desenvolvimento da causa sustentável	A sociabilidade das comunidades locais, a “morabeza” é um valor a explorar.
Elaboração de folhetos e outras formas de publicitação das potencialidades, da parte das entidades locais.	A publicitação das potencialidades serve como orientação para atitudes para com o turista, melhorando comportamentos.

- Em zona próxima de equipamentos turísticos, as melhorias no sistema de transportes, no tratamento de resíduos e no abastecimento de água são intervenções a nível local que poderão ser aproveitados aquando da implantação dos equipamentos de turismo.
- Análise de constrangimentos existentes e soluções propostas para as suas resoluções da parte dos directamente envolvidos, entidades oficiais e classe empresarial.

Quadro 7

Constrangimentos para um desenvolvimento turístico-sustentável

Constrangimentos:	Soluções:
Procuras turísticas muito condicionadas, limitando regiões periféricas interiores	Possibilitar e encorajar a visita pelos turistas das regiões interiores através da publicidade.
Intervenção minimizadora das fragilidades reconhecidas dos planos...	Investir na diminuição das fragilidades pelo contacto com a administração central no sentido de melhor apoio.
... Que fazer para as colmatar?	Investir na educação da população, para consciencialização dos órgãos do poder central para a causa turística local.
Muitos apontamentos turísticos reconhecidos exigem grandes intervenções a nível de recursos	Encorajar a intervenção privada apoiando fiscal e financeiramente as empresas aderentes.
	Investimento em micro-empresas para uma participação da comunidade local
Estudo das interferências nas várias capacidades de carga na região.	Evitar as intervenções agressivas actuais e minimizar possíveis acções futuras agressivas pela utilização ao longo do ano das infra-estruturas do turismo.
	Investimento no sistema de saneamento básico tende em atenção picos de utilização pelo aumento sazonal das visitas turísticas.

Estas soluções resultam de constrangimentos reportados nos Planos Ambientais Municipais dos concelhos e prevêem soluções que dependem da adesão da ilha a Regiões Turísticas, ZDTI, e de melhor comportamento dos intervenientes mais interessados pela evolução do turismo na região.

Quadro 8

Aspectos a observar por uma manutenção sustentável para o turismo:

A melhoria dos aspectos ambientais	
Aspectos paisagísticos a serem incluídos na publicitação da ilha.	Vales vertiginosos, das crateras férteis e de Oásis luxuriantes. A ilha é considerada como a mais sumptuosa para os amantes da natureza autêntica (www.lusitania.fr)
Apoio às comunidades locais pela manutenção das boas condições locais.	Devem ser ministrados pela melhoria de atitudes “saudáveis” e ambientalmente correctas preservando não só os recursos naturais como melhorando acções que possam interferir com os mesmos.

Os aspectos ambientais devem ser observados com base no quadro exposto

Embora muitos apontamentos registem a paisagem como elemento base do segmento turístico, os efeitos das más intervenções a nível da agricultura têm contribuído para o aumento da erosão das encostas. Acções de minimização têm sido colocadas em prática (cultivo de plantas endémicas nos locais mencionados), merecendo continuidade.

6 - O apoio ao turista na visita pela ilha deve pautar-se pela existência de veículos de aluguer; apesar de se apresentar como uma realidade, esbate-se com a viagem sem programa específico. Pretende-se, assim, que seja observada a “Proposta para recepção e acompanhamento do turista”.

Quadro 9

Proposta para recepção e acompanhamento do turista

O turismo em fase ascendente	Carece de apoio e atenção de todos os intervenientes no processo, classe política, empresarial e comunidades locais.
A chegada ao Porto Novo	Implementação de serviços de apoio ao visitante através da Agência do turismo.
Condições de recepção ao turista	A disponibilidade de um organismo de apoio, como o Centro de Informação Turística deve actuar de modo mais alargado e abrangente.
Orientação na recepção ao turista	De S. Vicente ao Porto Novo, acompanhando e apoiando a nível de emissão de bilhetes, acompanhamento na viagem e da bagagem.
Emissão de um roteiro turístico.	De modo a elucidar o turista sobre preços praticados na ilha, serviços disponibilizados, preços e consumos, restaurantes típicos e alojamento.

A proposta apresentada no quadro anterior pretende facilitar as intervenções a efectuar, servindo de base à elaboração de documento de apoio no âmbito do *Guia dos Circuitos Turísticos para Santo Antão*.

7 – Mapas informativos das actividades turísticas são indicados por manchas de ocupação ou intervenção onde estarão indicadas as áreas ou regiões a intervir, passando pela indicação de equipamento no ramo da hotelaria e restauração, até a propostas de utilização de zonas balneares, de montanha, de aventura, científicas ou simples lazer.

Os mapas seguintes pretendem apresentar as soluções indicadas para uma oportunidade de visita generalizada a todos os concelhos da ilha, a todos os pontos de interesse, tanto na vista proporcionada pelos imensos miradouros como na vivência com as comunidades e aos recantos que possam proporcionar a sensação de indisponibilidade do tempo de visita, aguçando a vontade pelo retorno à ilha.

9.2.12 - Mapas de apoio à proposta.

Os mapas apresentados em seguida pretendem auxiliar a intervenção no sector do turismo local.

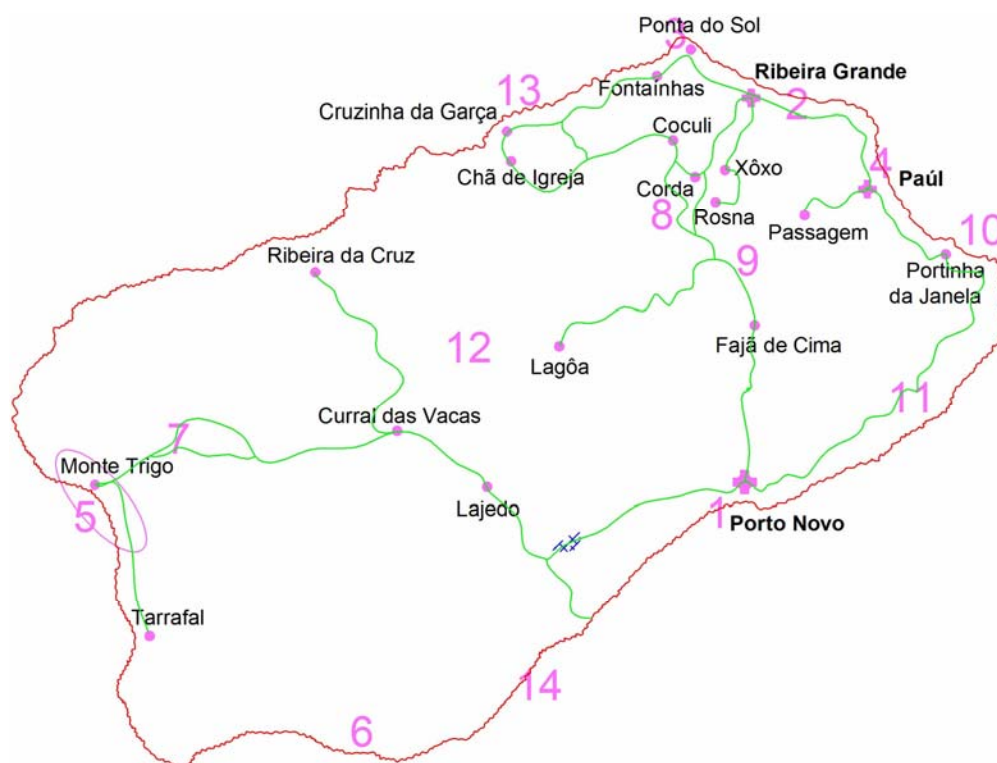
Mapa 1



Mapa Geral de Cabo Verde, (Fonte: www.caboverde.com)

A ilha tem uma ligação muito especial para com a vizinha S. Vicente, registando-se uma forte troca comercial, por via marítima, mais acentuada desde o fecho do aeródromo de Ponta do Sol.

A figura referente ao Mapa 2 representa a ilha com os aglomerados a visitar e percursos viários, com referência às localidades capitais dos três concelhos. Registe-se a localização dos aglomerados habitacionais nas regiões Nor-nordeste da ilha e a importância da vila da Ponta do Sol como actual destino privilegiado do turismo em Santo Antão.

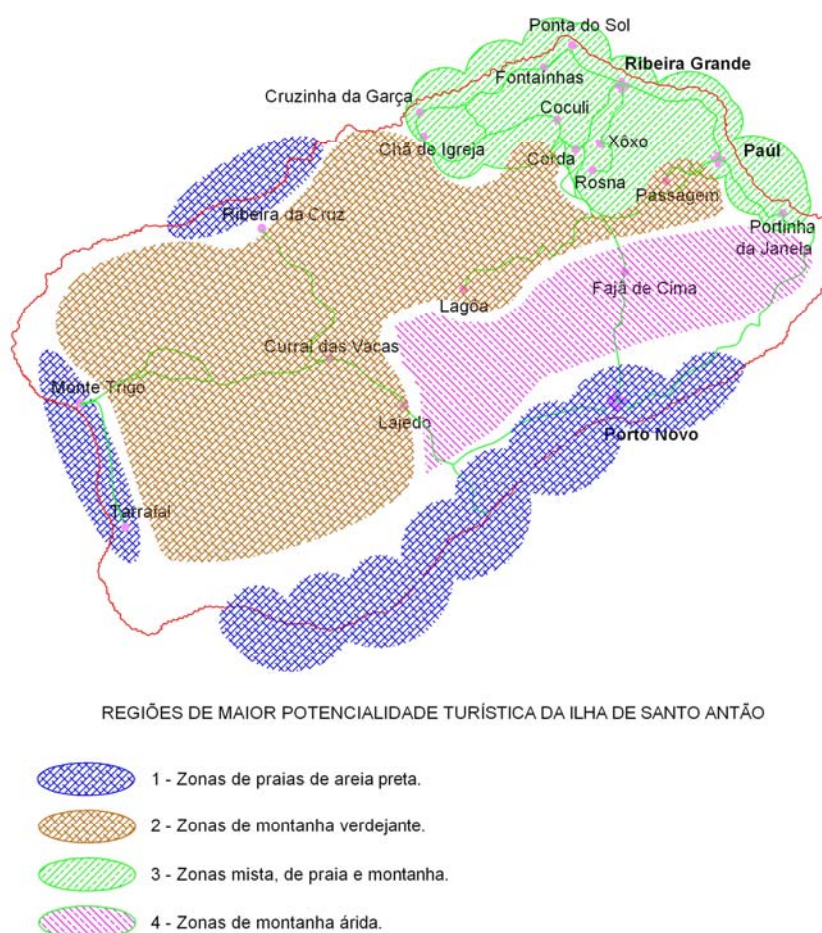
Mapa 2**LEGENDA**

- 1- Cidade de Porto Novo, Cais acostável, ponto de chegada à ilha
- 2- Vila da Ribeira Grande, Capital da ilha, centro da zona turística Norte
- 3- Vila da Ponta do Sol, destino preferencial e contíguo à praia de Lisboa
- 4- Vila do Paúl, lugar de plantas exuberantes e um meio ambiente paradisíaco.
- 5- Aglomerado de Monte Trigo, contígua à maior praia da ilha
- 6- Praia Formosa, localizada na costa Sul da ilha.
- 7- Miradouro do Tope de Coroa, donde se avista todo o arquipélago
- 8- Corda, zona de Miradouro no alto das montanhas
- 9- Ex-cratera da Cova, miradouro e paisagem esplêndida
- 10- Localidade da Pontinha de Janela, Centro balneário e piscina de água doce.
- 11- Zona de potencial futura intervenção, com vista para S. Vicente
- 12- Gudo de Cavaleiro, zona de miradouro a 1860 metros
- 13- Cruzinha da Garça, zona de pequenas praias e pesca
- 14- Costa Sul, zona pontuada de praias de areia preta

Mapa Geral da ilha de Santo Antão

O relevo, responsável pela grande apetência turística, não se encontra, porém, definido. Porém, a aglomeração selectiva das localidades deixa entender a divisão da ilha derivado da marcante presença montanhosa.

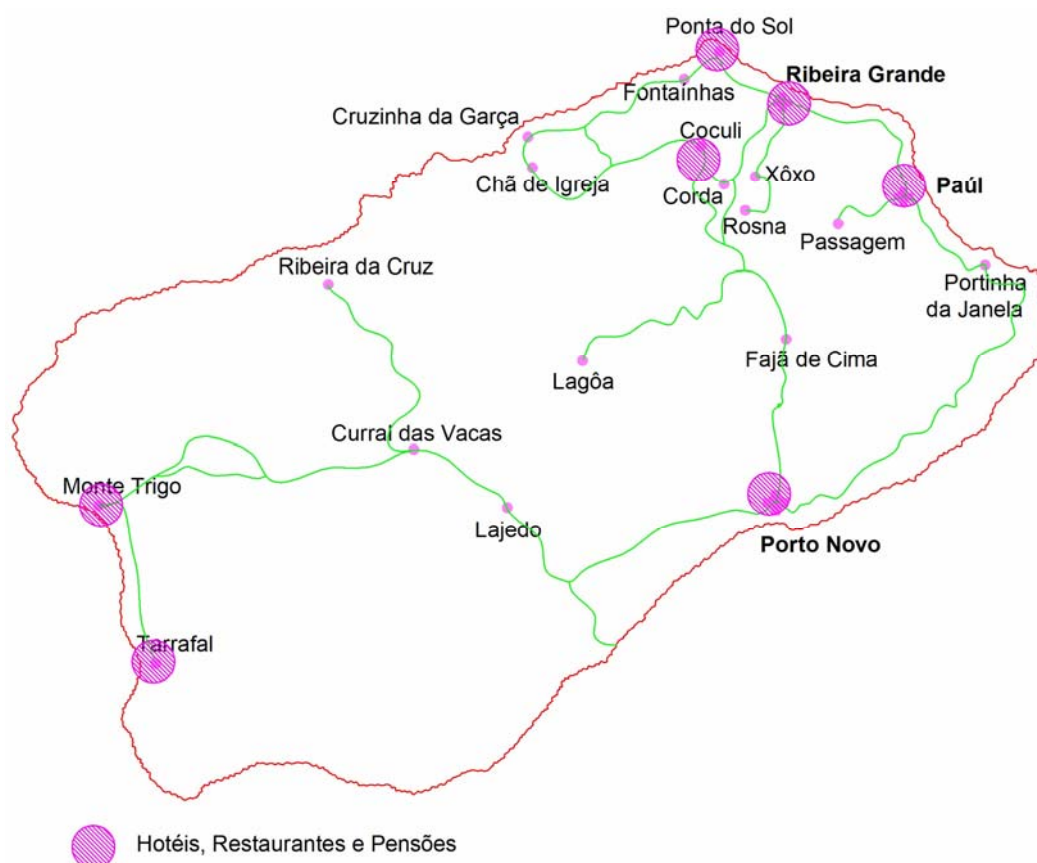
A ilha é muito propensa ao turismo de montanha, de aventura, científico, de habitação e, principalmente, o tipo de turismo 3 L's (Lore, Leisure and Landscape, Tradições, Repouso e Paisagem). Aliás, refira-se a procura desta ilha mais como "Turismo 3L's" que de outro dos mencionados.

Mapa 3

Mapa do zonamento proposto com fins de utilização turística.

Este mapa (3) indica, a verde, a zona de maior procura actual, procura que deve ser incentivada, sem descurar as áreas restantes. A costa Sul, mais orientada para o turismo de Praia e Mar, permite a visita ao cume mais alto da ilha, o Tope de Coroa, perto da localidade de Monte Trigo. O percurso, dificultado pela orografia, expõe vales profundos e uma paisagem verdejante e agressiva, indicada para turismo de lazer e turismo científico.

As zonas de montanha verdejante são ideais para um programa de caminhada.

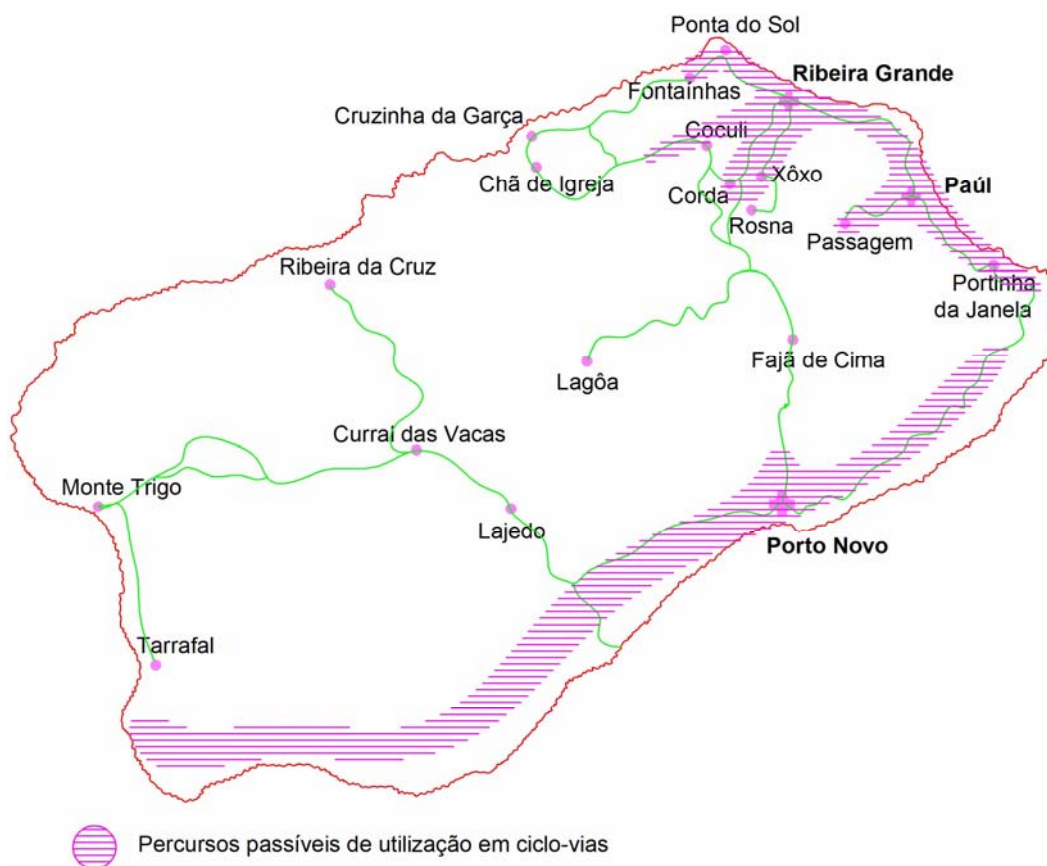
Mapa 4

Distribuição das unidades do ramo de hotelaria

A costa Norte da ilha, sendo a que regista maior procura, também é a que regista um maior número de apoio a dormidas e ao ramo da restauração. Em Ponta do Sol encontram-se em funcionamento unidades afectas ao turismo de habitação pela manutenção de contactos por elementos da comunidade local, facto que originou, mais tarde, o crescimento do parque hoteleiro pela procura, nem sempre satisfeita, de pernoita.

O centro da ilha, sendo detentora de paisagem espectacular não se distingue, de momento, pela oferta turística suficiente, convidando à visita mas não à fixação do visitante por falta de apoios no ramo da hotelaria ou do turismo de habitação. Este deve ser incentivado de modo a satisfazer o visitante com as comodidades possíveis sem alterar as particularidades dos lugares.

A figura seguinte, **Mapa VIII – 5**, indica possíveis zonas de implantação de ciclo-vias, sendo as regiões à beira-mar, tanto a Sul como a Nordeste, aquelas que melhores condições propiciam.

Mapa 5

Regiões passíveis de utilização em ciclo-vias.

Os vales existentes na região norte, bem como o percurso construído no litoral norte possibilitam o passeio em bicicleta gozando do ar marítimo. Nas restantes regiões a utilização da bicicleta é possível, embora, fisicamente, muito exigente.

Outras zonas de montanha permitem a utilização das ciclo-vias, dependendo das capacidades de cada utilizador.

As regiões indicadas indicam possibilidades de incursões pelos vales e algum percurso de montanha, necessitando de alguns pontos de apoio (paisagens) que se pretendem pontuados e ao longo do percurso.

A oferta de alojamento nesta região ainda é fraca, baseando-se na oferta de quartos pelas comunidades locais. Ainda algo fragilizadas, estas ofertas, se correctamente aplicadas, poderão contribuir para o crescimento económico e sustentável das comunidades locais, incentivando o turismo de habitação e a economia regional.

Neste segmento, poder-se-á investir nas micro-empresas de apoio aos veículos de duas rodas, nos aspectos de apoio ao turista e ao empresário residente.

Mapa 6

Ligação entre Porto Novo e a região Norte e Poente.

A figura acima indica os percursos de ligação viária dentro da ilha, desde a criada nos anos 50, em cor verde escuro, até à futura, em cor castanha, já em construção.

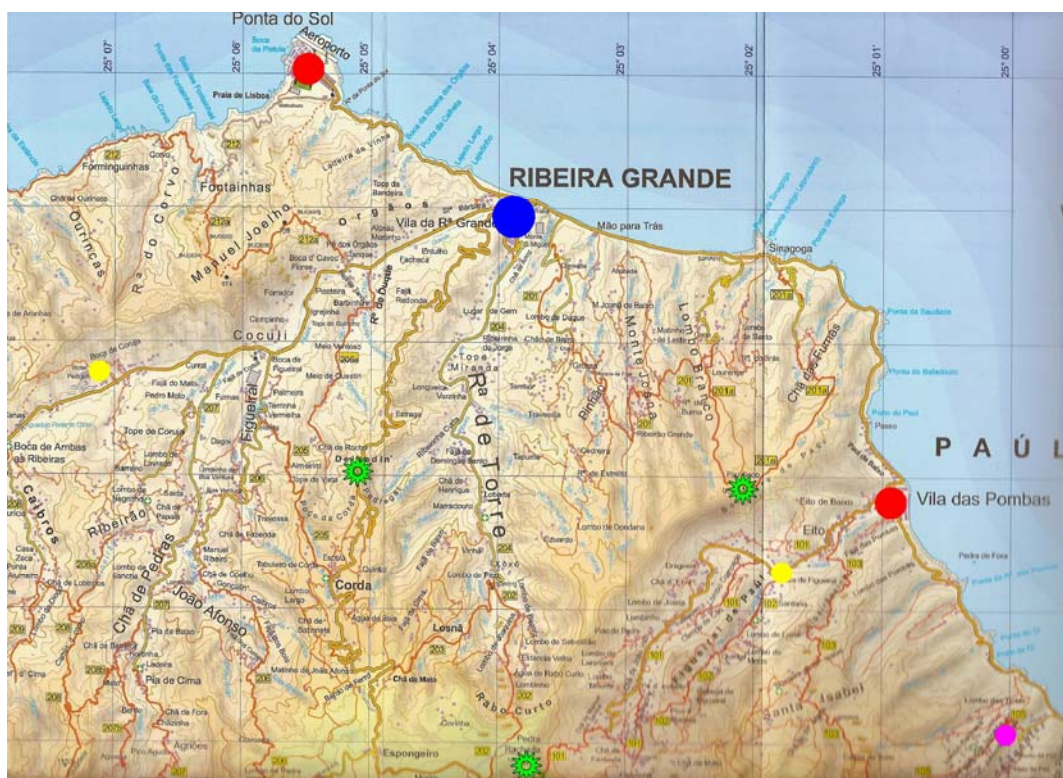
A ligação actual ligação, passando por Fajã de Cima e Córdia é um circuito a preservar para o turismo, incentivando as intervenções turísticas actuais e futuras.

A construção da marginal Porto Novo – Portinha de Janela – Ribeira Grande permitirá encurtar o tempo de ligação Sul – Norte, possibilitando menor desgaste físico ao recém-chegado viajante/turista.

Actualmente e embora existam vias em condições de trânsito consideradas boas, a referida ligação entre as duas principais localidades, Porto Novo e Ribeira Grande é sujeita a constantes reparações (queda de pedras e desmoronamentos) que poderão ser adiadas aquando da entrada da nova via, prejudicando, deste modo, o turismo.

Para efeitos de turismo sustentável, para as comunidades do interior da ilha (como zona mais rica), deverá haver alguma atenção, pelo que se apresenta de toda conveniência a manutenção desta rodovia, mantendo-se os cuidados registados, na actualidade, na sua reparação bem como no apoio às comunidades locais.

Mapa 7



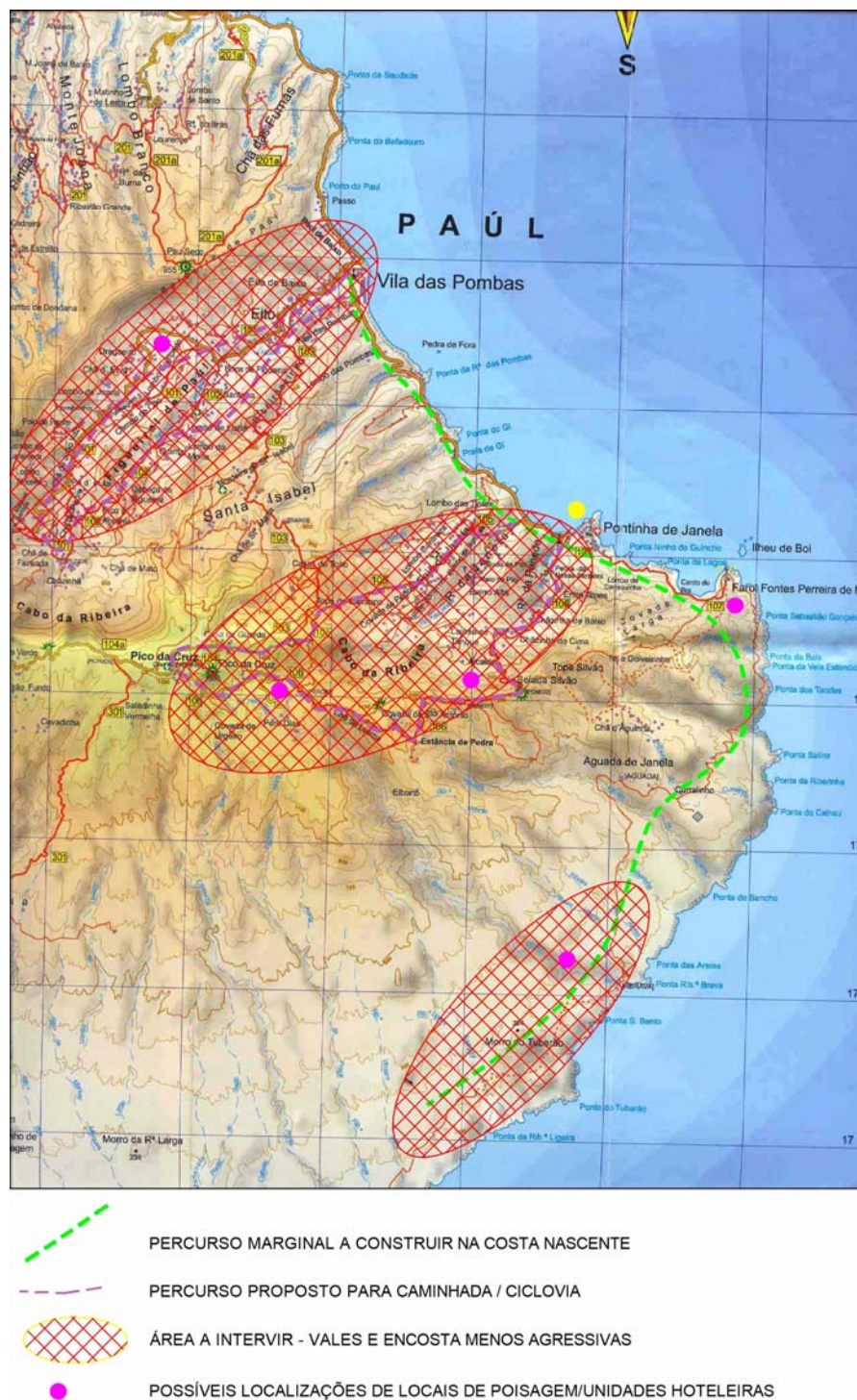
ZONA DE PONTA DO SOL, RIBEIRA GRANDE, PAUL E VALE RIBEIRA DA TORRE

- LOCALIDADE COM > 8 RESTAURANTES/HOTÉIS/PENSÕES
- LOCALIDADE COM 3 a 7 RESTAURANTES/HOTÉIS/PENSÕES
- LOCALIDADE COM 1 a 2 RESTAURANTES/HOTÉIS/PENSÕES
- ✱ MIRADOUROS EXISTENTES E JÁ IDENTIFICADOS
- IMPLANTAÇÃO POTENCIAL DE PEQUENA UNIDADE HOTELEIRA (PROPOSTA)

Distribuição no ramo de hotelaria e restauração na costa Norte.

A concentração na costa Norte do equipamento ligado mais directamente ao apoio turístico orienta e concentra a actividade nesta área, obrigando a deslocações muitas vezes desnecessárias. Os operadores mantêm grande parte do turismo na região norte, necessitando-se de alternativas na implementação de novos interesses turísticos, que poderão estar ligados ao turismo de habitação apoiado, definição de circuitos turísticos e incentivos económicos à pequena indústria ligada ao sector.

Mapa 8



Vales potencialmente indicados para intervenção turística.

O percurso indicado na ligação Porto Novo e Paul (Costa Norte) poderá potenciar a criação de unidades hoteleiras localizadas nas regiões em quadrícula, sem compromisso nos lugares indicados.

Mapa 9



Praias localizadas na região Sul da ilha

Apesar da existência de praias em outras regiões, como o Norte e o Noroeste, é sobretudo nesta região que se encontram os lugares melhor servidos do produto Sol, Mar e Praia. A areia preta, derivada do basalto em grandes quantidades, é constante e definida pela sua granulometria.

Miradouros:

Fortemente referida em toda a documentação sobre a ilha, os miradouros constam da maioria dos mapas preparados em atenção ao turismo, pelo que não serão aqui indicados, apenas referidos.

Os miradouros encontram-se identificados em mapas disponibilizados. Em dia claro, todo o arquipélago de Cabo Verde é visível desde o alto do Tope de Coroa (a 1979 metros de altitude).

9.2.13 - Heliporto / Aeródromo de Ponta do Sol.

A existência de um aeródromo em fase de desactivação nesta vila, tem originado a procura por alternativas para a utilização do espaço adstrito. As dificuldades de ligação por via terrestre entre as várias regiões da ilha são uma realidade, com a premissa “tempo” a apresentar-se como factor de muita importância.

Os investimentos pretendem melhorar a oferta em todas as áreas, incluindo a da saúde. Prevendo-se investimentos na zona do aeródromo, pela ocupação da citada zona com implantação de índole turística, surge a hipótese de se dotar o referido local com um heliporto, beneficiando-se as ligações tanto com Porto Novo como com a vizinha S. Vicente.

9.3 – Resumo do capítulo.

Através do estudo desenvolvido entende-se que as diversas regiões da ilha, possuidoras de diferentes tipos de oferta para aproveitamento turístico, devem definir os seus objectivos com base nas potencialidades regionais e implementá-los de acordo com uma política definida e orientada para os efectivos interesses da comunidade, potenciando, ainda, a capacidade a todos os intervenientes na vida social e económica local numa perspectiva de sustentabilidade, isto é, trabalhar com as possibilidades e recursos reais do lugar.

É neste âmbito que se propõe a utilização de “paisagens” (locais de estadia breve e descanso) e quiosques que possam contribuir para recuperação das frágeis economias registadas na região, bem como o aproveitamento da matéria-prima tão disponível como barata que é a paisagem santantonense.

A repartição sazonal do turismo é uma solução a adoptar pela dispersão que possibilita na recepção ao turista, visitantes e imigrantes, beneficiando não só as diferentes capacidades de carga, o comércio em geral, os serviços prestados pelos locais, a menor interacção nas infra-estruturas, a possibilidade no alongamento temporal de compras de artesanato, mais qualidade nas visitas guiadas, melhor contacto com a população, mais disponibilidade no convívio, entre outras ofertas e oportunidades disponíveis.

O inconveniente pela não aplicação do que se registou encontra-se divulgado, destacando-se a inactividade forçada na época em que não se registam visitas turísticas, penalizando toda a comunidade, sem excepções.

10 – Conclusões.

O desenvolvimento económico das diversas regiões do planeta incentivou um novo sector na actividade turística, registando-se um crescimento à medida que a oportunidade surge em novas regiões, por novos intervenientes e com novas possibilidades de negócio a serem implementadas.

Apelidada em certa altura como de “indústria limpa” por não serem visíveis as consequências das suas intervenções sobre as comunidades e regiões, foi com algum descuido que os investimentos na área turística foram sendo implantados em regiões de grande potencial turístico. Essa implantação turística contribuiu para a sublevação do crescimento saudável do lugar e originando, ao mesmo tempo, intervenções catastróficas para o ambiente local, impedindo, mesmo, qualquer tipo de reacção da parte das comunidades locais através de políticas consertadas com base na ingenuidade dos poderes instituídos localmente.

A enorme expansão do sector turístico à escala planetária teve efeitos nas comunidades e nas regiões onde se inseriu, alarmando sectores ligados ao ambiente que, desde cedo, procuraram estudar modos de minimizar os efeitos secundários e maximizar as reais potencialidades das e para as regiões, muitas das vezes sem o sucesso desejado. A aparente possibilidade por uma contribuição positiva para o crescimento da comunidade impediu uma atenta análise sobre as consequências das intervenções, esquecendo perigosamente a estrutura social e económica da comunidade local, os recursos naturais e todo o ambiente.

A percepção destas consequências criou embaraços que, aos poucos, foram sendo ultrapassados e resolvidos a bem das regiões.

A introdução do termo “sustentabilidade” acaba por ser uma solução que, no lugar de se tornar utilizável a bem do ambiente natural e social, passava a constar de promoções, subvertendo-se o seu significado em prol de negócios exteriores à região.

É nessa base que as preocupações ambientais aparecem em lugar claramente secundário, mesmo depois dos interesses territoriais, económicos e sociais, numa clara procura por soluções baseadas numa oportunidade de um possível crescimento ou desenvolvimento, duvidosos, demonstrando fragilidade na definição de objectivos e actuando em desprimor do real interesse local.

Os diferentes tipos de intervenção turística permitem a análise de modelos e de regiões onde intervir, capacitando opções para um futuro investimento. As potencialidades de cada local são suporte de intervenções com preocupações pelo desenvolvimento positivo das comunidades locais, moderando expectativas algo megalómanas em todos os sectores de

intervenção bem como contribuindo para um crescimento cadenciado e baseado na exploração dos recursos naturais atendendo à sua não degradação.

A classe política é claramente responsável pelos modos de actuação no seu território, não só pela complacência demonstrada aquando das intervenções como pela permissividade das mesmas. A falta de conhecimento parece ser causa principal pelas permissões de índoles negativistas, mas as fragilidades devidas a factores humanos, sociais e, principalmente, económicos justificam essa dependência aos agentes oriundos do exterior. Positivamente é à classe política que também se deve a responsabilidade pela inversão deste tipo de acção pela sua responsabilidade e capacidade de modelador do tecido territorial e da gestão do uso do solo.

A escolha de Santo Antão encontra-se ligada à observância pelas intenções das classes políticas e empresariais locais no querer constar dos roteiros turísticos, não só pela interiorização das capacidades em desenvolver positivamente o negócio no sector do turismo e percepção das potencialidades dos recursos naturais da ilha e da região, como fazer parte dos destinos privilegiados pela oferta qualitativa dos serviços ligados ao sector.

No final, pretende-se contribuir para um incremento do turismo na região, tentando capacitar os interventores pela consolidação e consistência das intervenções, justificando, deste modo, a sua candidatura não só às zonas definidas como propensas ao direito de participação aos benefícios económicos disponibilizados, (Z.D.T.I. – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado) como também pela promoção do desenvolvimento sustentável nos seus campos: economia, bem-estar social dos residentes, reforço na fixação da população e implementação da consciência ambiental contribuindo para o reforço da ilha como destino turístico de qualidade e aceitação das suas ofertas turísticas à escala global.

10.1 – Limitações no estudo

Novas formas de intervenção vêm enriquecer o turismo com a diversificação nos modelos numa tentativa que se põe considerar como o retorno ao turismo na sua forma original: turismo de prazer e de lazer, dos quais se registam no território, por exemplo, do Dubai, região onde se constrói a paisagem, as infra-estruturas e todas as comunidades para uma fatia definida de utilizadores.

O constante crescimento do sector faz com que a inserção de novos tipos de turismo faça crer na facilidade pela continuação do negócio do turismo, com novos modelos a entrarem na exploração turística, bem como na optimização das potencialidades locais.

Ao mesmo tempo, preocupações de índole sustentável acompanham estudos em regiões diversas (vidé o caso de estudo para S. Tomé e Príncipe.), sempre com a preocupação pela inserção de modelos com visível componente dos residentes, autóctones, evitando-se possíveis choques culturais entre visitantes e visitados, resultado de experiências menos bem sucedidas num passado bem próximo.

O caso de estudo teve limitações devidas à existência de planos não implementados, na sua totalidade, na região. As dificuldades registadas pela aplicação deficiente dos planos, decorrentes principalmente da localização geográfica (insular!) poderão ser ultrapassadas, bastando que se oriente a exploração do turismo na óptica de um serviço para a comunidade local, com forte participação da mesma.

Outra das dificuldades para a presente tese relacionou-se com a obtenção de dados estatísticos sobre o turismo, facto que resulta do tratamento dos dados estatísticos não referir as actividades que dependem unicamente do sector mas sim decorrentes da actividade normal do comércio local. Esta última informação não é resultado de nenhum mau tratamento estatístico local, pois que se verifica na totalidade dos países, já que as actividades que suportam ou apoiam o turismo ainda são consideradas, em paralelo, para a vida social, económica e natural das localidades apoiando, também, o turismo.

10.2 – Recomendações para desenvolvimentos futuros

A presente dissertação pretendeu abordar diversos tipos de turismo passíveis de serem aplicados em regiões fragilizadas, bem como as condicionantes económicas, sociais e físicas a que os lugares referidos se encontram sujeitos, inserindo a vertente “sustentabilidade” no estudo como objectivo único, não só para a boa intervenção no destino como para a participação activa dos maiores interessados, a população local.

A abordagem foi seguida com um caso de estudo, a ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, como destino que se considerou propenso a uma intervenção contemplando-se a vertente da sustentabilidade.

No decorrer da pesquisa ficaram registadas as dificuldades legais sentidas pelos órgãos locais na aplicação ou instituição de Planos ligados ao Ordenamento do Território e ao Turismo em si.

Pelo exposto, pretende-se apresentar algumas recomendações que podem conduzir a uma participação das comunidades locais não só no negócio do turismo como na vida política dos municípios, já que se encontram ambas interligadas.

Deste modo, entende-se que os estudos a desenvolver no futuro sobre o tema possam conduzir a uma maior incidência entre a problemática da participação da população no desenvolvimento da actividade turística.

Assim, consideram-se como aspectos principais a serem estudados, no futuro, a inter-relação entre as três componentes da sustentabilidade, adaptadas à realidade local.

BIBLIOGRAFIA

- Arespacochaga y Felipe, Juan de** (1976), *Turismo y desarrollo. Madrid, Servicio Informativo Español.*
- Almeida, G.**, (2002), *Viagem pela história das ilhas (Cabo Verde)*, Editora Caminho, Lisboa.
- Amado, M. P.** (1997), *O Ordenamento Turístico na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável – Metodologia de Aproximação Sistemática – O caso do Litoral Centro*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa
- Amado, M.** (2005), *Planeamento Urbano Sustentável*, Coleção Pensar Arquitectura, Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA., Casal de Cambra, Portugal
- Amato, A** (1994), *Turismo de Montanha*, A. C. E. S., Turismo e Desenvolvimento Regional.
- Batista, M.**, (2003), *Turismo, Gestão Estratégica*. Editorial Verbo, Lisboa
- Bote Gomez, Venancio** (1983), *Nécessité d'instruments d'analyse économique des biens non matériels: le cas du tourisme*. In AIEST (Association Internationale Experts Scientifique du Tourisme), Congrès de Nairobi/Kenya. St. Gall, ed do a.. (pp 119/128)
- Bruce Potter**, (2005) *Islands Resources Foundation*, U.K.
- Burac, M.** (1997) *Tourism and Environment in Guadeloupe and Martinique, Sustainable Tourism in Islands & Small States: Case Studies*. Island Studies Series. U.K.
- Butler, R.** (1997), *Sustainable Tourism in Islands & Small States: Case Studies*. Island Studies Series. U.K.
- Besancenot, J.P.** (1990), *Climat et tourisme*. Masson, Coll. Géographie, Paris
- Carvalho, Luís Nandin** (1983), *Política Integrada de Turismo*, Secretaria de Estado do Turismo, Lisboa.
- Cazes, George, Lanquart, Robert e Raynovar, Yves**, *L'aménagement touristique*, Presses Universitaires de France.
- CCRA (Comissão de Coordenação da Região do Alentejo)** (1981), *Contribuição para o Ordenamento Turístico da Região do Alentejo*. Évora, ed. do a..
- Clark, Brian D.** (1991), *Environment Impact Assessment and Tourism*, 1º Seminário anual sobre Avaliação do Impacte Ambiental, Albufeira, 14-24 de Abril.

- Clark, Brian D. and Bisset, Ron** (1991), EA Case Stud:Dalyan Tourism Complex, Turkey, 1º Seminário anual sobre Avaliação do Impacte Ambiental, Albufeira, 14-24 de Abril.
- Coelho, Celeste O. A.; Maltez, A. C. F. S.** "O aproveitamento dos Recursos Turísticos em Ares Costeiras: Aplicação à "Ria de Aveiro". 2º Simpósio sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz - U. Porto, Junho 1991.
- Cocklin, C.; Harte, M. and Hay, J.** (1990) *Resource Assessment for Recreation and Tourism: A New Zeland Example*, Landscape and Urban Planning, Volume 19 (3): 291-304.
- Cravidão, F. D. e Cunha, L.** (1991), "*Turismo, investimento e impacte ambiental*". *Cadernos de Geografia*, Coimbra.
- Colectânea de Legislação Municipal Caboverdiana**, (2004), ANMCV, Cabo Verde
- Commission of the European Communities** (1993), *All-Season Tourism, Analysis of Experience*, Suitable Products and Clientele. C.E.E.
- Commission of the European Communities Studies** (1993), Impact of Completion of the Internal Market on the Tourism Sector. C.E.E.
- Cunha, L.** (1997), *Economia e política do turismo*, Ed. McGraw-Hill
- DCEA** (1994), Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, GOT, Grupo de Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa, Coordenação de Mendes, José Luís Morais Ferreira, Metodologia e Planeamento das Decisões de Ordenamento Turístico.
- DGT** (1985), entre 1973 e 1984, Direcção Geral do Turismo, Lisboa,.
- DGT** (1990), Turismo Ambiente Protegido, Parques e Reservas, Lisboa.
- DGT** (1992), *O Turismo em 1992*, D.G.T., Lisboa.
- DGT** (1993), *Dossier Turístico, Portugal, Praias com Bandeira Azul*.
- DGT** (1994), *Caminho dos Conquistadores*, Direcção Geral do Turismo, Lisboa.
- DGT** (1994), *Órgãos Regionais e Locais de Turismo*, D.G.T., Lisboa.
- DGT**, *Distribuição e utilização das unidades registadas em Turismo de Habitação*.
- Dias, P. e Rebelo, F.** (1984), Arte e paisagem na região de turismo do Centro. RTC, Coimbra.
- EPT** (Escola Portuguesa de Turismo), (1984), Seminário sobre promoção e marketing turístico, Lisboa, Ed. do a..

- F. Rebelo, L. Cunha e A. Campos de Almeida** (1990), *Contribuição da Geografia Física para a Inventariação das Potencialidades Turísticas do Baixo Mondego*, *Cadernos de Geografia*, n.º 9, Coimbra, IEG.
- Faccioli, G, Andrade, J. e Prado, M.** 2006, Turismo Sustentável e Capacidade de Carga dos Atractivos Turísticos no Município de Canindé de S. Francisco/SE, www.anppas.com.br.
- Flori, Pierre** (1978), *Une analyse générale de l'impact touristique*. Paris, Espaces, n.º 31. (pp 15/23).
- Forsyth, T.**, 1996, 'Sustainable Toruism: Moving from Theory to Practice,' World Wildlife Fund and Tourism Concern.
- Fujii, Edwin; Mak James** (1980), Tourism and crime: implications for regional development policy. New York, Reginal Studies, vol 14, n.º 1 (pp 27/36).
- Gearing, Charles; Stewart, William; Var, Turgut** (1976), *Planning for tourism development: quantitative approaches*. New York, Praeger Publishers. (pp 27/41).
- Guia Turístico De Santo Antão**, (1998) AMSA, Santo Antão, Cabo Verde.
- Honey, M.** (1999), *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Island Press. U. K.
- Horberry, J.** (1990), Nepal: Environmental Impacts of Tourism Expansion, International Association for Impact Assesment-Annual Meeting: 94-97 pp. Lausanne, Suisse.
- INE**, (Instituto Nacional de Estatística), X, XI, XII e XIII Recenseamento geral da população (1970/81/91) Estatística do Turismo (1980/85 – Dados disponíveis não publicados).
- Lanquart, Robert** (1985), *Sociologie du Tourisme et des voyages*, Paris, P.U.F.
- Lonati, Robert** (1977), *Le Tourisme: responsabilité sociale ou activité commerciale?* Paris, Le répertoire des voyages, n.º 303. (pp 46/48)
- Mendes, J. L. F.**, GOT, DCEA, FCT, (1996), *Manual de Planeamento e Ordenamento Turístico*. GOT, FCT, UNL, Lisboa.
- Mendes, J. L. F.**, (1994) *Ordenamento Turístico das Zonas Litorais*. D.G.T.
- Mendes, J. L. F.** (1994) “Urbanização, Industrialização, Turismo”, GOT, FCT, UNL, Lisboa.
- Mendes, J. L. F.** (1994), Critérios para Determinação da Saturação de áreas turísticas, 3º projecto elaborado para a Direcção Geral do Turismo, D.G.T., Lisboa.

- Mendes, J. L. F.** – *Projecto 1, Metodologia e Planeamento das decisões de ordenamento turístico*, GOT, FCT, UNL, Lisboa.
- Mendes, J. L. F.** (1994), *O Sistema de Acessibilidades e o Ordenamento do Território*. Vias de comunicação, GOT, FCT, UNL, Lisboa.
- Mendes, J. L. F.** (1994), *Metodologia do Planeamento e Ordenamento Turístico, 1º Projecto elaborado para a Direcção Geral do Turismo/Secretaria de Estado e do Comércio e Turismo*, Lisboa.
- Mendes, J. L. F.** - In *Critérios de Ordenamento para a Determinação e Controlo da Capacidade de Carga Turística*
- OCDE** (1980), *l'Impact du Tourisme sur l'environnement*. Paris.
- OCDE**, «*Politiques du Tourisme et Tourisme International dans les pays de l'OCDE 1992-1993*».
- OCDE**, «*Strategies Touristiques et Development Rural*», in «*Politiques du Tourisme et Tourisme International dans les pays de l'OCDE 1991-1992*»
- OCDE**, «*Tourism Policy and International Tourism in OCDE Member Countries 1974-1993*»
- Olivier, Roland** (1969), *Le Tourisme au Portugal: problèmes de planification*. Paris, Cabinet Roland Olivier.
- OMT (Organisation Mondial du Tourisme)** (1982), *La contribution du Tourisme à la protection de l'environnement*. Madrid, World Travel/Tourisme Mondial, n.º 169 (p45/46).
- OMT (Organisation Mondial du Tourisme)** (1977/1), *Manuel sur les methods de prevision applicables au tourisme*. Madrid.
- Organização Mundial do Turismo**, «*Effets Économiques du Tourisme*».
- Organization for economic Co-operation and development** (1980) *The impact of Tourism on the Environment*, Paris, OCDE.
- Partidário, M.** (1999), *Critérios para um Turismo Ambientalmente Sustentável*.
- Partidário, M.** (2003), In *Actas do I Encontro de Turismo de Espaços Rurais*, Lisboa.
- Plano Estratégico Nacional de Turismo**, 2006, Lisboa.
- Plano Ambiental Municipal**, (2004), AMSA, Santo Antão, Cabo Verde.
- Revista Público**, Suplemento Oferta Turística, n.º 1544 (1994).
- Rocha, A.**, (1990), *Subsídios para a História de Santo Antão*, Santo Antão.

- Sulaiman, M.** (1997), *Sustainable Tourism in Islands & Small States: Case Studies, Zanzibar, Coastal Resources*. Island Studies, N Y.
- Links, W.** (1965), “*Environment, tourism, culture*”, Julho de 1965
- National Geographic Traveller.** Revistas diversas.
- Sustainable Development of Tourism**, WTO, 2004
- Turismo e Desenvolvimento Regional, CES, 1990**
- Velikova, Marina P.** (2001), “How Sustainable is Sustainable Tourism?” – *Annals of Tourism Research*, Volume 28, Number 2.
- World Tourism Organization** (1998), – *Guide for local Authorities on Developing Sustainable Tourism*.

INTERNET

www.anppas.com.br.

www.assets.panda.org

www.beirambiente.pt

www.caboverde.cv

www.complexus.org/rio

www.earthinstitute.columbia.edu

www.ecobrasil.com.br

www.ecobrasil.org.br

<http://ec.europa.eu/enterprise/library/lib-tourism>

www.egi.na.pt

www.etur.com.br

www.fathom.com

www.guiadecaboverde.com

www.quercusambiente.org.pt

www.pcts.org.br

www.terraamerica.org

www.wwium.org.br

www.wikipédia.org.pt

“Environmental Management”, UNESCO, 1992

Myriam Jansen Verbeke (), *Sustainable Tourism Development*”.

<http://resistir.info>

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's): DL n.º 176-A/88 de 18 de Maio, alterado por DL n.º 397/90 de 26 de Novembro e por DL n.º 249/04 de 12 de Outubro.
- Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's), DL n.º 69/90, de 2 de Março e DL 11/92 de 8 de Outubro.

Planos de Ordenamento de Unidades Territoriais Específicas :

- Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP's): DL n.º 613/76 de 27 de Junho, alterado por DL n.º 19/93 de 23 de Janeiro.
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's): DL n.º 302/90, de 26 de Setembro e DL n.º 309/93 de 2 de Setembro
- Planos Municipais de Intervenção na Floresta (PMIF's): DL n.º 423/93 de 31 de Dezembro

ANEXO I

NECESSIDADE DE ORDENAMENTO TURÍSTICO.

Urbanização, Industrialização, Turismo.

A ligação existente entre estas três intervenções conduz à actuação do turismo como um elemento de alteração face aos dois anteriores, a Urbanização e a Industrialização.

O turismo pode actuar como agente destruidor de recursos. Basta manter as intervenções segundo os padrões negativos que vimos assistindo. Ao mesmo tempo, o turismo consegue interceder como agente gerador de equipamentos, infra-estruturas, instalações e actividades.

É este interceder que permite o positivismo da acção turística: na melhoria das condições para o desenvolvimento do lugar e das condições de qualidade de vida para as comunidades locais, pode caber ao turismo a quota-parte da responsabilidade positiva de intervenção na região. Qualquer que seja essa intervenção, é sempre uma opção de crescimento a intervenção baseada no desenvolvimento do turismo.

Mas este pretenso crescimento não significa desenvolvimento. Ao actuar como agente destruidor de recursos, mesmo permitindo o desenvolvimento de equipamentos, instalações e infra-estruturas, a acção do turismo deve pautar a sua intervenção segundo parâmetros que permitam a viabilidade a longo prazo, investindo, assim, na preocupação no âmbito sustentável ou da sustentabilidade do lugar.

Turisticamente, o ordenamento exige a escolha correcta dos investimentos públicos e a definição de estímulos e incentivos económicos de modo a apoiar o objectivo de defesa ambiental.

O turismo pode originar investimentos em infra-estruturas locais que sejam, depois, aproveitadas para o segmento empresarial. A monitorização do desenvolvimento destas infra-estruturas (redes de água, esgotos, saneamento, energia eléctrica, etc.) pode permitir o controlo na evolução destas intervenções, impedindo a evolução negativa para as comunidades e permitindo a implantação de, por exemplo, actividades geradoras de emprego locais.

A política de ordenamento turístico deverá ser integrada, permitindo reduzir riscos de insucesso (das empresas turísticas) e aumentar a possibilidade de sobrevivência relativamente aos períodos de menor utilização do sector.

(Mendes, J. L. – Projecto 1, Metodologia e Planeamento das decisões de ordenamento turístico).

ANEXO II

- CAPACIDADE DE CARGA EM BONITO/MS

Bonito é reconhecidamente um Destino Turístico que atrai um grande número de visitantes, que vem em busca da diversidade dos recursos naturais e de seu uso sustentável.

A importância da sustentabilidade vem da fragilidade ambiental dos recursos e, portanto da necessidade de seu uso parcimonioso. Diante disso surgiu em meados da década de 90 a preocupação dos proprietários dos atractivos turísticos com os possíveis impactos ambientais a serem causados pelos visitantes. Como medida de bom senso adoptou-se o limite de capacidade de carga, que vem a ser, a grosso modo, o numero de visitantes que uma área pode receber sem impactos ambientais significativos.

Os sítios turísticos iniciaram seu trabalho com limites de capacidade de carga de forma empírica - sem estudo científico, usando como balizadores vivência, experiência e bom senso. No início da actividade turística, eram atendidos grupos de visitantes de tamanho indiscriminado mas, sempre com acompanhamento do guia de turismo local ou até mesmo do proprietário do atractivo. Com o tempo e própria experiência foi ficando claro que era importante limitar o fluxo de turistas/dia, do contrário haveria prejuízo à qualidade dos serviços oferecidos e, principalmente grandes impactos ao meio ambiente. Neste processo os guias de turismo também foram e são muito importantes, uma vez que actuam em todos os atractivos turísticos, conhecem muito bem os locais e os aparentes impactos que o fluxo turístico pode causar aos recursos naturais.

Dentro disso chegou-se a certas recomendações referentes à capacidade de carga, que inclusive a Associação dos Proprietários dos Atractivos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR cita em suas reuniões e recomenda constantemente aos seus associados. Por exemplo: nos passeios de cachoeiras é recomendado que o número de visitantes por guia varie entre 12 a 15 pessoas, com intervalo de 30 minutos para saída de cada grupo. Nos passeios de flutuação este número diminui, variando entre 8 a 10 pessoas por guia, também com intervalo de 30 minutos entre cada grupo. Vale lembrar que o limite não pode ser ultrapassado, mas que o proprietário do atractivo pode optar em trabalhar com um número inferior, se achar que desta forma o turista receberá um melhor atendimento. No caso de cavidades secas e alagadas o procedimento iniciou-se da mesma forma, mas devido a fragilidade dos ambientes, a actividade turística terminou por sofrer limites que vão além do simples bom senso incluindo estudos biológicos, geológicos e de segurança na condução de visitantes.

O limite na capacidade de carga proporciona:

- Ø Diminuição de impactos ambientais;
- Ø Maior interacção do turista com a natureza;
- Ø Educação ambiental;
- Ø Distribuição do fluxo turístico nos passeios existentes;
- Ø Qualidade dos serviços prestados - guia e atractivo turístico;
- Ø Aumento de segurança na visitação.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - SEMA , está exigindo actualmente para aprova o da licença de instala o: defini o de técnico habilitado responsável pelo licenciamento; estudos sobre a capacidade de carga; horários de visita o de cada grupo de visitantes; defini o do sistema de tratamento de resíduos; e defini o sobre a infra-estrutura a ser implantada. Além disso, semestralmente o proprietário deverá apresentar a monitoriza o dos impactos da visita o e as medidas correctivas que foram ou deverão ser tomadas.

Como instrumentos fiscalizadores estão os parceiros envolvidos no processo, ou seja gu as, agências, os próprios atractivos e Conselhos Municipais. Existindo ainda o "voucher único" - ferramenta municipal de controle de visitantes, através da qual se consegue saber o número de visitas que cada atractivo recebeu em uma determinada data.

Todo esse trabalho   formado por uma cadeia de elos, entre os parceiros envolvidos, onde   fundamental o respeito ao meio ambiente em primeiro lugar. Afinal os visitantes de Bonito estão   procura de excelência na qualidade dos serviços e uso sustentável dos recursos. Para tanto o trabalho de sensibiliza o aos actores envolvidos no processo deve ser constante.

Ana Cristina Trevelin parceria com Janaina Couto Mainchein

ANEXO III

Cimeira da Terra

Expectativas de Joanesburgo reduzidas a frágeis compromissos

PUBLICO.PT

05/09/2002

Os discursos inflamados dos líderes mundiais na Cimeira de Joanesburgo acabaram por ficar reduzidos a compromissos vagos e frágeis. No final, uma declaração política, um plano de acção, várias parcerias e a frustração pela ausência de metas.

De 26 de Agosto a 4 de Setembro, os líderes mundiais, empresas e sociedade civil fizeram uma pausa nas suas rotinas e reuniram-se em Joanesburgo para discutir o futuro do planeta e de quantos nele habitam.

Nas cinco áreas prioritárias definidas pelas Nações Unidas para subir à mesa das negociações - água e saneamento, agricultura, energia, biodiversidade e saúde - saíram compromissos e parcerias. Mas no saldo final, a balança de Joanesburgo apresenta uma leveza que roça o fracasso e a frustração.

Estados Unidos e UE apostam na melhoria do acesso a água potável e saneamento

No dossier da água e saneamento, os líderes de 191 países comprometeram-se a reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável e a condições sanitárias até 2015. Os Estados Unidos anunciaram um investimento de 970 milhões de dólares (970 milhões de euros) nos próximos três anos em projectos nesta área. A União Europeia (UE) apresentou a iniciativa "Água para a Vida" que procura parcerias para cumprir os objectivos especialmente na África e Ásia Central. No final, as Nações Unidas tinham recebido 21 outras iniciativas, orçadas em 20 milhões de euros.

Compromisso para aumentar energias renováveis "com urgência"

Quanto ao dossier da Energia, ficou definido o compromisso de aumentar, "com urgência", o acesso a serviços energéticos modernos e eficientes - incluindo o apoio aos objectivos do NEPAD de garantir que 35 por cento da população africana tenha acesso a energia dentro de 20 anos -, a cota de energias renováveis e o faseamento da atribuição de subsídios a fontes de energias que prejudiquem o ambiente.

Nove grandes empresas eléctricas assinaram um conjunto de acordos com as Nações Unidas para promover a cooperação técnica para projectos de energia sustentável em países em desenvolvimento. A UE anunciou uma parceria, orçada em 700 milhões de euros e os Estados Unidos afirmaram que vão fazer um investimento até 43 milhões de dólares em 2003. A unidade eléctrica sul-africana Eskom anunciou uma parceria para expandir serviços de energia modernos a países vizinhos. No dossier da Energia, as Nações Unidas receberam 32 parcerias, orçadas em 26 milhões de dólares.

Poluição atmosférica e químicos no centro do dossier da saúde

Depois de várias horas de discussão, os delegados acordaram que, até 2020, os químicos devem ser usados e produzidos em formas que não prejudiquem a saúde e o ambiente. Além disso, ficou assente a necessidade de cooperação para reduzir a poluição atmosférica e melhorar o acesso dos países em desenvolvimento a alternativas às substâncias que destroem a camada de ozono, até 2010.

Os Estados Unidos anunciaram 2,3 mil milhões de euros, aplicados em 2003, na saúde. As Nações Unidas receberam 16 projectos de parcerias, orçadas em três milhões de euros.

Agricultura sustentável para melhorar condições de vida nos países pobres

O Fundo Mundial para o Ambiente vai considerar a inclusão da Convenção para o Combate à Desertificação na sua lista para financiamentos. Para África, foi defendida a definição de estratégias para segurança alimentar até 2005.

Os Estados Unidos vão investir 90 milhões de euros em 2003 em programas de agricultura sustentável. Quanto a este dossier, as Nações Unidas receberam 17 projectos de parcerias, orçadas em dois milhões de euros.

Conservação da biodiversidade acaba sem metas

No capítulo da biodiversidade, os líderes mundiais comprometeram-se a reduzir a biodiversidade até 2010, a reverter a tendência actual para a degradação dos recursos naturais e a recuperar os recursos pesqueiros até 2015. Além disso, ficou assente a criação de uma rede de áreas marinhas protegidas até 2012.

Os Estados Unidos anunciaram uma ajuda de 53 milhões de euros para as florestas entre 2002 e 2005. As Nações Unidas receberam 32 projectos de parcerias, orçadas em cem milhões de euros.

Além dos compromissos estabelecidos no âmbito das cinco áreas prioritárias, Joanesburgo aprovou a criação de um fundo de solidariedade, baseado em contribuições voluntárias, e a elaboração de um plano para promover a produção e consumo sustentáveis.

Como factor positivo da cimeira saiu o anúncio de ratificação do Protocolo de Quioto sobre Alterações Climáticas da Rússia e Austrália.

Cimeira de Joanesburgo aprova declaração política

Comissão Europeia apresenta programa próprio sobre energias renováveis

Ambientalistas decepcionados com resultados da Cimeira de Joanesburgo

Rússia vai ratificar Protocolo de Quioto

Plano de acção de Joanesburgo concluído com disputas à mistura

ONG abandonam Cimeira de Joanesburgo e organizam protesto

Colin Powell vaiado na Cimeira da Terra

Kofi Annan diz que Joanesburgo poderá fazer a diferença dentro de dez anos

Líderes mundiais adoptam formalmente Plano de Acção da Cimeira da Terra

Líderes mundiais adoptam Declaração de Joanesburgo
Portugal congratula-se com acordo obtido na Cimeira da Terra

ANEXO IV

Código Mundial de Ética do Turismo

Preparação para o Novo Milênio



O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial no início do novo milênio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações e códigos profissionais similares que o precederam e aos quais juntou novas idéias que refletem a mudança da nossa sociedade nos finais do século XX.

Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os Membros da Organização Mundial do Turismo estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

A preparação deste código advém de uma resolução adotada na Assembléia Geral da OMT, em Istambul, em 1997. Nos dois anos subsequentes, constituiu-se um Comitê Especial para preparar o Código Mundial de Ética do Turismo, tendo como

Nós, Membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas instituições e organismos reunidos em Assembléia Geral, em Santiago do Chile, em 01 de outubro de 1999:

Reafirmando os objetivos enunciados no artigo 3º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, e conscientes do papel "decisivo e central", reconhecido a esta Organização pela Assembléia Geral das Nações Unidas, na promoção e desenvolvimento do turismo, visando contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

Profundamente convencidos de que, por permitir contatos diretos, espontâneos e imediatos entre homens e mulheres de culturas e modos de vida diferentes, o turismo representa uma força viva a serviço da paz, bem como um fator de amizade e compreensão entre os povos do mundo;

Atendo-nos aos princípios encaminhados para conciliar de forma sustentável a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e a luta contra a pobreza, como a formulada pelas Nações Unidas, em 1992, quando da "Cimeira da Terra", no Rio de Janeiro, expressada no Programa de Ação 21, adotado naquela ocasião;

Tomando em consideração o crescimento rápido e contínuo, não só passado como o previsível, da atividade turística, resultante de motivações de lazer, negócios, cultura, religião ou saúde, e que produz poderosos efeitos, positivos e negativos, no meio ambiente, na economia e na sociedade dos países emissores e receptores de fluxos turísticos, nas comunidades locais e populações autóctones e nas relações e trocas internacionais;

Tendo por finalidade promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos;

Persuadidos de que a indústria turística mundial, no seu conjunto, tem muito a ganhar ao desenvolver-se num meio que favoreça a economia de mercado, a empresa privada e a liberdade de comércio, permitindo-lhe otimizar os seus efeitos benéficos em termos de criação de atividade e empregos;

Intimamente convencidos de que respeitados alguns princípios

base um documento preliminar que foi elaborado pelo Secretário Geral e o Conselheiro Jurídico da OMT, posterior à consultas feitas ao Conselho Empresarial, às Comissões Regionais e ao Conselho Executivo da Organização.

A Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, reunida em Nova Iorque em Abril de 1999, aprovou o conceito do Código e pediu à OMT que solicitasse novas sugestões ao setor privado, às organizações não governamentais e às organizações sindicais. Foram recebidas contribuições por parte de mais de 70 Estados Membros da OMT e de outras entidades.

O código Mundial de Ética do Turismo é, por conseguinte, a coroação de um completo processo de consulta. Os dez artigos que o compõem foram aprovados por unanimidade na Assembleia Geral da OMT realizada em Santiago do Chile, em Outubro de 1999.

O Código compreende nove artigos que enunciam as "regras do jogo" para os destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas. O décimo artigo refere-se à resolução de litígios; sendo a primeira vez que um código deste tipo é dotado de semelhante mecanismo de aplicação. Esse mecanismo será fundamentado na conciliação, por

e observadas certas regras, um turismo responsável e sustentável não resulta incompatível com a crescente liberação das condições reinantes no comércio de serviços e ao abrigo das quais operam as empresas deste setor, sendo possível, neste domínio, conciliar a economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, e abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais;

Considerando que neste processo todos os agentes do desenvolvimento turístico - administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações profissionais, trabalhadores do setor, organizações não-governamentais e outros organismos da indústria turística - bem como as comunidades receptoras, os órgãos de informação e os próprios turistas, exercem responsabilidades diferenciadas, mas interdependentes, na valorização individual e social do turismo, e que a identificação dos direitos e deveres de cada um contribuirá para a realização deste objetivo;

Interessados em promover uma verdadeira colaboração entre os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico, conforme a Organização Mundial do Turismo vem executando, com base na Resolução 364 (XII) adotada pela Assembleia Geral de 1997, Istambul, e desejando ver uma associação e uma cooperação da mesma natureza estender-se, de modo aberto e equilibrado, às relações entre países emissores e receptores e seus respectivos setores turísticos;

Expressando a nossa vontade de dar continuidade às Declarações de Manila de 1980 sobre o turismo mundial e de 1997 sobre o impacto do Turismo na sociedade, bem como da Carta do Turismo e do Código do Turista, adotados em Sofia, em 1985, sob a égide da OMT;

Mas, estimando que estes instrumentos devem ser complementados por um conjunto de princípios interdependentes na sua interpretação e aplicação, com base nos quais os atores do desenvolvimento turístico deveriam reger a sua conduta no limiar do século 21;

Utilizando para efeitos do presente instrumento, as definições e classificações aplicáveis às viagens e em especial as noções de "visitante", "turista" e "turismo", adotadas pela Conferência Internacional de Ottawa, realizada de 24 a 28 de junho de 1991, e aprovadas em 1993, pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em sua 27ª Sessão;

Fazendo referência nominal aos seguintes instrumentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948;
- Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 16 de dezembro de 1966;
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Públicos, de 16 de dezembro de 1966;
- Convenção de Varsóvia, sobre o transporte aéreo, de 12 de outubro de 1929;
- Convenção Internacional da Aviação Civil de Chicago de 07 de dezembro de 1944, bem como às Convenções de Tóquio, Haia e Montreal com ela relacionadas;

intermédio de um Comité Mundial de Ética do Turismo, que será constituído por representantes de cada uma das regiões do mundo e de cada um dos grandes grupos de agentes do sector turístico: governos, sector privado, trabalhadores e organizações não governamentais - ONG's

O Código Mundial de Ética do Turismo, cujo texto é reproduzido nas páginas seguintes, aspira a ser um documento vivo. Leiam-no. Conheçam-no. Participem na sua aplicação. Somente com a sua cooperação conseguiremos proteger o futuro do sector turístico e aumentar a sua contribuição para a prosperidade económica, para a Paz e para o entendimento entre todas as nações do mundo

FRANCESCO FRANGIALLI
Secretário Geral
Organização Mundial do Turismo



- Convenção sobre as facilidades alfandegárias para o turismo, de 4 de julho de 1954 e o Protocolo associado;
- Convenção sobre a proteção do património cultural e natural mundial, de 23 de novembro de 1972;
- Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 10 de outubro de 1980;
- Resolução da 6ª Assembléia Geral da OMT (Sofia) adotando a Carta do Turismo e o Código do Turista de 26 de setembro de 1985;
- Convenção relativa aos Direitos da Criança, de 26 de janeiro de 1990;
- Resolução da 9ª Assembléia Geral da OMT (Buenos Aires) relativa às matérias de facilidades das viagens e segurança dos turistas, de 4 de outubro de 1991;
- Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 13 de junho de 1992;
- Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, de 15 de abril de 1994;
- Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 6 de janeiro de 1995;
- Resolução da 11ª Assembléia Geral da OMT (Cairo) sobre a prevenção do turismo sexual organizado, de 22 de outubro de 1995;
- Declaração de Estocolmo contra a exploração sexual de crianças com fins comerciais, de 29 de agosto de 1996;
- Declaração de Manila sobre os Efeitos Sociais do Turismo, de 22 de maio de 1997;
- Convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria de convenções coletivas, de proibição do trabalho forçado e do trabalho infantil, de defesa dos direitos dos povos autóctones, de igualdade de tratamento e de não discriminação no trabalho;

Afirmamos o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos;

Expressamos a nossa vontade em promover uma ordem turística mundial, equitativa, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada,
e

Proclamamos solenemente com esse objetivo os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo.

ANEXO V**Declaração de Estocolmo sobre o
Meio Ambiente Humano
1972**

(tradução livre)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano,

Proclama que:

1. O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma.
2. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.
3. O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha.
4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico
5. O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa.

6. Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio ambiente e de criar uma vida satisfatória são grandes. É preciso entusiasmo, mas, por outro lado, serenidade de ânimo, trabalho duro e sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.

7. Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem eqüitativamente, nesse esforço comum. Homens de toda condição e organizações de diferentes tipos plasmarão o meio ambiente do futuro, integrando seus próprios valores e a soma de suas atividades. As administrações locais e nacionais, e suas respectivas jurisdições, são as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas em grande escala sobre o meio ambiente. Também se requer a cooperação internacional com o fim de conseguir recursos que ajudem aos países em desenvolvimento a cumprir sua parte nesta esfera. Há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio ambiente que, por ser de alcance regional ou mundial ou por repercutir no âmbito internacional comum, exigem uma ampla colaboração entre as nações e a adoção de medidas para as organizações internacionais, no interesse de todos. A Conferência encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade.

II

PRINCÍPIOS

Expressa a convicção comum de que:

Princípio 1

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Princípio 2

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 3

Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípios 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Consequentemente, ao planificar o desenvolvimento

econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5

Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Princípio 7

Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha, menosprezar as possibilidades de derramamento ou impedir outras utilizações legítimas do mar.

Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

Princípio 12

Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

Princípio 13

Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

Princípio 14

O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger y melhorar o meio ambiente.

Princípio 15

Deve-se aplicar o planejamento aos assentamento humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade d4e população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Princípio 17

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos estado, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protege-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Princípio 20

Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos

países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.

Princípio 21

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

Princípio 22

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem à zonas fora de sua jurisdição.

Princípio 23

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevaletentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam Ter para o meio ambiente,, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.

Princípio 25

Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.

Princípio 26

É' preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem-se esforçar para chegar logo a um acordo – nos órgãos internacionais pertinentes- sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro de 3 a 14 de Junho de 1992.

(12:00/14 de Agosto 02)

Reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, adoptada em Estocolmo a 16 de Junho de 1972(a) e procurando dar-lhe seguimento,

Tendo como objectivo estabelecer uma nova e equitativa parceria mundial através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os sectores-chave das sociedades e os povos,

Tendo em vista os acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento,

Reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nossa casa,

Proclama:

Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.

Princípio 2

Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, têm o direito soberano de explorarem os seus próprios recursos de acordo com as suas políticas de ambiente e desenvolvimento próprias, e a responsabilidade de assegurar que as actividades exercidas dentro da sua jurisdição ou controlo não prejudiquem o ambiente de outros Estados ou de áreas para além dos limites da jurisdição nacional.

Princípio 3

O direito ao desenvolvimento deverá ser exercido por forma a atender equitativamente às necessidades, em termos de desenvolvimento e de ambiente, das gerações actuais e futuras.

Princípio 4

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a protecção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente.

Princípio 5

Todos os Estados e todos os povos cooperarão na tarefa fundamental de erradicar a pobreza como condição indispensável ao desenvolvimento sustentável, por forma a reduzir as disparidades nos níveis de vida e melhor satisfazer as necessidades da maioria dos povos do mundo.

Princípio 6

Deve ser dada prioridade à situação e necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos menos desenvolvidos e dos mais vulneráveis em termos de ambiente. As acções internacionais no domínio do ambiente e desenvolvimento deverão também dar resposta aos interesses e

necessidades de todos os países.

Princípio 7

Os Estados cooperarão espírito de parceria global para conservar, proteger e recuperar a saúde e integridade do ecossistema da Terra. Tendo em conta os diferentes contributos para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na procura do desenvolvimento sustentável a nível internacional, considerando as pressões exercidas pelas suas sociedades sobre o ambiente global e as tecnologias e os recursos financeiros de que dispõem.

Princípio 8

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos os povos, os Estados deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e de consumo e promover políticas demográficas apropriadas.

Princípio 9

Os Estados deverão cooperar para reforçar as capacidades próprias endógenas necessárias a um desenvolvimento sustentável, melhorando os conhecimentos científicos através do intercâmbio de informações científicas e técnicas, e aumentando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias incluindo tecnologias novas e inovadoras.

Princípio 10

A melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados ao nível conveniente. Ao nível nacional, cada pessoa terá acesso adequado às informações relativas ao ambiente detidas pelas autoridades, incluindo informações sobre produtos e actividades perigosas nas suas comunidades, e a oportunidade de participar em processos de tomada de decisão. Os Estados deverão facilitar e incentivar a sensibilização e participação do público, disponibilizando amplamente as informações. O acesso efectivo aos processos judiciais e administrativos, incluindo os de recuperação e de reparação, deve ser garantido.

Princípio 11

Os Estados deverão promulgar legislação ambiental eficaz. Os padrões ecológicos, os objectivos e as prioridades de gestão do ambiente devem reflectir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. Os padrões aplicados por alguns Estados podem não ser convenientes e ter um custo económico e social injustificado para outros países, especialmente para os países em desenvolvimento.

Princípio 12

Os Estados deverão cooperar na promoção de um sistema económico internacional aberto e apoiado que conduza ao crescimento económico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países de forma a melhor tratar os problemas de degradação ambiental. As medidas de política comercial motivadas por razões ambientais não devem constituir um instrumento de discriminação arbitrária ou injustificada ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. As acções unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da área de jurisdição do país importador devem ser evitadas. As medidas ambientais para lidar com problemas ambientais transfronteiriços ou globais devem, tanto quanto possível, ser baseados num consenso internacional.

Princípio 13

Os Estados deverão elaborar legislação nacional relativa à responsabilidade civil e à compensação das vítimas da poluição e de outros prejuízos ambientais. Os Estados deverão também cooperar de um modo expedito e mais determinado na elaboração de legislação internacional adicional relativa

à responsabilidade civil e compensação por efeitos adversos causados por danos ambientais em áreas fora da sua área de jurisdição, e causados por actividades levadas a efeito dentro da área da sua jurisdição de controlo.

Princípio 14

Os Estados deverão cooperar de forma eficaz no sentido de desencorajar ou prevenir a deslocação ou transferência para outros Estados de quaisquer actividades e substâncias que causem uma degradação ambiental grave ou que sejam potencialmente nocivas à saúde humana.

Princípio 15

Para que o ambiente seja protegido, será aplicada pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental.

Princípio 16

As autoridades nacionais deverão esforçar-se por promover a internalização dos custos ambientais e a utilização de instrumentos económicos, tendo em conta o princípio de que o poluidor deverá, em princípio, suportar o custo da poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e investimento internacionais.

Princípio 17

Deverá ser empreendida a avaliação do impacte ambiental, enquanto instrumento nacional, de certas actividades susceptíveis de terem impacte significativo adverso no ambiente e que estejam sujeitas a uma decisão por parte de uma autoridade nacional competente.

Princípio 18

Os Estados deverão notificar imediatamente os outros Estados de quaisquer desastres naturais ou outras emergências que possam produzir efeitos súbitos nocivos no ambiente desses Estados. Deverão ser envidados todos os esforços pela comunidade internacional para ajudar os Estados afectados por tais efeitos.

Princípio 19

Os Estados deverão notificar, prévia e atempadamente, os Estados potencialmente afectados, e fornecer-lhes todas as informações pertinentes sobre as actividades que possam ter um efeito transfronteiriço adverso significativo sobre o ambiente, e deverão estabelecer consultas atempadamente e de boa fé com esses Estados.

Princípio 20

As mulheres desempenham um papel vital na gestão e desenvolvimento do ambiente. A sua participação plena é portanto essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Princípio 21

A criatividade, os ideais e a coragem da juventude de todo o mundo deverão ser mobilizados para criar uma parceria global com o fim de se alcançar um desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Princípio 22

As populações indígenas e suas comunidades e outras comunidades locais desempenham um papel vital na gestão e desenvolvimento do ambiente devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deverão reconhecer e apoiar devidamente a sua identidade, cultura e interesses e tornar possível a sua participação efectiva na concretização de um desenvolvimento sustentável

Princípio 23

O ambiente e os recursos naturais dos povos oprimidos, dominados e sujeitos a ocupação deverão ser protegidos.

Princípio 24

A guerra é intrinsecamente destruidora do desenvolvimento sustentável. Os Estados deverão portanto respeitar a legislação internacional que protege o ambiente em tempo de conflito armado, e cooperar no seu desenvolvimento, conforme for necessário.

Princípio 25

A paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental são independentes e inseparáveis.

Princípio 26

Os Estados deverão resolver todas as suas disputas ambientais pacificamente e através de meios ajustados de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Princípio 27

Os Estados e os povos deverão cooperar de boa fé e com espírito de parceria no cumprimento dos princípios consagrados nesta Declaração e para o maior desenvolvimento do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

(Fonte: webmaster@tsf.pt)